

1.1 – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO HISTÓRICO DA COMPANHIA

A história da Valid começou em 1957 com a fundação da sociedade Thomas de La Rue, como uma empresa que fornece serviços de alta segurança em papel e tecnologia de impressão. Evoluímos constantemente para nos adaptar ao mundo ao nosso redor. Hoje, estamos bem posicionados para a demanda da revolução digital, oferecendo um extenso portfólio de soluções digitais e físicas aos nossos clientes e permitindo que eles transformem a maneira como negociam.

Somos uma Powerhouse que entrega soluções de confiança com inovação e tecnologia de ponta para oferecer um mundo mais confiável, seguro e digital. Com um legado de mais de 60 anos em todo o mundo, vivemos em constante evolução e, hoje, somos mais de 3.000 colaboradores, que se dedicam para oferecer mais segurança, confiança e responsabilidade em todas as nossas soluções.

Em 1993, a Thomas de La Rue foi adquirida pela American Banknote Corporation e teve a sua denominação social alterada para American Banknote Company Gráfica e Serviços Ltda. (posteriormente transformada em sociedade anônima, a então American Banknote S.A.), passando a atuar também no desenvolvimento de serviços, produtos e soluções para o setor de cartões, sistemas de identificação e impressão de segurança, em 18 estados do território nacional.

A partir de 1993, por meio de uma série de aquisições, alianças estratégicas e *joint ventures*, a seguir descritas, a Companhia conquistou uma posição de liderança no mercado brasileiro, e referência de qualidade nas soluções entregues.

Em 12 de abril de 2006, a Companhia obteve o registro de emissora de valores mobiliários categoria “A” junto à CVM, passando a integrar o Novo Mercado da B3.

Hoje, a Valid é uma empresa global de soluções em segurança digital e física que oferece um completo portfólio em meios de pagamento, telecomunicações e sistemas de identificação, assim como gestão de cidades inteligentes e certificação digital, desenvolvendo soluções que permitem empresas, governos e cidadãos se identificarem, se conectarem, se comunicarem e realizarem transações de dados financeiros de forma prática e segura, com produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação.

Os fatos mais relevantes da história da Companhia, que possibilitaram a sua expansão e posição de liderança no mercado, foram:

• 1995 - 2000

Aquisição do negócio de serviços gráficos do Bradesco, concedendo, como forma de pagamento aos vendedores, ações representando 22,5% do capital social da Companhia na época.

Aquisição do negócio de serviços gráficos do Unibanco.

Aquisição do negócio de impressão eletrônica do Itaú.

Celebrado contrato de *joint venture* com a empresa Gemplus SCA, empresa francesa líder mundial no mercado de *smart cards*.

• 2006 - 2010

Abertura do capital, realizada em 12 de abril de 2006. Meses depois, a Companhia adquiriu a Trust Administração e Participações Ltda., empresa atuante no segmento gráfico de segurança, tendo como principais atividades a impressão de loterias instantâneas e cartões pré-pagos em papel.

Em janeiro de 2007, a Companhia concluiu a venda da participação de 50% detida na Gemplus Banknote (GBN).

Em junho do mesmo ano, a Companhia adquiriu a empresa argentina Transtex, a qual, em 10 de novembro de 2010, teve sua razão social alterada para Valid Soluciones y Servicios de Seguridad em Medios de Pago e Identificación S.A.

Aquisição da Microeletrónica Española S.A.U. (MEE), a qual, em novembro de 2010, teve sua razão social alterada para Valid Soluciones Tecnológicas S.A.

A American Banknote Corporation deixou de ser a principal acionista da Companhia e, por consequência, em 08 de outubro de 2010, a American Banknote S.A. teve a sua denominação social alterada para Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

• 2011 - 2014

Constituição da Valid Certificadora Digital Ltda., controlada da Companhia, atuante no segmento de certificados digitais para pessoas físicas e jurídicas e notas fiscais eletrônicas;

Em maio, com objetivo de reforçar a estratégia de crescimento da Companhia em outros mercados geográficos, a Companhia adquiriu a PPI Secure Solutions LLC, sediada na Pensilvânia, Estados Unidos.

Em novembro de 2012, a Companhia adquiriu os ativos da Vmark Inc. e de suas subsidiárias localizadas em Illinois e Nova Jersey, Estados Unidos, consolidando o posicionamento da Companhia no mercado norte-americano.

Em 2013, a Companhia adquiriu a ScreenCheck North America LLC sediada nos Estados Unidos pela Valid USA.

Em março de 2014, a Companhia adquiriu a Inversiones Germán Martínez S.A.S., estabelecida em Bogotá, Colômbia, pela controlada Valid Soluciones Tecnológicas S.A., que passou a denominar-se Valid Soluciones y Servicios de Seguridad em Medios de Pago e Identificación S.A.S.

Em setembro de 2014, a Companhia adquiriu a Solpyr Investment S.A. pela Interprint, no Uruguai. Ainda em setembro, a Companhia constituiu a subsidiária Valid Soluciones y Servicios de Seguridad em Medios de Pago e Identificación no México;

• 2015

Em janeiro, a Companhia adquiriu todos os ativos e assumiu determinados passivos da Card Cells através da VALID USA. Em junho de 2015, a Companhia adquiriu a MSC, sediada na Califórnia, também através da VALID USA.

Em outubro de 2015, a Companhia realizou a aquisição da Fundamenture, empresa localizada na Dinamarca, que atua no negócio global de Telecom, com presença importante na Ásia, África e Oriente Médio. Com foco na produção e comercialização de SIM cards, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para SIM Cards e Smart Cards e gerenciamento de softwares e soluções para operadoras de telefonia móvel. Como resultado da aquisição, a Companhia pôde exercer um papel ainda mais relevante na cadeia de valor global do chip com ganho de escala, aumento de eficiência e market share.

• 2016

Ao longo de 2016, houve um forte trabalho na diversificação do portfólio de serviços, pois entendemos que vários dos produtos e soluções atualmente fornecidos estão no meio de uma transformação do mundo físico para o ambiente digital e cada vez mais conectados. Neste sentido, algumas das principais soluções que já temos desenvolvidas são as que fizemos para o Banco Davivienda, na Colômbia, com foco no acesso a serviços financeiros por meio de smartphones.

Além disso, em julho de 2016, a Companhia concluiu a venda da totalidade da participação acionária de sua controlada Interprint Ltda. na empresa Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”).

• 2017

Em fevereiro de 2017, no Estado de Washington, iniciamos a emissão de carteiras de habilitação, consolidando nossa presença no mercado americano.

Em agosto, anunciamos a aquisição de 5,39% das ações da Cubic Telecom Limited por um valor de 10 milhões de euros. A Cubic é uma empresa irlandesa com foco no desenvolvimento de plataformas de gestão de conectividade M2M (Machine-to-Machine), a qual utiliza como principal componente a tecnologia eUICC – ou embedded SIM ou eSIM – considerada a evolução do SIM Card.

• 2018

Visando ampliar seus negócios e atender seus clientes de forma mais célere e eficaz, em 20 de março, a Companhia constituiu na Nigéria, através da Valid Soluciones Tecnológicas as, a Valid Card Nigeria Limited.

Em 8 de junho de 2018, a Companhia teve seu nome alterado para Valid Soluções S.A. E, com o intuito de expandir o rol de negócios dentro da área de IoT, utilizando a expertise de todo o Grupo Valid, para levar tecnologia avançada para a gestão do agronegócio, a Interprint Ltda. adquiriu 51,8% da Nexitera Consultoria e Soluções em TI S.A.

• 2020

Seguindo a estratégia de diversificação de produtos e serviços, a Valid adquiriu duas companhias que atuam no setor de smartcities, a Estacionamento Digital, em 21 de maio de 2020, adquirindo o controle da companhia com 51% do capital e a mitra em 13 de julho de 2020, também assumindo o controle da companhia com 51% do capital. Com as aquisições, a Valid ampliou seu portfólio de produtos e serviços para a vertical de Cidades Inteligentes, com soluções dedicadas à qualificação da gestão pública através da tecnologia e inclusão digital.

• 2021

Encerramos as atividades operacionais de São Bernardo do Campo (SP), transferindo-as para nossa unidade fabril em Sorocaba (SP) em julho de 2021. Em outubro de 2021, foi aprovado o processo de venda do imóvel do Caju (RJ). Assim como ocorrido com a unidade fabril de São Bernardo do Campo (SP), a operação que era realizada no Caju foi transferida para Sorocaba (SP).

• 2022

Encerramos as atividades operacionais do Caju (RJ), transferindo-as para nossa unidade fabril em Sorocaba (SP). Dando sequência ao processo de otimização de portfólio e de foco em seus ativos core, a Valid anunciou a venda dos ativos de meio de pagamentos, identificação e DATA dos Estados Unidos. Como parte do nosso processo de acelerar a inovação e transformação das nossas verticais de negócio, criamos a Valid Ventures, e o primeiro exemplo dessa estratégia de investimento foi a aquisição minoritária da Vsoft e Via Soft.

• 2023

Em maio de 2023, com o objetivo de impulsionar a estratégia em ID Digital no ambiente de clientes públicos e privados, a Companhia realizou a aquisição da Flexdoc, sediada em Brasília, no Distrito Federal, e que atua na validação e autenticidade de documentos para análise de fraude e automação de processos regulatórios.

- **2024**

Concluimos o processo de venda do imóvel de São Bernardo do Campo (SP), assim como a de sua participação na Empresa Serbet/Estacionamento Digital, com o objetivo de focar nas atividades core. Em março de 2024, a Valid anunciou a conclusão da venda da participação de 67,5%, equivalente a 8.863.743 ações, por €32.175.387, que a Valid Soluciones Tecnológicas ("Valid Espanha") possuía na empresa de IOT Cubic Telecom.

1.2 – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

Vivemos na economia da confiança. Nessa economia, a moeda é a identidade, e identificação é o que dá valor a ela. Para a Valid (B³: VLID3 - ON), identificação é reconhecer algo ou alguém como verdadeiro. Estamos no seu RG, nos seus cartões de banco, nas transações que faz pelo celular e em todos esses lugares, usamos tecnologia de ponta. Somos mais de 3.000 colaboradores em mais de 15 países levando em consideração as particularidades culturais e regionais, para entregar soluções personalizadas e integradas. No Brasil, somos a maior empresa em emissão de documentos de identificação, no mundo ocupamos a 5ª posição na produção de SIM Cards e estamos entre os 10 maiores fabricantes de cartão do planeta.

Investimos permanentemente para atuarmos como um parceiro estratégico e diferenciado no mercado, preservando os aspectos de privacidade e de conformidade que passam a figurar cada vez mais no mapa de riscos de controladores e operadores de dados. Atualmente, fornecemos nossos produtos e serviços em diversos países, com maior presença no Brasil, Estados Unidos, Espanha, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Argentina, China e México.

A Valid acredita em um modelo diversificado de negócio a serviço do propósito de identificação segura. Ouvimos nossos clientes, configuramos soluções personalizadas e executamos uma abordagem que permite melhor tomada de decisão e uma experiência personalizada do seu cliente. Nossa equipe de especialistas globais trabalha lado a lado com nossos clientes para desenvolver e executar uma jornada completa de transformação para atender às necessidades em constante evolução de seus próprios clientes.

O portfólio de produtos e serviços oferecidos pela Companhia com o foco em identificação de pessoas, objetos e transações inclui: carteiras de identidade, certificados digitais, aplicativo de Secure Digital ID, carteiras de habilitação, sistemas de identificação e validação biométrica; impressos de segurança; selos rastreáveis; cartões bancários de crédito e débito incluindo contactless cards; SIM Cards e embedded-SIMs; gestão digital de faturas e esteira de comunicação com clientes; soluções para gestão de cidades inteligentes como matriz estruturadora de informações para gestão municipal; impressão e diagramação segura de provas e exames oficiais; sistemas de gestão de assinaturas e serviços de rastreabilidade utilizando tecnologia RFID.

A construção desse completo portfólio só foi possível graças a um dos mais fortes pilares estratégicos da Companhia: o foco na necessidade do cliente. Com foco em soluções para governos e grandes organizações privadas, sempre buscamos compreender a real necessidade de cada negócio. É assim que criamos soluções personalizadas e integradas, que inspiram a inovação nas empresas. Atuando com sigilo, eficiência e qualidade, atestadas pelos mais altos graus de certificações recebidas em todo o mundo, damos aos clientes a segurança e a confiança que eles precisam para atingir o seu público e os seus objetivos.

Em 2024 emitimos aproximadamente 31 milhões de documentos no Brasil, vendemos mais de 220 milhões de SIM Cards no mundo e mais de 69 milhões de cartões financeiros entre Brasil e Argentina.

Ao longo dos últimos anos trabalhamos fortemente na diversificação do nosso portfólio de serviços, pois entendemos que vários dos produtos e soluções atualmente fornecidos estão no meio de uma transformação do mundo físico para um ambiente digital cada vez mais conectado. Nossa atuação de seis décadas nos tornou uma referência na identificação segura de pessoas, objetos e transações, sendo esse aspecto o responsável por nos credenciar nesse ambiente digital hiper conectado e continuar provendo soluções de identificação segura, de uma maneira

simples e confiável, usando a tecnologia em prol da eficiência, competitividade e sustentabilidade.

Identificamos os benefícios que sempre trazemos aos nossos clientes: permitir transações seguras entre pessoas e empresas, em ambientes confiáveis e simplificando os processos corporativos e a vida dos seus clientes. Dessa forma, nós ajudamos a criar valor duradouro para as empresas – mesmo em um mundo que não para de mudar. Nós buscamos inovação porque acreditamos que, para atingir grandes resultados, é preciso articular as melhores tecnologias disponíveis e construir algo novo, personalizado para cada cliente.

A nossa motivação é promover um mundo altamente integrado, inclusivo e interdependente, onde já não existem barreiras entre online e offline. Para atuar nesse contexto, nos apoiamos em nossos valores – crenças das quais não abrimos mão.

Nossos valores:

O nosso jeito Valid é composto por quatro valores, e cada um deles tem um conjunto de comportamentos que se aplicam para todos os times.

- **Somos movidos pelo cliente**

- Conhecemos e escutamos nossos clientes e parceiros para entender suas reais necessidades e seus objetivos.
- Construímos relações de confiança em todas as nossas interações, buscando encantar e superar expectativas.
- Tratamos clientes e parceiros como prioridade, sempre dentro dos acordos definidos entre nós.
- Não desprezamos feedbacks e críticas, nem tomamos decisões prejudiciais ao negócio.
- Não colocamos a credibilidade da empresa em risco e nem prometemos mais do que podemos cumprir.
- Não agimos apenas a favor de objetivos e resultados de curto prazo.

- **Nunca paramos de evoluir e aprender**

- Focamos continuamente em melhorar aquilo que já fazemos ou em criar algo que nunca foi feito.
- Somos curiosos, flexíveis e nos adaptamos rapidamente a novos cenários.
- Somos inconformados e buscamos sempre o crescimento sustentável do negócio.
- Não buscamos inovações sem propósito ou conexão com nosso negócio.
- Não somos resistentes a mudanças nem nos acomodamos com o "sempre foi assim".
- Não temos medo de falhar e nem desestimulamos tentativas de melhorar o que já existe ou de fazer algo novo.

- **Fazemos acontecer e fazemos bem-feito**

- Somos orientados a resultados e comprometidos com nossas entregas, assumindo a responsabilidade por nossas ações.
- Agimos com proatividade e pensamento crítico, analisando os riscos na tomada de decisões.
- Buscamos a excelência no que fazemos, priorizando a segurança e a atenção aos detalhes.
- Não descuidamos de nenhuma demanda, nem deixamos de cumprir com nossas atribuições.
- Não tomamos decisões que coloquem as pessoas ou a empresa em risco.

- Não abrimos mão da qualidade de nossas entregas e não agimos de forma impensada ou impulsiva.

- **Jogamos juntos e jogamos limpo**

- Praticamos a colaboração, o trabalho em equipe e a comunicação clara e direta.
- Somos comprometidos com o resultado coletivo, compartilhando conhecimento e cumprindo o que foi combinado.
- Nossas ações são guiadas por ética, transparência e respeito à diversidade de pessoas, ideias e opiniões.
- Não agimos em benefício próprio ou de um único grupo, nem evitamos conversas difíceis.
- Não priorizamos objetivos individuais, nem tomamos decisões que impactem outros times sem envolvê-los.
- Não ultrapassamos nossos limites éticos, nem desrespeitamos pessoas e acordos dentro e fora da Valid.

A Valid acredita que:

- **Capacidade de adaptação às mudanças do mercado:** Nosso sucesso pode ser atribuído à capacidade de antever e nos adaptar às mudanças de mercado. Adaptamos constantemente nossas soluções de negócio às demandas dos nossos clientes e às mudanças no cenário econômico brasileiro e mundial. Nesse contexto, interpretamos as novas tendências e implantamos as tecnologias mais avançadas e aderentes que geram valor em cada produto e serviço construído em conjunto com nossos clientes.
- **Integração de soluções, com flexibilidade de escolha entre várias tecnologias existentes:** Temos larga experiência em identificar, acessar, escolher e adaptar tecnologias já estabelecidas ou emergentes, aplicáveis aos segmentos em que atuamos. Ao explorar tecnologias e produtos existentes por meio de parcerias comerciais, disponibilizamos à nossos clientes soluções de alta tecnologia sem a realização de vultuosos investimentos para o desenvolvimento de seus produtos e serviços.
- **Relacionamento de longo prazo com clientes:** Nossa capacidade de produção, pontualidade no cumprimento de prazos, a segurança e confiabilidade de serviços têm nos permitido manter relacionamentos de longo prazo com nossos principais clientes. No segmento de sistemas de identificação temos contratos com entes governamentais, obtidos em processo de licitação pública, cujo prazo varia entre 1 e 4 anos, podendo ser renovados até o limite máximo de 5 anos, sendo que, historicamente, sempre tivemos capacidade de renovar nossos contratos. Em nossos demais segmentos de negócios, os quais concentram, principalmente, instituições financeiras e empresas de telecomunicação, nossos clientes mais relevantes já se encontram em nossa carteira, em média, há 15 anos. Ao oferecer um pacote completo de soluções feitas sob medida e de alto valor agregado, criamos e mantemos relacionamentos de longa duração com toda nossa carteira de clientes.
- **Diversificação geográfica, por produtos e por clientes de nossa receita líquida:** Em 2024, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31/12 de 2023 e 2022, cerca de 60% da nossa receita líquida era gerada no Brasil. Beneficiamo-nos também da pulverização de nossa base de clientes, na medida em que a eventual redução de negócios em um determinado mercado pode ser compensada pelo crescimento de outro mercado.

- **Nossas Estratégias:** Uma marca comprometida com a comunicação e a transparência. Que abrange nossa diversidade geográfica e de negócios. Que opera de forma consistente, considerando as particularidades de cada país e cultura. Que busca implementar processos unificados e incentivar as trocas de conhecimento por todo o mundo. Somos historicamente uma empresa de resultados crescentes. Mesmo diante dos desafios do mercado brasileiro e mundial nos últimos anos, contamos com uma curva de investimentos construída ao longo do tempo que garante a sustentabilidade do negócio. Essa adaptação vem para confirmar a maturidade e estabilidade da Valid: uma iniciativa que constrói nossa imagem e reputação no cenário mundial.
- **Ser o melhor parceiro de nossos clientes, oferecendo um portfólio completo de produtos:** Nosso posicionamento é ser o melhor provedor de soluções de identificação e transações seguras, oferecendo um pacote completo de produtos (one-stop-shop) que atende às necessidades dos clientes. Nossa estratégia é a de sempre adicionar novas soluções ao nosso portfólio, focando nas atuais e futuras demandas de nossos clientes.
- **Buscamos ganhos de eficiência em todas as nossas linhas de negócios:** Também temos por estratégia obter a sinergia entre as regiões onde atuamos por meio da contínua busca por performance e eficiência, buscando elevar padrões da qualidade de produtos e serviços para os nossos clientes B2B (empresa-para-empresa). Através da constante revisão de fluxos operacionais, investimos em projetos de automação visando a reduções de custos, ganhos de eficiência e melhora de nossas margens operacionais.

Mapa de Atuação

O organograma abaixo apresenta a distribuição geográfica de nossas unidades de negócios na data deste Formulário de Referência:



1.3 - INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS OPERACIONAIS

a. Produtos e serviços comercializados

1) Sistemas de Identificação

A Companhia oferece uma estrutura *full service*, com amplas frentes de atendimento, que englobam escopos que atendam às diferentes necessidades dos clientes, que vão desde ofertar uma solução completa que abrange o atendimento ao cidadão, com sistemas de captura de dados biométricos e biográficos, com geração de sistemas informatizados para a administração de bancos de dados e digitalização de documentos, até impressão e personalização dos documentos oficiais de identificação, disponibilizando o documento na versão digital com todas as camadas de segurança, como também soluções para Gestão de Cidades Inteligentes e selos rastreáveis.

Somos provedores de soluções para produtos de segurança e identificação pessoal no Brasil, prestando serviços para diversos estados. Em termos econômicos e populacionais, de acordo com o IBGE podem-se destacar: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul.

A população da nossa área de atuação neste segmento no Brasil soma mais de 170 milhões de habitantes. Atendemos a aproximadamente 80% desta população do país (de acordo com o IBGE), em se tratando de fornecimento de soluções para identificação, sendo que nos últimos 05 (cinco) exercícios emitimos mais de 100 milhões de documentos de identificação.

A Valid é considerada a maior integradora de soluções de identificação, provendo as soluções de segurança mais inovadoras aos cidadãos e profissionais de diversas instituições. Nosso diferencial é conhecer o cliente e seus processos, mapeando e identificando as profundas necessidades, de modo a ofertar soluções que realmente entreguem os resultados que façam a diferença no dia a dia, ainda mais ao cliente final, o cidadão.

Houve melhoria contínua nos processos e soluções, de modo que diversos processos foram automatizados, e ampliadas as formas de atendimento, disponibilizando formatos em que a interação do cidadão/público com o atendente é através de uma tela, ou mesmo ele próprio fazendo o autoatendimento, de forma totalmente automatizada.

Em 2024, assumimos dois novos contratos de emissão de RG/CIN nos estados do Ceará e Bahia, dois dos maiores estados que ainda mantinham operação própria, incluindo o atendimento e a captura biométrica da população e a emissão da CIN (Carteira de Identidade Nacional) nos seus três formatos (papel, polycarbonato e digital). Estes novos contratos agregaram mais de dois milhões de documentos no volume anual da Valid.

Adicionalmente, com as aquisições de Flexdoc e Vsoft, a Companhia ampliou seu portfólio de produtos e serviços, incorporando soluções especializadas em biometria digital para autenticação e identificação de pessoas, certificação digital e gestão de documentos, bem como tecnologias voltadas para o gerenciamento de processos e tarefas com foco em produtividade e automação. A expansão contempla o uso de reconhecimento facial e de impressões digitais para controle de acesso e identificação remota, plataformas para certificação digital e gestão segura de documentos com validade jurídica, sistemas direcionados à automação e otimização de rotinas administrativas e operacionais, além de APIs avançadas para extração de dados, análise de fraude, validação documental e infraestrutura em nuvem. A Companhia também passa a oferecer soluções para a criação de workflows personalizados, promovendo automação,

alta performance e escalabilidade nos processos corporativos. Com essa ampliação, reforça sua posição no mercado e aprimora sua capacidade de atender grandes instituições e empresas em todo o Brasil, contribuindo para o avanço da inovação tecnológica, segurança digital e eficiência operacional.

Há ainda mais uma importante avenida de crescimento focada em soluções para Gestão de Cidades Inteligentes com utilização da tecnologia para melhorar a qualidade de vida do cidadão e em nosso portfólio de produtos e serviços para essa vertical, já contamos com soluções que auxiliam a gestão de forma moderna e digital para dar respostas mais rápidas e precisas às necessidades sociais e econômicas dos municípios, incluindo Saúde, Educação, Mobilidade e Segurança. Implantamos em São Caetano do Sul, uma solução completa de Cadastro Unificado do Cidadão, utilizando coleta biométrica de dados e gestão do sistema unificado de serviços, trazendo interoperabilidade entre os sistemas do Município, de modo que a informação do cidadão possa ser única e atualizada de forma global em diversos bancos de dados, facilitando sua busca numa base única, além da implementação do sistema de informações geográficas cujo objetivo é auxiliar na arrecadação correta do IPTU. Nossas soluções para gerenciamento de cidades inteligentes são replicáveis para outros Estados e países que atuamos.

Em 2018 passamos a reportar o resultado das operações da certificadora digital dentro do segmento de Identificação. A Certificadora Digital teve início em 2012 e foi responsável por 10% dos 10,8 milhões de certificados digitais emitidos no Brasil no ano de 2022, de acordo com dados do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação).

A Valid Certificadora é especializada em serviços digitais de confiança, privacidade, identificação, cifragem, autenticação e autorização, realizando operações criptográficas para identificar pessoas e equipamentos, seguindo os padrões nacionais e internacionais. Credenciada pelo ITI, é uma autoridade certificadora emissora de certificados digitais ICP-BRASIL, tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL/TLS e certificados digitais de atributo.

Entre as áreas de atuação especializadas, a Valid Certificadora é prestadora de serviço e suporte, autoridade de carimbo de tempo, prestadora de serviço para entidade emissora de atributo (PS EEA), prestadora de serviço biométrico (PSBIO) e prestadora de serviços de confiança credenciada na ICP-Brasil; além de emissora de certificados SSL/TLS de raiz internacional.

Recebeu a recertificação do selo WebTrust em 2022, após auditoria, atestando a sua conformidade com o American Institute of Certified Public Accountants (AICPA) e o Canadian Institute of Chartered Accountants (CICA).

Com uma rede de distribuição de mais de 3.600 locais de atendimento no Brasil e exterior; comercializa certificados digitais ICP-BRASIL para emissão em software, smartcards, tokens e em nuvem - com um processo rápido de compra e emissão presencial ou por videoconferência – proporcionando uma melhor experiência aos clientes.

2) Meios de Pagamento

Nesse segmento fornecemos produtos e soluções integradas, tais como: cartões com chip, contactless e de tarja magnética, gift cards faturas e extratos bancários, dentre outros. Ainda, ofertamos soluções em Radio Frequency Identification – RFID, de pagamentos móveis (por meio de TSM – Trusted Service Manager e HCE – Host Card Emulation, via NFC – Near Field Communication) e soluções que viabilizam o pagamento instantâneo.

Temos como principais clientes deste segmento algumas das maiores instituições financeiras do mundo e somos homologados para prestação de serviços integrados às bandeiras Visa, Mastercard e AMEX, com presença no Brasil, Uruguai e Argentina.

Na área de Meios de Pagamento os nossos focos no segmento digital são:

- (i) **Desmaterialização de documentos:** Hoje somos responsáveis pela impressão digital de contas, extratos bancários, boletos e comunicações de milhões de usuários de serviços bancários, de seguros e diversos prestadores de serviço como operadoras de Telecomunicações e Distribuidoras de Energia. Criamos novas funcionalidades e adicionamos novos canais digitais a cada ano, entregando cada vez mais segurança ao serviço e garantindo aos nossos clientes o método mais conveniente de acessar e interagir com seus usuários.
- (ii) **Soluções de Rastreabilidade:** A empresa tem procurado diversificar a oferta de RFID de forma a abordar o mercado de rastreabilidade de maneira mais ampla. A empresa tem adotado uma estratégia de apresentar soluções de rastreabilidade agnósticas quanto ao método de captura de dados de forma que o foco da solução seja endereçar a necessidade do cliente com uma abordagem de escolha de tecnologia mais assertiva para o momento de atuação do cliente. Assim, a Valid combinou seus conhecimentos de gestão e análise de dados com sua experiência em rastreabilidade para criar plataformas de software que capturam e tratam dados automaticamente, auxiliam no controle e expedição de itens e na localização de movimentações de itens em trânsito.
- (iii) **Mobile Banking:** A evolução da oferta mobile da Valid para transações financeiras acompanha as necessidades do mercado, principalmente para atender a novos casos de uso. Alguns dos principais pontos tratados no momento são: (i) acessibilidade do serviço, (ii) segurança por biometria. O objetivo da Companhia é continuar a expansão, para que mais usuários possam usufruir desse canal, através de nossos clientes.

3) Mobile

Nesse segmento, a Companhia atua na prestação de serviços que aprimoram a comunicação das operadoras telefônicas com seus clientes, no desenvolvimento de tecnologias para uso em celular - como recarga e pagamento - e também na produção de cartões voltados a telecomunicação, sendo os SIM Cards o principal produto da unidade de negócio.

Estamos entre os 5 principais fornecedores de SIM Card no mundo e em um cenário de estabilidade de volume global, contamos com um Market share global de cerca de 10% desde quando passamos a nos tornar um importante fornecedor global de SIM Cards, agregando benefícios em escala e consequentemente maior competitividade no mercado.

Possuímos um amplo portfólio de serviços de telecomunicações, destacando-se a emissão de extratos, produção de SIM Cards e inovações em mobilidade digital, como soluções de Advanced OTA, Handset management e Home Zone destinadas às operadoras de telefonia móvel.

Seguindo a estratégia de participarmos de forma mais ativa na era da vida conectada e estarmos preparados para a transição do SIM Card tradicional para o eUICC SIM (embeded SIM), provendo o produto, o sistema operacional e a plataforma de personalização (Subscription Manager.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Receita alocado por segmento* (R\$ milhões, exceto quando em percentual)	2024	2024%	2023	2023%	2022	2022%
Meios de Pagamento	787,5	36,3%	891,7	39,5%	684,3	36,4%
Sistemas de Identificação	846,2	39,0%	747,2	33,1%	637,3	33,9%
Mobile	537,6	24,8%	616,6	27,3%	557,9	29,7%
Total	2.171,3	100,0%	2.255,5	100,0%	1.879,5	100,0%

c. Lucro resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Lucro alocado por segmento ¹ (R\$ milhões, exceto quando em percentual)	2024	2024%	2023	2023%	2022	2022%
Meios de Pagamento	100,6	25,7%	154,9	33,5%	84,7	22,4%
Sistemas de Identificação	212,1	54,2%	204,4	44,2%	180,6	47,8%
Mobile	78,6	20,1%	103,5	22,4%	112,5	29,8%
Total	391,3	100,0%	462,8	100,0%	377,8	100,0%

¹Lucro alocado por segmento compreende a receita líquida menos os custos, despesas de venda e administrativas, portanto, não considera outras receitas e despesas operacionais líquidas, resultado de equivalência patrimonial, resultado financeiro e despesa com imposto de renda e contribuição social

1.4 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a. Características do processo de produção

A Companhia possui 3 segmentos, divididos em todas as suas áreas de produção, quais sejam:

1) Identificação

O segmento de identificação oferece soluções físicas, eletrônicas e digitais, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status.

Os principais documentos de identificação são as carteiras de identidade (RG e/ou CIN), carteiras de habilitação, carteiras de conselho de classe, selos para segurança e autenticidade de marcas.

A Companhia atua neste segmento como fornecedora de serviços, participando ativamente de todas as etapas do processo, desde o atendimento ao cidadão na ponta, na coleta de dados biométricos (foto, assinatura e impressões digitais) e biográficos (nome, filiação, etc.) dos cidadãos e profissionais, até a entrega dos documentos oficiais de identificação já personalizados, englobando a geração de sistemas informatizados com grande experiência em administração de bases de dados. Atualmente, além do documento físico, o cidadão e profissional de cada instituição atendida pela Valid também possui o documento em sua versão digital, contendo diversas camadas e elementos de segurança, trazendo mais comodidade e celeridade na identificação, auxiliando os Estados na busca de maior eficiência no uso desta versão, automatizando processos, etc.

Com a promulgação do Decreto 10.977/22, que institui a Identidade Civil em modelo nacional e padronizado, utilizando o CPF como único identificador do cidadão, a Valid buscou estar aderente a todos os requisitos exigidos pelo governo, para que os estados pudessem iniciar o fornecimento do novo modelo, desde que também cumprissem os requisitos técnicos e integrações que são necessárias. Atualmente, cerca de 5 (cinco) estados em que a Valid já presta serviços estão ofertando o novo modelo, na versão física e digital, cada um a depender de sua regra de negócio (se emissão na primeira via ou segunda via ao cidadão, intervalo de idade a fornecer a nova identidade, dentre outras).

Seus principais clientes, nessa unidade de negócio, são os governos estaduais e órgãos públicos federais, sendo atendidos com diferentes escopos, confeccionando e personalizando diferentes tipos de documentos seguros.

No Brasil, a vertical ID, unidade de Soluções de Identificação, conta com uma infraestrutura de mais de 80 sites de emissão de documentos, sendo presente em 13 estados e contando com mais de 1.000 colaboradores. Contudo, devido ao fornecimento de identificações funcionais para conselhos de classe nacionais, há fornecimento de serviços nos 27 estados.

Ainda no segmento de identificação buscou-se sua implementação em novos clientes e modalidades, tendo sua novidade no fornecimento de uma solução de validação biométrica em alunos da rede pública estadual do Estado do Paraná. O quantitativo de alunos que se espera alcançar é de aproximadamente 1,2 milhões, sendo feitos em etapas, já que as escolas necessitam ter fibra ótica, internet e possuírem algumas premissas básicas para que o registro de presença e

frequência escolar, chamada em aula, seja feito através da validação biométrica dos alunos. A solução permite uma grande economia de tempo, cujos estudos apontam cerca de 100 horas anuais em cada turma, fazendo com que tal tempo possa ser redirecionado para atividades que tragam mais resultados e benefícios aos alunos, além de possuir maior controle dos mesmos, permitindo maiores análises qualitativas dos alunos, como presenças em quais disciplinas, escolas e turmas, quantitativo de alunos matriculados x presentes em disciplinas, etc. Desde a implantação, em outubro de 2022, a chamada manual foi abolida das escolas e atualmente há cerca de 927 mil alunos cadastrados no sistema.

No segmento de rastreabilidade, a Companhia tem atuado no desenvolvimento de projetos e soluções de identificação e rastreamento de produtos, veículos, commodities agrícolas, etc., prestando serviços para os setores público e privado. Para isso, a Valid investiu em equipamentos e integração de sistemas que permitem identificar produtos em sua linha fabril e garantir seu rastreio e autenticidade em todos os elos da cadeia.

Em abril de 2012, a Valid iniciou o desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e de serviços da sua unidade de negócio de certificação digital, que começou a operação de emissão dos primeiros certificados próprios em 2012.

A unidade nasceu da crescente virtualização de transações presenciais para equivalentes eletrônicas, cada vez mais dependentes de tecnologias que possam atribuir autenticidade, integridade, confiabilidade e previsão de validade jurídica. Essas características acentuam a preocupação e a obstinação do Grupo em oferecer serviços cada vez mais completos e aderentes às mudanças do comportamento humano, frente à dinâmica de modernização de processos de negócios.

A Valid Certificadora Digital conta com um qualificado corpo técnico e executivo atuante com os seus clientes na oferta de tecnologia, consultoria, serviços e treinamento para uso e implantação da certificação digital como elemento fundamental na desmaterialização de processos e documentos (GDE).

O segmento de certificação digital oferece serviços, consultoria e tecnologia para emissão, aplicação e uso de certificados digitais globais, privados e qualificados pelo governo brasileiro, tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL/TLS, credenciais essenciais às atividades profissionais de pessoas físicas e jurídicas em transações eletrônicas.

Entre as áreas de atuação especializadas, a Valid Certificadora é prestadora de serviço e suporte (PSS), autoridade de carimbo de tempo (ACT), prestadora de serviço para entidade emissora de atributo (PS EEA), prestadora de serviço biométrico (PSBIO) e prestadora de serviços de confiança (PSC) credenciada na ICP-Brasil; além de emissora de certificados SSL/TLS de raiz internacional.

Além da emissão de carimbos do tempo e certificados digitais, a Valid oferece serviços de credenciamento e infraestrutura para hospedagem e operação de Autoridades Certificadoras e de Registro, serviços de biometria, de acordo com as normas brasileiras para gerenciamento de chaves públicas.

2) Meios de Pagamentos

A Companhia desenvolve e oferece soluções de tecnologia, cada vez mais demandadas pelo consumidor, para garantir a segurança no uso de meios de pagamento alternativos ao uso de

dinheiro em espécie.

Esse segmento consiste, principalmente, na fabricação e venda de cartões que são utilizados diariamente em uma ampla gama de aplicações, tais como pagamentos, identificação, personalização, armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados e “gift cards”. Nossos cartões são utilizados em setores que variam de assistência médica a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Este segmento abrange também a fabricação de documentos de segurança, tais como talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos diversos. Adicionalmente, os sistemas tecnológicos que utilizamos no processo de produção de nossos cartões foram devidamente certificados pela Visa, Mastercard e American Express.

Com uma gestão próxima de seus clientes, a Companhia busca afiançar a inovação tecnológica necessária para acompanhar constantemente a evolução do mercado e garantir a segurança e confiança em suas operações nos segmentos de cartões, impressão eletrônica/personalizada, extratos, logística e em todos os serviços que compõem o portfólio completo de soluções integradas da unidade de negócio.

Acerca da tecnologia RFID, a Companhia é a pioneira na fabricação própria de tags de identificação eletrônica com capacidade de desenvolvimento para as mais diversas aplicações do mercado e é a única empresa brasileira com o benefício do PPB (Processo Produtivo Básico), que incentiva a produção de bens em solo nacional, atuando fortemente com as maiores empresas do segmento de bens eletroeletrônicos.

3) Mobile

Com ampla experiência na segurança de informações e no desenvolvimento de cartões inteligentes, até então em meios de pagamentos, a Valid também passou a atuar diretamente no mercado de serviços para a área de telecomunicações, e hoje, estamos entre os 4 maiores fornecedores de SIM Cards no mundo.

Nesse segmento, a Companhia atua na prestação de serviços que aprimoram a comunicação das operadoras telefônicas com seus clientes, no desenvolvimento de plataformas seguras para o segmento de Telecom, tais como: Plataformas OTA (*Over-the-Air*) Tradicional e Avançada, Plataformas de Orquestração de serviços, Device Manager, Device Entitlement Server, soluções seguras de eSIM (embedded SIM), Onboarding Digital, sistemas operacionais seguros para seus chips e dispositivos conectados entre outras. Autamos também na produção de elementos seguros voltados a telecomunicação, sendo os SIM Cards e os eSIMs (embedded SIMs) os principais produto da unidade de negócio.

Em 2010, com a aquisição da Valid Espanha, a Companhia passou a contar com seu próprio sistema operacional para SIM Cards e com um time de P&D (Pesquisa & Desenvolvimento) responsável pelo desenvolvimento de software e pela inovação necessária para acompanhar a evolução do mercado.

Em 2015, iniciamos nossas operações nos Estados Unidos e México, além de contarmos com fábricas no Brasil, Espanha e Argentina. Anunciamos no mesmo ano a aquisição da Fundamenture, empresa localizada na Dinamarca, que atua no negócio global de Telecom, com presença importante na Ásia, África e Oriente Médio. Com foco na produção e comercialização de SIM Cards, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para cartões inteligentes e gerenciamento de software e soluções para operadoras móveis.

Passamos a competir melhor em um mercado cada vez mais commoditizado onde escala é um componente fundamental e hoje temos um volume anual de mais de 250 milhões de SIM Cards para diversos países, reflexo do empenho estratégico da Valid de aumentar sua participação de mercado neste produto.

O segundo benefício que esta aquisição nos trouxe foi a ampliação da nossa presença geográfica e do portfólio de produtos que nos permitem ter acesso a mais clientes de telefonia móvel que demandam produtos de diferentes características. Desta forma passamos a atender a uma parcela relevante das maiores operadoras móveis ao redor do mundo, quando antes tínhamos apenas quatro grandes clientes em nossa carteira.

Pensando nas tendências do mercado de Telecom, a Valid possui instaladas ao redor do mundo em diversas MNO's / MVNO's mais de 100 plataformas de subscription management para eSIM, essa nova fase do elemento seguro para dispositivos móveis considera um mercado mais amplo uma vez que o elemento seguro agora faz parte da conectividade relacionada às iniciativas de Consumer Devices e de Internet das Coisas (IoT), com a tecnologia eSIM o chip está embarcado não só num celular mas também em outros tipos de dispositivos, por exemplo automóveis, medidores de energia, smart watches e etc.

Nesse novo contexto, a solução considera a parte do chip, mas também uma plataforma de ativação do chip (Remote Subscription Management). Especificamente nosso foco tem sido numa nova versão de chip com características de segurança mais avançadas e com a possibilidade de atualização remota mais poderosa assim como numa plataforma de última geração que permite gerenciar a informação do chip uma vez que uma solicitação de ativação é feita por exemplo por uma montadora de automóveis. Essa plataforma faz uma personalização remota do chip com informação da operadora móvel que está fornecendo a conectividade e também dados específicos do cartão para que ele possa autenticar o dispositivo de forma segura na rede móvel. A Valid participa ativamente hoje em vários projetos de eSIM, seja no segmento MNO (operadoras de telefonia), seja em IOT/M2M (montadoras, empresas de transporte, agro, etc.).

A companhia continua atuando fortemente no mercado global de SIM Cards, além das diversas iniciativas digitais para gerenciar as subscrições de eSIM. A Valid possui um portfólio completo de plataformas que englobam desde OTA Tradicional e Avançada, Plataformas de Orquestração de serviços, Device Manager, Device Entitlement Server, soluções seguras de eSIM (embedded SIM), Onboarding Digital, sistemas operacionais seguros para seus chips e dispositivos conectados entre outras.

A partir de 2020 a Valid começou a investir fortemente nas soluções seguras de eSIM para OEMs (Original Equipment Manufacturers), esta solução permite que os fabricantes de dispositivos obtenham uma estratégia de desenvolvimento de produtos e dispositivos já conectada, permitindo um ciclo de vida prolongado do produto e um valor agregado para seus clientes e outras partes interessadas na cadeia de valor. A utilização das soluções de eSIMs da Valid desde o início de um projeto permite que os OEMs e/ou seus clientes escolham e alterem os provedores de conectividade de uma maneira muito mais simples e transparente do que existe atualmente, e totalmente remota.

Os OEMs podem oferecer mais serviços prontos para uso para os seus clientes, por conta própria ou por meio de uma abordagem ecossistêmica. Como resultado, as soluções da Valid para OEMs criam um mundo mais conectado para todos os envolvidos.

b. Características do processo de distribuição

A Companhia não possui frota própria para a entrega de seus produtos. Todos os fretes são contratados pela Companhia ou pelos próprios clientes, podendo estes serviços de frete serem prestados com segurança ou sem segurança conforme acordo contratual, podendo estes serviços de frete serem prestados com segurança com escolta, com rastreamento ou sob demanda do cliente.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

1) Identificação

Empresas, governos e o setor público em geral, têm a necessidade de identificar indivíduos e documentos, para uma variedade de propósitos, tais como identificação, segurança social, controle de acesso e registros públicos. As soluções devem ser seguras, a fim de proteger a privacidade do indivíduo e racionalizar os custos administrativos.

Os governos estaduais são geralmente os principais clientes de soluções de sistemas de identificação. Depois de vencer um processo de licitação no sistema de menor preço ao consumidor final, as empresas de sistemas de identificação celebram contratos de longo prazo com os governos estaduais, por períodos de dois a cinco anos.

A modernização do sistema de identificação no Brasil e unificação de informações entre os Estados por meio digitalmente está em discussão e estamos preparados para atender uma nova demanda.

O mercado de certificação digital no Brasil consiste em vários serviços principalmente ligados ao e-CPF, e-CNPJ, soluções corporativas com certificados SSL/TLS que garantam a segurança das transações digitais e soluções para o governo. Para tornar-se uma autoridade de certificação no Brasil, a empresa tem de ser credenciada pela ITI-Brasil.

2) Meios de Pagamento

O uso de cartões como meio de pagamento está amplamente difundido na indústria financeira. Existem diversas tecnologias no mercado de meios de pagamento para emissão de cartões, as mais modernas passam pela digitalização dos cartões, e no bussines tradicional, estamos passando por uma migração dos cartões EMV (com chip) para tecnologia dos cartões dual interface (contactless).

Soluções de rastreamento (RFID)

O Brasil já indicou que irá adotar no futuro uma política de rastreamento obrigatória para medicamentos e outros produtos que também poderiam ser objeto de soluções de rastreamento no futuro.

3) Mobile

O mercado mundial de dispositivos móveis demandará cada vez mais conectividade. Objetos conectados já fazem parte do nosso cotidiano, ainda em número não expressivo, entretanto há previsões de crescimento nos próximos anos. Juntamente com a evolução da tecnologia em todos os setores, muitos produtos e serviços estão adaptando suas especificações e recursos atuais para suportar novos recursos disponíveis, como o embedded SIM (eSIM) e o iSIM (integrated SIM) por exemplo. Essa tendência só aumentará, impulsionada pela necessidade de um mundo conectado

e outros avanços a partir das redes 5G, que servem de rodovia para o desenvolvimento de novas soluções que antes não eram possíveis.

Em 2022, o mercado global de SIM Card removível atingiu volume de 4,5 bilhões de unidades vendidas, entretanto o mesmo tem previsões de retração de demanda no longo prazo, uma vez que a nova tecnologia do eSIM tem ganhado espaço, com previsões de crescimento para os próximos anos, substituindo o SIM Card tradicional gradativamente, conforme o gráfico abaixo:

Desde o surgimento da Internet das Coisas (IoT), gigantes de vários setores importantes manifestaram sua preocupação em depender de um único provedor para a conectividade de seus dispositivos, que, além de conectá-los on-line pela rede, também devem permitir gerenciamento remoto e coleta de dados gerados com base no uso (os três pilares da Internet das Coisas).

De acordo com @GSMA Intelligence, o número de conexões IoT global deverá triplicar até 2025 (crescimento de 177% em relação a 2018), o que levaria a 25,2 bilhões de conexões, gerando US \$ 1,1 trilhão em receita. Enquanto isso, as conexões SIM crescerão 16%, atingindo 9,2 bilhões de conexões.

d. eventual sazonalidade

A Companhia possui sazonalidade em suas operações, onde as receitas são normalmente mais altas no terceiro e quarto trimestre e mais baixas no primeiro e no segundo trimestre. A Companhia acredita que essa sazonalidade reflete principalmente os padrões habituais de gastos dos consumidores, ciclo orçamentário com relação às altas temporadas de compras, além de diferentes características das geografias em que atua.

(i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

A Companhia enfrenta competição em todos os segmentos em que atua. Abaixo apresentamos alguns de nossos competidores:

- Meios de Pagamento: Thales Group, IDEMIA, Intelcav, Thomas Greg, CPI, Perfect Plastic e Giesecke & Devrient.
- Identificação de Sistemas: Thomas Greg, ICE, L One, Markis, Serasa e Certisign.
- Mobile: Thales Group, Giesecke & Devrient, IDEMIA.

A Companhia se destaca dentre os outros competidores, pois é a única companhia no Brasil envolvida em todos os segmentos simultaneamente e pode alcançar significativo ganhos de escala. Como única participante nos três segmentos, nos beneficiamos da diversificação dos custos fixos e um portfólio mais equilibrado de produtos menos vulnerável a performance de um único segmento de negócio.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;***
- eventual dependência de poucos fornecedores;***

iii. ***eventual volatilidade em seus preços.***

Em todos os nossos segmentos de negócios, as principais matérias-primas utilizadas são microchips, papel e plástico, e os custos relativos a estas matérias-primas são os custos diretos mais significativos das mercadorias vendidas.

A Companhia adquire microchips de vários fornecedores que estão localizados principalmente na Ásia. Os fornecedores de papel e plástico estão localizados principalmente no Brasil e incluem Suzano de Papel e Celulose SA e CMPC Celulose Riograndense, entre outros.

A Companhia celebra contratos de fornecimento no mercado à vista, de acordo com as condições atuais no momento do fechamento e com a finalidade de manter as matérias-primas a um nível pré-estabelecido. Os custos relacionados com microchips, papel e plástico são os custos diretos mais significativos das mercadorias vendidas e foi responsável por cerca de 50% do custo total de produtos vendidos nos últimos anos.

Além de microchips, papel e plástico, também usamos outros materiais durante o processo de produção. Matérias-primas adicionais que a Companhia adquire incluem hologramas, cartuchos e produtos químicos, PVC, chips eletrônicos, solventes, bem como utilidades, tais como serviços de energia elétrica, água e telefone. A Companhia negocia os termos contratuais, tais como os preços com os clientes em uma base frequente. Portanto, a Companhia é comumente capaz de repassar aumentos de preços relacionados com o custo de matérias-primas para os seus clientes. A Companhia mantém boas relações de trabalho com os seus fornecedores.

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

- a. montante total de receitas provenientes do cliente**
- b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Nenhum cliente da Companhia é responsável por mais de 10% da receita líquida total.

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do Emissor

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Estamos de acordo com as leis e normas governamentais dos países em que atuamos. Adotamos práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas e proteção de dados pessoais vigentes.

Fabricação e Comercialização de Produtos para Telecomunicações

A fabricação de produtos para telecomunicações está sujeita à regulação e fiscalização da ANATEL, em especial ao que dispõe a Resolução ANATEL nº 242, de 30 de novembro de 2000, que estabeleceu o regulamento para certificação e homologação de produtos para telecomunicações ("Regulamento"). Em termos gerais, o fabricante nacional ou estrangeiro, por meio de seu representante legal, escolhe um Organismo de Certificação Designado – OCD devidamente habilitado a acompanhar os testes necessários ao produto projeto de análise e fornece a ele as informações técnicas correlatas. Os OCDs são instituições técnicas legalmente constituídas que, por delegação da ANATEL, são responsáveis por acompanhar os testes, realizados por laboratórios contratados pelo próprio OCD e pelo solicitante (fabricante ou fornecedor), e emitir o certificado de conformidade ("Certificado de Conformidade"). Os Certificados de Conformidade de produtos para telecomunicações, expedidos pelo OCD, constituem pré-requisito necessário à obtenção da homologação, pela ANATEL, para fins de comercialização e utilização legais destes produtos no Brasil. A homologação, por sua vez, é ato privativo da ANATEL pelo qual, na forma e nas hipóteses prevista no Regulamento, a Agência reconhece os certificados de conformidade ou aceita as declarações de conformidade para produtos de telecomunicações ("Certificado de Homologação").

Uma vez homologado, o produto deverá portar selo ANATEL de identificação, legível e indelével, conforme modelo disposto no Regulamento, incluindo o número da homologação e a identificação por código de barras. Importante evidenciar que a ANATEL indeferirá a homologação de produtos quando: (i) constatar a existência de vício formal no certificado ou na declaração de conformidade; (ii) o certificado de conformidade for expedido por organismo de certificação não designado; (iii) o certificado de conformidade for expedido por OCD, cuja designação esteja suspensa ou cancelada; ou (iv) o certificado ou a declaração de conformidade forem expedidos com base em regulamentos distintos daqueles aplicáveis ao produto e em vigor no País.

O prazo de validade da homologação de produto será: (i) indeterminado para os produtos aprovados por Certificado de Conformidade; (ii) de dois anos para os produtos aprovados por Declaração de Conformidade, expedida em caráter excepcional nas hipóteses previstas no Regulamento; e (iii) de cinco anos para os produtos aprovados por Declaração de Conformidade. Por fim, a comercialização no país de produtos não homologados, quando estes forem passíveis de homologação, bem como, a fabricação de produto em desacordo com os requisitos que fundamentaram sua certificação e homologação, para comercialização ou uso no país; ou utilização indevida da homologação ou do respectivo selo ANATEL de identificação em produto não homologado sujeitam os fabricantes e fornecedores às sanções de multa (de R\$ 100,00 a 3.000.000,00) cumulada com suspensão ou com cancelamento da homologação.

Atualmente, a Companhia detém um Certificado de Homologação para a uso e fornecimento de leitor de RFID e, portanto, com relação a este equipamento, está sujeita à regulamentação expedida pela ANATEL aplicável a esses produtos para telecomunicações.

Certificado Digital

Conforme Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001 (“MP nº 2.200/01”), o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (“ITI”) é uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Previdência, correspondendo à primeira autoridade da cadeia de certificação. Ao ITI compete ainda ser a primeira autoridade da cadeia de certificação digital – AC Raiz e, sua meta é manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras, também conhecida como ICP-Brasil, por meio da implementação de políticas de certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Nesse sentido, constitui obrigação da AC-Raiz a emissão, expedição, distribuição, revogação e gerenciamento dos certificados das Autoridades Certificadoras imediatamente subsequentes ao seu nível de certificação.

Na prática, a ICP-Brasil atua como uma identidade virtual que permite a identificação segura do autor de uma mensagem ou transação eletrônica. A identidade virtual é gerada e assinada por um terceiro de confiança, i.e., a Autoridade Certificadora que, por meio da observância às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil, associa uma entidade (pessoa, processo ou servidor) a um par de chaves criptográficas. O certificado gerado pela Autoridade Certificadora contém as informações de seu titular conforme detalhado na Política de Segurança de cada Autoridade Certificadora. Em virtude do fato de que todas as políticas e normas relacionadas à tecnologia no Brasil são controladas pela AC-Raiz, a Companhia está sujeita às suas disposições. A Companhia está sujeita, ainda, às normas expedidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, autoridade gestora das políticas relacionadas à Tecnologia da Informação.

O Comitê Gestor da ICP-Brasil é composto por cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados, designados pelo Presidente da República, e um representante de cada um dos seguintes órgãos, indicados por seus titulares (i) Ministério da Justiça; (ii) Ministério da Fazenda; (iii) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; (iv) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; (v) Ministério da Ciência e Tecnologia; (vi) Casa Civil da Presidência da República; e (vii) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A estrutura para a cadeia de autoridades certificadoras perante a ICP-Brasil é a seguinte:

Autoridade Certificadora (“AC”)

Uma Autoridade Certificadora é uma entidade (pública ou privada) responsável por emitir, expedir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar os certificados digitais. A AC tem a responsabilidade verificar se o titular do certificado possui a chave privada que corresponde à chave pública que faz parte do certificado. Cria e assina digitalmente o certificado do assinante, onde o certificado emitido pela AC representa a declaração da identidade do titular, que possui um par único de chaves (pública/privada).

As ACs podem ser credenciadas à ICP-Brasil como AC de nível 1 ou AC de nível 2. A diferença entre os níveis 1 e 2 está principalmente relacionada a infraestrutura exigida, ao processo de credenciamento, tarifários e ao patrimônio mínimo exigido para cada uma delas

Autoridade de Registro (“AR”)

Uma Autoridade de Registro é responsável por realizar a interface entre o usuário e a AC. Vinculada a uma AC, a AR visa receber, validar, enviar solicitações de emissão ou revogação de certificados digitais e identificação. Poderá estar fisicamente localizada em uma AC ou ser uma entidade remota.

Autoridade Certificadora do Tempo (“ACT”)

A ACT tem a responsabilidade geral pelo fornecimento do Carimbo do Tempo, conjunto de

atributos fornecidos pela parte confiável do tempo que, associado a uma assinatura digital, confere provar a sua existência em determinado período.

Na prática, uma ACT atesta não apenas a questão temporal de uma transação, mas também seu conteúdo.

A Companhia foi a 10ª entidade a se tornar uma AC certificada no nível 1 e, considerando a explicação acima, está sujeita às normas e à fiscalização do ITI. A Companhia opera no mercado de certificação digital e, além da emissão de licenças, a Companhia oferece serviços tecnológicos para infraestrutura de chaves públicas, consultoria e suporte nos processos de controle e suporte às atividades das ARs.

A atividade exercida pela BluPay S.A., na qualidade de “fintech” especializada em transações financeiras baseada em tecnologia blockchain, é devidamente regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A gestão da operação da Companhia considera princípios, políticas e práticas relacionadas à preservação e minimização do impacto das atividades da Companhia ao meio ambiente. Assim, a Companhia busca se desenvolver de maneira contínua e perene ao longo dos anos por mitigar sua exposição aos riscos ambientais e estar alinhada às oportunidades oriundas de uma gestão voltada à sustentabilidade do negócio.

Certificações e atendimento à legislação

Um sistema interno de gestão desenvolvido pela Companhia (Responsabilidade Total - Gestão da Tecnologia, Responsabilidade Social, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho) controla os processos da operação da Valid considerando diversas normas que estabelecem boas práticas de qualidade e sustentabilidade:

ISO9001 – Gestão da qualidade

ISO27001 – Gestão da segurança da informação

FSC – Forest Stewardship Council

ISO14001 – Sistema de gestão ambiental

Além das certificações de cada fábrica nas diretrizes das duas normas ISO acima citadas, as instalações da Valid são operadas de acordo com as práticas e princípios observados em seu sistema de Gestão de Responsabilidade Total. Além disso, as fábricas também possuem Licenças Ambientais de Operação, constantemente renovadas, que levam em conta o atendimento às exigências legais em relação ao impacto da Companhia ao meio ambiente.

Assim, a Valid agrega valor às soluções oferecidas aos seus clientes, alinhando-se às suas boas práticas para a sustentabilidade e garantindo a qualidade e confiabilidade dos produtos entregues.

Recursos naturais

A Valid orienta sua gestão ambiental para o uso racional de recursos naturais, visando trabalhar com matérias primas com menor impacto ambiental e minimizar o consumo e fazer o descarte ambientalmente correto dos resíduos (de acordo com a legislação).

Esses princípios são observados desde a compra de materiais até o treinamento dos funcionários, a gestão dos resíduos da Companhia e a instalação de suas fábricas.

A fábrica de Sorocaba, por ter sido construída recentemente, é um exemplo desta prática. Ela foi projetada seguindo os preceitos do Green Building, valorizando a harmonia entre o processo e as instalações fabris e o meio-ambiente. O prédio conta com iluminação e ventilação naturais, estação de tratamento de efluentes, usina de geradores, sistemas de reuso de água, de aparas de papel e de vácuo, entre outros.

Indicadores Ambientais

Na linha de melhorias e redução ou mitigação de impactos ambientais, a Companhia vem desenvolvendo em suas unidades fabris estudos para redução da emissão de VOC, Compostos Orgânicos Voláteis, substituindo, ou reduzindo o uso de solventes de baixa volatilidade.

A companhia disponibiliza em pontos estratégicos de sua fábrica coletores de resíduos recicláveis separados por tipo (papel; plástico; metal; vidro e não recicláveis), conforme a necessidade do local. Para garantir o funcionamento dessa coleta seletiva, a Valid treina seus funcionários para a separação correta de resíduos e faz uma pré-seleção nos coletores, destinando-os para as caçambas, em que são retirados pelas empresas contratadas para a reciclagem.

Regulação

No que diz respeito ao cumprimento da regulação ambiental brasileira, algumas das atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais que regem a proteção do meio ambiente. Estas leis e regulamentações estabelecem diversas obrigações de cunho ambiental, incluindo o licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, o armazenamento e destinação final adequada de resíduos sólidos e a necessidade de autorizações específicas para intervenções ou supressão de vegetação em áreas especialmente protegidas.

Em 1998, o governo brasileiro promulgou uma lei que impõe penalidades administrativas e criminais a empresas e indivíduos que pratiquem violações à legislação ambiental. Na esfera criminal, além da prisão dos envolvidos, as penalidades contra as empresas incluem multas, serviços comunitários e outras restrições, tais como, o cancelamento de linhas de crédito com órgãos oficiais. Na esfera administrativa, as empresas que violarem a legislação ambiental poderão ser penalizadas com multas de até R\$50 milhões, que podem ainda ser aplicadas em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência. As empresas podem ainda ter suas atividades temporária ou definitivamente suspensas, ser impedidas de celebrar contratos com o governo e, ainda, perder o direito a determinados benefícios e incentivos fiscais.

As penalidades administrativas e criminais impostas contra aqueles que violarem a legislação ambiental serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente. Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta ou indiretamente. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, quando a Companhia contrata terceiros para proceder a qualquer intervenção em suas operações como, por exemplo, a disposição final de resíduos, realização de obras ou supressão de vegetação, esta não estará isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Além disso, a legislação ambiental também contempla um dispositivo que prevê a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia para viabilizar a reparação dos danos ambientais causados e, em consequência, os recursos necessários à reparação dos danos ambientais que ocasionarmos

poderão ser buscados no patrimônio dos nossos acionistas e administradores.

A fábrica da Companhia, localizada em Sorocaba é objeto de processo de monitoramento ambiental em razão de contaminação do solo e das águas subterrâneas por metais em decorrência do rompimento pretérito de canos de drenagem de efluentes industriais contendo produtos químicos. Com os resultados do sistema de monitoramento, o órgão ambiental poderá impor medidas de intervenção e/ou remediação, bem como aplicar sanções administrativas.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia possui contratos de licença com terceiros para fazer uso de tecnologias patenteadas em seus produtos e serviços de forma a atender padronizações internacionais de fabricação. Para mais informação sobre eventuais riscos inerentes a questões relacionadas à propriedade intelectual, ver item “4.1 – Fatores de Risco – (A) À Companhia – Os produtos da Companhia poderão infringir os direitos de propriedade intelectual de terceiros “deste Formulário Referência.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**
- ii. em favor de partidos políticos**
- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

Não houve contribuições financeiras que integrem as descrições citadas acima.

1.7 - RECEITAS RELEVANTES PROVENIENTES DO EXTERIOR

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Região	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2024		2023		2022	
(Em R\$ mil, exceto quando percentual)	Receita	% na Receita Líquida total	Receita	% na Receita Líquida total	Receita	% na Receita Líquida total
Brasil	1.304,1	60,1%	1.225,3	54,3%	1.131,8	60,2%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Região	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2024		2023		2022	
(Em R\$ mil, exceto quando percentual)	Receita	% na Receita Líquida total	Receita	% na Receita Líquida total	Receita	% na Receita Líquida total
Estados Unidos	73,6	3,4%	71,1	3,2%	94,0	5,0%
Na EMEA*	303,5	14,0%	421,5	18,7%	353,5	18,8%
Nos demais países estrangeiros	490,1	22,5%	537,6	23,8%	300,1	16,0%

* Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, África do Sul, Emirados Árabes, Espanha, Indonésia, China e Nigéria.

1.8. Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Até o momento, a Companhia não vislumbra regulação estrangeira capaz de gerar efeito substancial nas atividades de suas subsidiárias no exterior.

1.9 – Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG).

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais.

A Valid presta contas em seus canais de contato com os stakeholders, divulgando prioritariamente informações sobre o tema em seu site corporativo e no Formulário de Referência. Em 2024, também publicou seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, que passa a ser publicado anualmente, comunicando indicadores sociais, ambientais e de governança

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações.

As metodologias utilizadas na elaboração do relatório de sustentabilidade da Valid em 2025 são as diretrizes da GRI (Global Report Initiative) e do Relato Integrado

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente.

Devido aos novos parâmetros para publicação de Relatório de Sustentabilidade, a companhia prevê a auditoria dos relatórios a partir de 2027.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

O endereço eletrônico onde se encontram os relatórios de sustentabilidade da Companhia é: HYPERLINK "https://valid.com/?r=0" <https://valid.com/?r=0>.

e. considerações a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG.

A matriz de materialidade da companhia foi confeccionada e comunicada no primeiro Relatório de Sustentabilidade de 2023 da Companhia, bem como os principais indicadores de gestão ASG. A matriz será revisada ao longo de 2025, e irá compor o Relatório de Sustentabilidade 2025.

f. considerações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A Companhia se tornou signatária do pacto global da ONU em 2023, esta ação possibilita o acesso as principais iniciativas e grupos de trabalho que atuam mundialmente com os princípios dos ODSs. No início de 2025 os ODSs 12 e 13 foram priorizados, à luz da estratégia ESG da Companhia, tornando-se foco de planejamento e definição de metas ao longo do ano mencionado.

g. considerações as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

A Companhia não dispõe de relatório TCFD para gerenciamento dos riscos de mudanças climáticas, adotando outras análises de riscos e indicadores em seus processos e atividades para a gestão do tema.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A companhia possui a prática de elaboração do inventário anual dos gases de efeito estufa, a realização de auditoria por terceira parte e publicação no Registro Público de Emissões do PBGHG : <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/>.

No ano de 2023 foi realizado um estudo chamado “Pegada de Carbono” para os produtos das diferentes verticais de negócio da Valid. Essa análise possibilita identificar o impacto em emissões de CO2 para cada componente utilizados em nossos produtos, possibilitando futuramente a definição de planos para neutralização das emissões.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

Como discorrido acima, a companhia divulga anualmente informações ASG através de seus Relatórios de Sustentabilidade.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável conforme discorrido no item (e).

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável conforme discorrido no item (e).

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia prevê a auditoria das informações ASG divulgadas no Relatório de Sustentabilidade a partir do ano de 2027.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável conforme discorrido no item (f).

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, conforme discorrido no item (h) acima.

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Não se aplica

1.11 - AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE ATIVO RELEVANTE

Aquisição de controladas

Contiplan Indústria Gráfica Ltda. (“Contiplan Indústria”) e Contiplan Tecnologia Gráfica Ltda. (“Contiplan Tecnologia”)

Em 1 de outubro de 2024, a Companhia, por meio da controlada BluPay, adquiriu a totalidade das ações das empresas Contiplan Indústria e Contiplan Tecnologia, pelo valor de R\$23.970, pagos na data da compra, exceto pelo montante de R\$1.000 retido para cobertura de possíveis contingências pelo período de 5 anos.

As empresas adquiridas estão sediadas em São Paulo e atuam como gráficas de segurança de alto nível, com soluções especiais para cédulas de identidade, diplomas, certificados, selos de autenticidade, ingressos entre outros. Atualmente, são fornecedoras de documentos de segurança em todas as esferas públicas nacionais.

Essas aquisições estão alinhadas à estratégia da Companhia em fortalecer a vertical de “ID”.

Na data de aquisição, conforme laudo de avaliação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos das empresas adquiridas, são conforme apresentados a seguir:

	Valor justo dos ativos e passivos na data de aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2.030
Impostos a recuperar	722
Contas a receber	1.320
Estoques	1.023
Intangível	3.118
Imobilizado	3.580
Outros ativos	3.605
Salários a pagar	(142)
Fornecedores	(454)
Impostos a recolher	(426)
Outros passivos	(1.667)
Ativos líquidos da adquirida	12.709
Total da contraprestação	23.970
Imposto diferido sobre mais valia	2.036
Ágio gerado na aquisição	13.297

As alocações efetuadas estão sumarizadas abaixo:

Mais valia de relacionamento com clientes ⁽¹⁾	2.199
Mais valia de licenças ⁽²⁾	917
Mais valia ativo imobilizado ⁽³⁾	2.873
Total	<u>5.989</u>

(1) O valor justo do relacionamento com clientes foi mensurado pelo método de *multi-period excess earnings method* ("MEEM"). Esse intangível tem vida útil definida remanescente estimada de 12,2 anos, trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 14,26%.

(2) A estimativa do valor justo foi calculada com base no método "With and Without" e baseou-se nas estimativas da administração sobre os efeitos que a ausência da licença teria sobre as receitas e fluxos de caixa da Companhia. Esse intangível tem vida útil definida de 1,25 anos.

(3) O critério geral de avaliação adotado considerou os ativos imobilizados em bom estado de conservação e adequados para uso, ou seja, os bens foram avaliados supondo-se que continuarão a ser utilizados para a mesma finalidade e no estado de conservação físico e funcional. O nível de rigor do trabalho para avaliação é definido preferencialmente como de Grau de fundamentação 1 (tabela 4 - NBR14.653-5:2006), atendendo os requisitos e disposições atualizações das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A contribuição das adquiridas para o Grupo pode ser demonstrada como segue:

Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição até 31/12/2024	1.944
Contribuição para o Grupo com lucro líquido desde a data da aquisição até 31/12/2024	126
Receita líquida da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2024	3.013
Prejuízo da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2024	(286)

A Companhia não incorreu em custos significativos para concluir a aquisição e os montantes foram reconhecidos no resultado do exercício na data em que ocorreram.

Flexdoc

Em 22 de maio de 2023, a Companhia adquiriu 100% de participação da empresa Flexdoc Tecnologia da Informação Ltda. ("Flexdoc") com uma contraprestação a ser transferida de R\$68.758, calculada conforme abaixo:

- (i) R\$20 milhões pagos na data da compra; e
- (ii) Consideração contingente de: (a) adicional de até R\$20 milhões, a depender da lucratividade da Flexdoc em 2023 e 2024, e (b) 61,85% do lucro alcançado pela Flexdoc ao longo dos próximos 4 anos. O pagamento desse montante está sujeito ao atendimento das métricas e condições contratuais e o valor justo dessa consideração contingente foi estimado com base no modelo de Monte Carlo em R\$48.757. Desse montante, R\$2.811 foram pagos em 2023, R\$20.716 foram pagos em 2024, sendo o saldo remanescente de R\$27.285, após atualização em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$2.055, registrado na conta de passivo na aquisição de empresas.

A Flexdoc é uma empresa sediada em Brasília, DF, com atuação nacional, especializada em automação de processos, validação de dados e documentos, e sistemas de processamento de documentos por imagem, que auxilia os clientes a acelerar o crescimento através da implantação de fluxos inteligentes e gerenciáveis com alto grau de automação e confiabilidade nos dados, documentos e processos.

A aquisição da Flexdoc está alinhada à estratégia da Companhia de avançar em ID Digital, tanto para o ecossistema de clientes públicos quanto privados e traz à Valid a possibilidade de ampliar e fortalecer seu portfólio de soluções, podendo explorar novas geografias e negócios em um mercado que a empresa já atua.

Na data de aquisição, conforme laudo preliminar de avaliação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Flexdoc são conforme apresentados a seguir:

	Valor justo dos ativos e passivos na data de aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2.008
Impostos a recuperar	392
Contas a receber	551
Imobilizado	1.696
Intangível	18.003
Outros ativos	42
Salários a pagar	(418)

Fornecedores	(550)
Impostos a recolher	(38)
Ativos líquidos da adquirida	21.686
Total da contraprestação estimada	68.758
Ágio gerado na aquisição	47.072

As alocações efetuadas estão sumarizadas abaixo:

Mais valia de relacionamento com clientes ⁽¹⁾	8.013
Mais valia de marcas ⁽²⁾	3.411
Mais valia de tecnologia ⁽³⁾	1.759
Total	13.183

(1) O valor justo do relacionamento com clientes foi mensurado pelo método de *multi-period excess earnings method* ("MEEM"). Esse intangível tem vida útil definida remanescente estimada de 6 anos, trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 16,76%.

(2) O valor justo da marca foi mensurado com base método de *Relief from Royalties*.

(3) O valor justo calculado à tecnologia refere aos *softwares* da adquirida e foi calculado com base no custo de reposição e possui vida útil definida remanescente estimada em 4 anos.

A contribuição da adquirida para o Grupo pode ser demonstrada como segue:

Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição até 31/12/2023	19.388
Contribuição para o Grupo com lucro desde a data da aquisição até 31/12/2023	4.515
Receita líquida da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2023	32.385
Lucro da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2023	8.589

A Companhia não incorreu em custos significativos para concluir a aquisição e os montantes foram reconhecidos no resultado do exercício na data em que ocorreram.

Softs

A Companhia adquiriu 10% de participação das empresas VSoft e ViaSoft em outubro de 2022. As sociedades atuam no segmento digital, prestando serviços tecnológicos com soluções de: (i) certificação de processo e identificação de pessoas no mercado de trânsito; (ii) sistemas de biometria; e (iii) sistemas de identidade digital. O investimento traz à Valid a possibilidade de complementar a sua atuação geográfica no país e também garante a ampliação do portfólio de produtos e de tecnologia, podendo explorar novos negócios em um mercado que a Valid já atua, tanto para o mercado público, através de iniciativas junto aos Departamentos Estaduais de Trânsito, mercado privado com soluções que permitam a certificação de processos para autoescolas.

A Companhia não adquiriu o controle, mas detém influência significativa na investida e, portanto, reconhece esse investimento como coligada, por equivalência patrimonial. No momento da aquisição a Administração avaliou os ativos e passivos da investida para determinar as mais-valias e o ágio incluídos no investimento, como segue:

Contraprestação total	12.000
Valor justo das opções de compra adicional de participação ⁽¹⁾	(8.849)
Preço de aquisição ajustado	3.151
Patrimônio líquido das investidas a valor contábil	141
Valor justo de ativos e passivos	
Mais valia de tecnologia e carteira de clientes	3.010
Patrimônio líquido das investidas a valor justo	3.151

- (1) O contrato de aquisição possui algumas opções de compra e venda com vencimentos entre março de 2023 e março de 2027 que a Companhia, caso exerça, pode aumentar gradativamente sua participação societária nas investidas. Esse montante foi classificado como um ativo financeiro.

Aquisição de controlada (combinação de negócios)

A Companhia adquiriu 100% de participação da empresa Flexdoc Tecnologia da Informação Ltda. ("FlexDoc") em 22 de maio de 2023 com uma contraprestação a ser transferida de R\$68.758, calculada conforme abaixo:

- (i) R\$ 20 milhões pagos na data da compra;
- (ii) Consideração contingente de: (a) adicional de até R\$20 milhões, a depender da lucratividade da Flexdoc em 2023 e 2024, e (b) 61,85% do lucro alcançado pela Flexdoc ao longo dos próximos 4 anos. O pagamento desse montante está sujeito ao atendimento das métricas e condições contratuais e o valor justo dessa consideração contingente foi estimado com base no modelo de Monte Carlo em R\$48.757. Desse montante, R\$2.810 foram pagos em 2023, sendo o saldo remanescente de R\$45.947.

A Flexdoc é uma empresa sediada em Brasília, DF, com atuação nacional, especializada em automação de processos, validação de dados e documentos, e sistemas de processamento de documentos por imagem, que auxilia os clientes a acelerar o crescimento através da implantação de fluxos inteligentes e gerenciáveis com alto grau de automação e confiabilidade nos dados, documentos e processos.

A aquisição da Flexdoc está alinhada à estratégia da Companhia de avançar em ID Digital, tanto para o ecossistema de clientes públicos quanto privados e traz à Valid a possibilidade de ampliar e fortalecer seu portfólio de soluções, podendo explorar novas geografias e negócios em um mercado que a empresa já atua.

Na data de aquisição, conforme laudo preliminar de avaliação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Flexdoc são conforme apresentados a seguir:

	Valor justo dos ativos e passivos na data de aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2.008
Impostos a recuperar	392
Contas a receber	551
Imobilizado	1.696
Intangível	18.003
Outros ativos	42
Salários a pagar	(418)
Fornecedores	(550)
Impostos a recolher	(38)
Ativos líquidos da adquirida	21.686
Total da contraprestação estimada	68.758
Ágio gerado na aquisição	47.072

As alocações efetuadas estão sumarizadas abaixo:

Mais valia de relacionamento com clientes (i)	8.013
Mais valia de marcas (ii)	3.411
Mais valia de tecnologia (iii)	1.759

Total	13.183
-------	---------------

- (i) O valor justo do relacionamento com clientes foi mensurado pelo método de *multi-period excess earnings method* ("MEEM"). Esse intangível tem vida útil definida remanescente estimada de 6 anos, trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 16,76%.
- (ii) O valor justo da marca foi mensurado com base método de *Relief from Royalties*.
- (iii) O valor justo calculado à tecnologia refere aos *softwares* da adquirida e foi calculado com base no custo de reposição e possui vida útil definida remanescente estimada em 4 anos.

A contribuição da adquirida para o Grupo pode ser demonstrada como segue:

Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição até 31/12/2023	19.388
Contribuição para o Grupo com lucro desde a data da aquisição até 31/12/2023	4.515
Receita líquida da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2023	32.385
Lucro da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2023	8.589

A Companhia não incorreu em custos significativos para concluir a aquisição e os montantes foram reconhecidos no resultado do exercício na data em que ocorreram.

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas (5).

A companhia não realizou nenhuma operação de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital no ano de 2024.

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não há acordo de acionistas.

1.14 - Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A Companhia não passou por alterações significativas na forma de condução dos negócios, no último exercício social.

1.15 - Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou controladas que não fossem relacionados a suas atividades operacionais. Para definição de contratos relevantes, a Companhia utilizou o critério de materialidade igual/superior ao equivalente a 10% de sua Receita anual total.

1.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes referentes a este item.

2.1 – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Segue abaixo as informações referentes ao patrimônio líquido e caixa da Companhia:

Patrimônio Líquido e Caixa*

R\$ milhões	2024	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa com liquidez imediata	569,5	422,0	365,2
Títulos e Valores Mobiliários	46,0	13,5	11,9
Patrimônio Líquido	1.822,1	1.331,3	1.272,7
Dívida Líquida	29,7	287,9	502,0
Dívida LÍq. / Patrimônio Líquido	0,02	0,22	0,39

(*) Informações de acordo com o Balanço Patrimonial Consolidado, valor em Caixa e cálculo da Dívida Líquida não consideram valores em Aplicação Vinculada.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$ 1.822,1 milhões, um aumento de 36,9% ou R\$490,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2023. Em dezembro de 2024 fechamos o ano com um resultado de R\$379,6 milhões e de R\$210,6 milhões em 2023. Tivemos **reduções** (i) na rubrica de participação de não controladores de 16,5% equivalentes a R\$5,4 milhões; (ii) na rubrica de ações em tesouraria de 95,0% equivalentes a R\$24,0 milhões, e **aumentos** (i) Reserva de Capital de 11,9% equivalentes a R\$3,3 milhões; (ii) na rubrica de reservas de lucros de 135,0% equivalentes a R\$269,4 milhões; e (iii) na rubrica de ajuste acumulado de conversão de 335,1% equivalentes a R\$247,5 milhões.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 1.331,3 milhões, um aumento de 4,60% ou R\$58,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2022. Em dezembro de 2023 fechamos o ano com um resultado de R\$210,6 milhões e de R\$15,5 milhões em 2022. Tivemos **reduções** (i) na rubrica de ajuste acumulado de conversão de 57,9% equivalentes a R\$101,4 milhões; (ii) na rubrica de participação de não controladores de 12,1% equivalentes a R\$4,5 milhões, e **aumentos** (i) na Reserva de Capital de 13% equivalentes a R\$3,3 milhões; (ii) na rubrica de reservas de lucros de 415,7% equivalentes a R\$160,9 milhões; (iii) demais variações no montante de R\$0,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou uma posição de caixa de R\$569,5 milhões e o montante de R\$46,0 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$615,5 milhões em disponibilidades. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$29,7 milhões, redução de 89,7% em relação a 2023. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2024 ficou em 0,02x, ao passo que atingira 0,22x em 2023.

Indicadores de Endividamento e Patrimoniais*

Índices de Endividamento	2024	2023	2022
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total / Ativo Total)	38,1%	47,7%	52,2%
Composição de Endividamento Geral (Passivo Circulante / Passivo Total)	48,1%	45,4%	50,5%
Imobilização do PL (Ativo Permanente / Patrimônio Líquido)	51,7%	66,3%	77,9%
Índices de Liquidez	2024	2023	2022
Liquidez Corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante)	2,88	2,30	1,87
Liquidez Seca ((Ativo Circulante – Estoque) / Passivo Circulante)	2,37	1,81	1,38

(*) Informações de acordo com o Balanço Patrimonial Consolidado.

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da empresa financiados por credores, teve uma redução de 14,1 p.p entre 2022 e 2024.

A Composição do Endividamento indica se a empresa concentra seu endividamento a curto ou longo prazo. No demonstrativo acima, verifica-se maior concentração em dívidas de longo prazo no ano de 2023.

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do Ativo Permanente da Companhia está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.

A Liquidez Corrente e Liquidez Seca refletem a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. A Companhia apresentou nos exercícios findos em dezembro de 2022 a 2024, índices satisfatórios, e vem melhorando estes indicadores com o passar dos anos.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

b) Estrutura de Capital

Os Diretores da Valid entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2024, por um endividamento bruto de R\$599,2 milhões, sendo 19,4% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 80,6% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento bruto era de R\$710,0 milhões,

enquanto em 31 de dezembro de 2022 era de R\$867,2 milhões, o que mostra uma clara evolução da Estrutura de Capital ao longo dos últimos 3 exercícios.

A seguir é apresentada a estrutura de capital nos 3 últimos exercícios sociais, entre: Capital Próprio e Capital de Terceiros, apurados da seguinte forma:

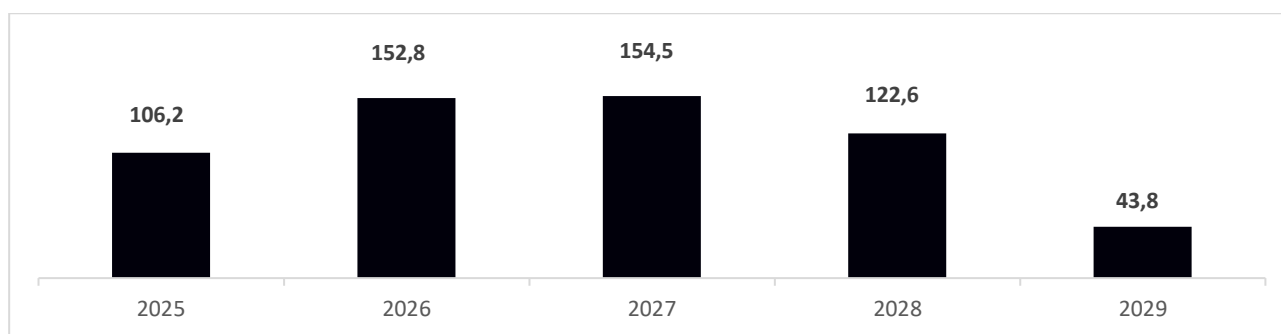
	<u>Em 31 de dezembro de</u>		
(em milhares de R\$)	2022	2023	2024
Capital Próprio:	1.272.675	1.331.269	1.822.097
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	1.235.367	1.298.463	1.794.711
Patrimônio líquido atribuído aos não controladores	37.308	32.806	27.386
Capital de Terceiros	1.390.676	1.214.357	1.121.752
Passivo Circulante	702.216	551.170	539.370
Passivo não circulante	688.460	663.187	582.382
Capital Total	2.663.351	2.545.626	2.943.849

Os recursos próprios apresentados pela Companhia dividem-se em: (i) capital social; (ii) reservas de capital e ações em tesouraria; (iii) reservas de lucros; (iv) ajustes de acumulados de conversão; e (v) proposta de distribuição de dividendo adicional. Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Valid totalizou o montante de R\$1.822,1 milhões (R\$1.331,3 milhões em 2023 e R\$1.272,7 milhões em 2022), representando um aumento de 36,9% em relação a 31 de dezembro de 2023 e um aumento de 43,2% em relação a 31 de dezembro de 2022.

c) Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos assumidos, uma vez que suas operações são fortes geradores de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são de curto prazo. A Companhia possui perfil conservador de investimento e não opera em mercado de risco e/ou de derivativos. Além disso, apresentamos sólidos indicadores de liquidez.

Adicionalmente, os diretores entendem que a dívida está escalonada ao longo dos anos, com 44,7% vencendo em 2 anos, conforme gráfico abaixo:



Há que se destacar que, nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem sido bem-sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinanciar sua dívida.

d) Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2024 foram: (i) captação em moeda estrangeira através da subsidiária Valid Espanha no montante de EUR10,0 milhões junto ao banco Santander; (ii) captação de empréstimos pela controladora no montante de R\$156,1 milhões junto à Caixa Econômica Federal; (iii) captação de empréstimos pela controladora no montante de US\$10,8 milhões, sendo US\$5,5 milhões junto ao Banco ABC e US\$5,3 milhões junto ao banco Santander; e (IV) captação da 10ª emissão de debêntures pela controladora no montante R\$243,1 milhões.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2023 foram: (i) captação em moeda estrangeira através da subsidiária Valid Espanha no montante de US\$38,9 e EUR42,4 milhões junto ao Santander; (ii) captação de empréstimos pela controladora no montante de R\$156,1 milhões junto à Caixa Econômica Federal; (iii) captação de empréstimos pela controladora no montante de R\$26,7 junto ao Banco Safra; e (IV) captação de empréstimos pela Controladora no montante de R\$30,0 milhões junto ao Banco do Brasil.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2022 foram: (i) captação em moeda estrangeira através da subsidiária Valid Espanha no montante de US\$17,1 e EUR8,6 milhões junto ao Santander; (ii) captação da 9ª emissão de debêntures pela controladora no montante R\$250,0 milhões; (iii) captação de empréstimos pela controladora no montante de R\$190,0 milhões junto à Caixa Econômica Federal; e (IV) captação em empréstimos pela Controladora no montante de R\$30,0 milhões junto ao Banco do Brasil.

Historicamente, a Companhia tem financiado suas atividades com capital próprio e recursos de terceiros, mas com a redução gradual da dependência de fontes externas à medida em que retoma sua capacidade de geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 a nossa dívida líquida era respectivamente de R\$29,7 milhões; R\$287,9 milhões; e R\$502,0 milhões.

e) Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-Circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de Deficiências de Liquidez

As necessidades de financiamento do capital de giro e do CAPEX foram atendidas, nos últimos três exercícios sociais, através de contratação de linhas de crédito junto às instituições financeiras, e da utilização da geração de caixa próprio. A captação de operações mais estruturadas ao longo dos últimos anos teve o objetivo de alongamento do perfil da dívida para manutenção do nível de alavancagem e equacionamento do fluxo de caixa de médio e longo prazo.

f) Níveis de Endividamento e as Características de tais Dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes:

A tabela abaixo apresenta a composição de nossos principais instrumentos de dívida (em R\$ mil):

	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	248.283	248.050	338.382
Arrendamentos	19.310	18.388	27.028
Financiamentos	-	31.442	-
Empréstimos	331.623	412.074	501.745
Total	599.216	709.954	867.155
Circulante	116.131	172.061	281.801
Não circulante	483.085	537.893	585.354

As principais características de nossos empréstimos e financiamentos estão indicadas nas tabelas abaixo:

Tomador:	Valid Espanha	Valid Espanha	Valid Espanha	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid Espanha
Banco:	Santander	Santander	Santander	Banco Brasil	Banco ABC	CEF	CEF	Santander	Santander
Valor total:	EUR 13.000	EUR 10.000	EUR 4.400	R\$30.000	US\$5.515	R\$71.100	R\$85.000	US\$5.300	EUR 13.000
Data da captação:	13/11/2018	04/12/2024	05/05/2022	05/07/2022	15/07/2024	27/09/2024	27/09/2024	03/12/2024	13/11/2018
Data de vencimento:	14/04/2025	03/12/2026	22/04/2025	05/04/2028	15/07/2025	26/09/2028	26/09/2028	03/12/2027	14/04/2025
Remuneração:	4,70% a.a.	4,92% a.a	4,70% a.a.	CDI + 1,70% a.a.	7,23% a.a.	CDI + 0,12% a.m.	CDI + 0,12% a.m.	CDI + 1,70% a.a	4,70% a.a.
Garantia:	Valid S.A.	Valid S.A	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.
Amortização do principal:	Semestral a partir de outubro de 2022	Bullet	Semestral a partir de outubro/22	Carência de 12 meses (mensal a partir de agosto de 2023)	Bullet	Carência de 4 meses (a partir de fevereiro de 2025, mensais)	Carência de 4 meses (a partir de fevereiro de 2025, mensais)	Bullet	Semestral a partir de outubro de 2022
Pagamento de juros:	Semestral a partir de outubro de 2022	Bullet	Semestral a partir de outubro /22	Carência de 12 meses (mensal a partir de agosto de 23)	Carência de 3 meses (Trimestrais a partir de outubro de 2025)	Bimestrais durante a carência de 4 meses (mensal a partir de fevereiro de 2025)	Bimestrais durante a carência de 4 meses (mensal a partir de fevereiro de 2025)	Anual (a partir de dezembro de 2025)	Semestral a partir de outubro de 2022
Saldo na moeda da dívida em 31/12/2024:	EUR 2.551	EUR 9.971	EUR 736	R\$22.233	U\$5.600	R\$71.343	R\$85.291	U\$5.287	EUR 2.551
Saldo atualizado em 31/12/2024 - R\$:	R\$16.422	R\$64.179	R\$4.741	R\$22.233	R\$34.677	R\$71.343	R\$85.291	R\$32.739	R\$16.422

Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos dos empréstimos estão assim resumidos:

Empréstimos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Principal	245.568	197.934	245.568	197.934
Juros	2.742	1.035	2.742	1.035
Custos de captação	(2.027)	(2.161)	(2.027)	(2.161)
	246.283	196.808	246.283	196.808
Circulante	79.796	20.687	79.796	20.687
Não circulante	166.487	176.121	166.487	176.121

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos dos financiamentos estão assim resumidos:

Empréstimos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Principal	-	30.000	-	30.000
Juros	-	1.442	-	1.442
Total	-	31.442	-	31.442
Circulante	-		-	31.442
Não circulante	-	-	-	-

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Principal	248.857	250.000	248.857	250.000
Juros	5.333	833	5.333	833
Custos de captação	(5.907)	(2.783)	(5.907)	(2.783)
	248.283	248.050	248.283	248.050
Circulante	5.675	41.345	5.675	41.345
Não circulante	242.608	206.705	242.608	206.705

Arrendamentos

A Companhia adotou o IFRS16 a partir de janeiro de 2019. A seguir, são demonstrados os pagamentos mínimos futuros devidos pela Companhia referentes aos seus arrendamentos e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	6.371	5.361	9.933	8.288
De 1 ano a 5 anos	2.029	3.983	9.377	10.100
	8.400	9.344	19.310	18.388

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial:	9.344	14.251	18.388	27.028
Adições	7.186	1.048	13.697	4.756
Juros	962	1.303	1.989	2.236
Baixas	(1.020)	-	(1.255)	-
Atualização cambial	-	-	37	(40)
Ajustes de conversão	-	-	611	(1.521)
Pagamentos	(8.072)	(7.258)	(14.157)	(14.071)
Saldo final	8.400	9.344	19.310	18.388

O cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (não considera encargos futuros) são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	85.471	93.474	106.198	163.773
De 1 ano a 2 anos	88.206	149.394	152.819	265.315
De 2 anos a 3 anos	154.515	140.184	154.515	169.230
De 3 anos a 4 anos	122.564	93.248	122.564	93.248
De 4 anos a 5 anos	43.810	-	43.810	-
De 5 anos a 6 anos	-	-	-	-
	494.566	476.300	579.906	691.566

(i) Outras Relações de Longo Prazo com Instituições Financeiras

Não temos outras relações de longo prazo.

(ii) Grau de Subordinação entre as Dívidas

Nos últimos 3 exercícios sociais não havia grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se ainda que, em eventual concurso universal de credores, a classificação dos créditos é definida de acordo com as disposições da Lei 11.101/05, a saber: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, e os decorrentes de acidente de trabalho; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo, excetuadas as multas tributárias; (iv) créditos com privilégio especial, tais como definidos em lei; (v) créditos com privilégio geral, tais como definidos em lei; (vi) créditos quirografários; (vii) multas contratuais; (viii) créditos subordinados, tais como definidos em lei.

(iii) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O endividamento da Companhia é limitado pelo cumprimento, por parte da Emissora, dos seguintes índices e limites financeiros aplicáveis, devido à Emissão de Debêntures, os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário:

1) Relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA:

Emissões de debêntures: Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,00

$$\frac{\text{Dívida Financeira Líquida}}{\text{EBITDA}} \leq 3,0$$

2) Relação de Cobertura de Juros:

Emissões de debêntures: EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75)

$$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Despesa Financeira Líquida}} \geq 1,75$$

Para os fins do disposto acima, definem-se:

“Dívida Financeira Líquida” significa a soma de (i) empréstimos e financiamentos; (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Companhia (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (iii) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos); (iv) dívidas oriundas de quaisquer emissões de

debêntures e/ou notas promissórias comerciais da Companhia; e (v) dívidas com pessoas ligadas listadas no passivo da Companhia, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Companhia, excluindo-se os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; menos o resultado da soma (i) do numerário disponível em caixa da Companhia; (ii) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras da Companhia; e (iii) dos saldos de aplicações financeiras da Companhia.

“EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido, relativo a um período de 12 meses, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais e financeiros, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

“Despesa Financeira Líquida” significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

Todos os valores utilizados para cálculos dos índices acima mencionados referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

Os indicadores financeiros da Companhia nos anos de 2022, 2023 e 2024 ficaram em conformidade com os *covenants* estabelecidos na escritura das emissões de debêntures (Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,00x e EBITDA/Despesas Financeiras $\geq$ 1,75x).

g) Limites dos Financiamentos Contratados e Percentuais já utilizados

Não temos financiamentos de longo prazo contratados.

h) Alterações Significativas em cada Item das Demonstrações de Resultado e de Fluxo de Caixa

A discussão e análise das nossas condições financeiras e resultados das operações a seguir deve ser lida juntamente com as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (que também apresentam números correspondentes a 2023), ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (que também apresentam números correspondentes a 2022) em cada caso acompanhadas das notas explicativas relacionadas às mesmas. As demonstrações financeiras incluídas neste item foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Análise comparativa do Balanço Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Balanços Patrimoniais (R\$MM)	2024	AV(1)	2023	AV(1)	AH (2)
Caixa e equivalente de caixa	569,5	19,3%	422,0	16,6%	34,9%
Títulos e valores mobiliários	32,7	1,1%	0,0	0,0%	100,0%
Contas a receber de clientes	471,9	16,0%	386,9	15,2%	22,0%
Impostos a recuperar	137,9	4,7%	86,1	3,4%	60,2%
Estoques	274,5	9,3%	267,5	10,5%	2,6%
Aplicação financeira vinculada	13,4	0,5%	16,1	0,6%	-16,7%
Outros ativos	43,3	1,5%	40,2	1,6%	7,7%
Ativo disponível para venda	9,4	0,3%	48,6	1,9%	-80,7%
Total do Ativo Circulante	1.552,6	52,7%	1.267,4	49,8%	22,5%
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	13,3	0,5%	13,5	0,5%	-1,5%
Créditos com partes relacionadas	2,7	0,1%	2,0	0,1%	33,9%
Depósitos judiciais	20,7	0,7%	19,8	0,8%	4,8%
Impostos a recuperar	63,1	2,1%	71,9	2,8%	-12,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75,1	2,6%	93,6	3,7%	-19,7%
Aplicação financeira vinculada	154,7	5,3%	180,8	7,1%	-14,4%
Outras contas a receber	19,8	0,7%	13,6	0,5%	45,8%
Outros investimentos designados ao valor justo	99,5	3,4%	0,0	0,0%	100,0%
Investimentos	2,1	0,1%	18,9	0,7%	-89,0%
Imobilizado	234,0	7,9%	207,8	8,2%	12,6%
Intangível	706,3	24,0%	656,3	25,8%	7,6%
Total do Ativo não circulante	1.391,3	47,3%	1.278,2	50,2%	8,8%
Total do ativo	2.943,8	100,0%	2.545,6	100,0%	15,6%

Balancos Patrimoniais (R\$MM)	2024	AV(1)	2023	AV	AH (2)
Fornecedores	173,8	5,9%	162,4	6,4%	7,0%
Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	2,6	0,1%	3,0	0,1%	-12,7%
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	116,1	3,9%	172,1	6,8%	-32,5%
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	127,0	4,3%	103,2	4,1%	23,1%
Impostos, taxas e contribuições a recolher	75,7	2,6%	65,6	2,6%	15,5%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12,8	0,4%	0,0	0,0%	100,0%
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar	31,2	1,1%	44,9	1,8%	-30,4%
Total Passivo Circulante	539,4	18,3%	551,2	21,7%	-2,1%
Débitos com partes relacionadas	1,1	0,0%	1,7	0,1%	-33,2%
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	483,1	16,4%	537,9	21,1%	-10,2%
Provisões	45,6	1,5%	57,3	2,3%	-20,4%
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1,4	0,0%	1,4	0,1%	1,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13,4	0,5%	9,9	0,4%	35,7%
Passivo na aquisição de empresas	28,1	1,0%	45,9	1,8%	-38,8%
Outras contas a pagar	9,6	0,3%	9,0	0,4%	6,9%
Total do Passivo Não Circulante	582,4	19,8%	663,1	26,0%	-12,2%
Total do passivo	1.121,8	38,1%	1.214,3	47,7%	-7,6%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.022,4	34,7%	1.022,4	40,2%	0,0%
Reservas de capital	31,3	1,1%	27,9	1,1%	12,1%
Ações em tesouraria	- 49,4	-1,7%	- 25,3	-1,0%	95,2%
Reservas de lucros	469,1	15,9%	175,0	6,9%	168,0%
Ajustes acumulados de conversão	321,4	10,9%	73,9	2,9%	334,9%
Proposta de dividendos adicionais	0,0	0,0%	24,6	1,0%	-100,0%
Participação de controladores	1.794,7	61,0%	1.298,5	51,0%	38,2%
Participações de não controladores	27,4	0,9%	32,8	1,3%	-16,5%
Patrimônio líquido	1.822,1	61,9%	1.331,3	52,3%	36,9%
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.943,8	100,0%	2.545,6	100,0%	15,6%

(1) Análise Vertical

(2) Análise Horizontal

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas totalizou R\$783,6 milhões, comparado a R\$632,5 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Caixas e bancos	8,0	5,5	237,7	212,1
Equivalentes de caixa	150,9	174,3	331,8	209,9
Total caixa e equivalentes de caixa	158,9	179,8	569,5	422,0
Títulos e valores mobiliários	32,7	-	32,7	-
Aplicações financeiras vinculadas	13,4	16,2	13,4	16,2
	205,0	196,0	615,6	438,2
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários	13,3	13,5	13,3	13,5
Aplicações financeiras vinculadas	154,8	180,8	154,7	180,8
	168,1	194,3	168,0	194,3
	373,1	390,3	783,6	632,5

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de recebíveis totalizou R\$471,9 milhões, comparado a R\$386,9 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes (b)	205,0	164,1	497,7	433,7
Contas a receber de partes relacionadas (a)	29,4	35,2	-	-
Provisão para perdas esperadas	-4,9	-4,1	-25,8	-46,8
	229,5	195,2	471,9	386,9

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de impostos a recuperar totalizou R\$201,0 milhões, comparado a R\$158,0 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IR e CSLL a recuperar ⁽¹⁾	95,5	54,5	109,2	64,4
ICMS a recuperar	1,1	2,5	14,7	12,9
IPI a recuperar ⁽²⁾	26,7	26,3	26,7	26,3
Impostos federais retidos por clientes	-	-	6,5	8,0
PIS e COFINS a recuperar ⁽³⁾	28,3	35,1	29,6	35,5
Outros	8,5	10,8	14,3	10,9
	160,1	129,2	201,0	158,0
Circulante	98,0	57,3	137,9	86,1
Não circulante	62,1	71,9	63,1	71,9

- (1) Referem-se, principalmente, ao imposto de renda sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL realizadas.
- (2) Saldo de IPI a recuperar, classificado no ativo não circulante, referente a créditos que a Companhia tem expectativa de realizar através de pedido de restituição junto às autoridades fiscais. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia ingressou com o processo de pedido de restituição dos créditos de IPI no valor total de R\$25.772, dos quais a Companhia continua aguardando a posição do órgão federal.
- (3) Refere-se, principalmente, a discussão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, julgada a favor do contribuinte pelo STF em 2017, cuja modulação foi julgada em 2021, confirmando a inconstitucionalidade e definindo que o ICMS destacado nas notas fiscais não devem compor a base de cálculo do PIS e da COFINS. Sendo assim, considerando que esses créditos passaram a ser classificados como 'praticamente certos', a Administração reconheceu o montante de R\$50.603, incluindo atualizações monetárias. Em maio de 2023, a Companhia habilitou o crédito no montante de R\$34.000, e, desse montante já foi utilizado R\$28.756.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de estoques totalizou R\$274,5 milhões, comparado a R\$267,5 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	86,3	112,2	139,4	140,1
Matéria-prima	31,2	32,0	42,0	45,7
Produtos em processo	8,5	6,8	8,7	6,9
Peças e materiais de reposição	0,9	2,0	52,6	49,3
Produtos para revenda	14,9	7,0	38,3	29,4
Adiantamentos a fornecedores	-1,2	-	-6,5	-3,9
	140,6	160,0	274,5	267,5

Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferida totalizou R\$61,7 milhões, comparado a R\$83,7 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023	Adição (reversão / realização no resultado do exercício)	Adição (reversão / realização o no patrimônio)	Ajustes de conversão /correção monetária	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	69,6	-5,4	-	14,1	78,3
Comissões a pagar	0,8	-0,1	-	-	0,7
Despesas financeiras com empréstimos	0,8	0,2	-	-	1,0
Honorários advocatícios	1,4	0,6	-	-	2,0
Provisões para litígios e demandas judiciais	19	-3,7	-	0,3	15,6
Provisões para devedores duvidosos	2,1	-0,8	-	-	1,3
Provisões para obsolescência de equipamentos	-	-	-	-	-
Provisões para participação nos resultados	8,9	3,0	-	-	11,9
Opções de outorgas reconhecidas	1,3	-	-	-	1,3
Instrumentos financeiros	3,9	1,2	-	0,9	6,0
Impairment	9,2	-9,2	-	-	-

Amortização fiscal de ágio dedutível	-35,3	-	-	-	-35,3
Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS	-7,3	-	-	-	-7,3
Instrumentos financeiros a valor justo	-	-	-22,5	1,9	-20,6
Diferença depreciação contábil x fiscal	-3,9	-6,6	-	-	-10,5
Ajuste por inflação Valid Argentina	-6,9	-3,8	-	-0,1	-10,8
Mais-valia de ativos	-3,8	4,3	-1,9	-	-1,4
Tributação em bases universais (TBU)	-	3,3	-	-	3,3
Outras adições (exclusões) temporárias, líquidas	23,9	2,1	-	0,2	26,2
Total impostos diferidos	83,7	-14,9	-24,4	17,3	61,7
Impostos diferidos ativos	93,6	-	-	-	75,1
Impostos diferidos passivos	-9,9	-	-	-	-13,4

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos totalizou R\$2,1 milhões, comparado a R\$18,9 milhões em 31 de dezembro de 2023. A redução de R\$16,8 milhões refere-se principalmente à: R\$0,4 milhão de variação cambial passiva; (R\$2,0) milhões de equivalência patrimonial; (R\$15,1) milhões de transferência para investimento a valor justo referente participação societária da subsidiária Valid Espanha na Cubic; (R\$0,1) milhão de reserva reflexa.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de imobilizado totalizou R\$234,0 milhões, comparado a R\$207,8 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento de R\$26,2 milhões refere-se principalmente à: (R\$52,6) milhões de depreciação; R\$68,7 milhões de adição; (R\$3,7) milhões de baixa; R\$11,6 milhões de variação positiva referente ao IAS 29; R\$3,0 milhões de variação cambial ativa e (R\$0,8) milhão de transferência para intangível e ativo disponível para venda.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de intangível totalizou R\$706,3 milhões, comparado a R\$656,3 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento de R\$50,0 milhões refere-se principalmente à: (R\$50,7) milhões de amortização; R\$28,7 milhões de aquisições de intangível; R\$2,8 milhões de adição por combinação de negócios; R\$98,2 milhões de variação cambial ativa; (R\$4,3) milhão de transferência para ativo disponível para venda; (R\$24,0) milhões de *impairment* e (R\$0,7) milhão de baixa de intangível.

Passivo

Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar totalizou R\$599,2 milhões, comparado a R\$710,0 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos ^(a)	246,3	196,8	331,6	412,1
Debêntures ^(b)	248,3	248,1	248,3	248,1
Financiamento	-	31,4	-	31,4
Passivo de arrendamento ^(c)	8,4	9,3	19,3	18,4
	503,0	485,6	599,2	710,0
Circulante	91,8	98,8	116,1	172,1
Não circulante	411,2	386,8	483,1	537,9

Provisões

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisões totalizou R\$45,6 milhões, comparado a R\$57,3 milhões em 31 de dezembro de 2023. A redução de R\$11,7 milhões refere-se principalmente à: R\$19,3 milhões de provisões; R\$28,5 milhões de baixas; R\$2,1 milhões de pagamentos; R\$1,5 milhão de convolações de depósitos judiciais; R\$1,6 milhões referente à variação cambial passiva do período e R\$0,5 milhão referente baixa na alienação de controladas.

Impostos, taxas e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de impostos, taxas e contribuições a recolher totalizou R\$77,2 milhões, comparado a R\$67,0 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IR e CSLL	21,1	16,4
ICMS	6,3	4,4
ISS	15,9	18,9
COFINS	21,5	18,9
PIS	4,5	3,9
INSS retido de clientes	0,7	0,7
Outros	7,2	3,8
	77,2	67,0
Total circulante	75,8	65,6
Total não circulante	1,4	1,4

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar totalizou R\$12,8 milhões, comparado a R\$0,0 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar ("JCP")	Valor por ação (em Reais)	Data do pagamento	Controladora e Consolidado
Dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2022			21,0
Dividendos e JCP declarados			
JCP declarados referente ao exercício de 2023			
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,18000	09/05/2023	14,4
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,20000	18/07/2023	16,0
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,27000	24/10/2023	21,6
Total de JCP declarados em 2023	0,30700	01/12/2023	24,7
			76,7
Dividendos e JCP pagos			
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2022			

Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,26303	31/01/2023	-21,0
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,18000	22/05/2023	-14,4
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,20000	31/07/2023	-16,0
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,27000	08/11/2023	-21,6
Total de JCP pagos em 2023	0,30700	14/12/2023	-24,7
			-97,7

Dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2023

Dividendos adicionais propostos ⁽¹⁾			-
Pagamento de dividendos declarados referente ao exercício de 2023	0,30759	31/12/2023	24,6
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,30759	29/04/2024	-24,6
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,34000	21/05/2024	27,3
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,34000	07/06/2024	-27,3
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,44000	16/07/2024	35,3
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,44000	15/08/2024	-35,2
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,53000	15/10/2024	42,3
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,53000	14/11/2024	-42,2
Saldo em 31 de dezembro de 2024	0,16000	23/12/2024	12,6

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de patrimônio líquido totalizou R\$1.822,1 milhões, comparado a R\$1.331,3 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital			Reserva de Lucro			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
			Opção de outorga reconhecida	Transações de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para investimento	Dividendos adicionais					
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.022,4	28,7	-0,7	-25,3	14,9	160,1	24,6	73,9	-	1.298,5	32,8	1.331,3
Ações em tesouraria	15.b	-	-	-	-24,1	-	-	-	-	-	-24,1	-	-24,1
Efeitos cambiais relativos a conversão de investimento no exterior		-	-	-	-	-	-	-	184,9	-	184,9	2,4	187,4
Opções outorgadas reconhecidas	15.b	-	3,3	-	-	-	-	-	-	-	3,3	-	3,3
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	380,9	380,9	-1,3	379,6
Ajuste por inflação em controlada no Exterior	15.c	-	-	-	-	-	29,6	-	-	-	29,6	-	29,6
Pagamento de dividendos para não controladores		-	-	-	-	-	-0,4	-	-	-	-0,4	-1,4	-1,8
Resultado líquido em instrumentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	23	-	-	-	-	-	-	-	62,6	-	62,6	-	62,6
Alienação de participação acionária em controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-5,2	-5,2
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	19,0	-	-	-	-19,0	-	-	-
Constituição de reserva para investimento		-	-	-	-	-	244,3	-	-	-244,3	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais	15.d	-	-	-	-	-	-	-24,6	-	-	-24,6	-	-24,6
Juros sobre capital próprio	15.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-117,6	-117,6	-	-117,6
Reserva reflexa	9	-	-	-	-	-	1,6	-	-	-	1,6	-	1,6
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.022,4	32,0	-0,7	-49,4	33,9	435,1	-	321,4	-	1.794,7	27,4	1.822,1

h.1) Demonstrações dos Resultados

A tabela a seguir expõe os resultados das operações nos períodos indicados:

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício findo 31 de dezembro de 2023:

Demonstrações de Resultado (R\$000)	2024	AV	2023	AV	Var 24/23
Receita de venda de bens e/ou serviços	2.171,3	100,0%	2.255,5	100,0%	-3,7%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-1.394,3	-64,2%	-1.432,7	-63,5%	-2,7%
Resultado bruto	777,1	35,8%	822,8	36,5%	-5,6%
Despesas com vendas	-220,8	-10,2%	-194,0	-8,6%	13,8%
Despesas gerais e administrativas	-164,6	-7,6%	-165,8	-7,3%	-0,7%
Outras despesas operacionais	88,6	4,1%	-71,0	-3,1%	-224,7%
Resultado de equivalência patrimonial	-2,0	-0,1%	-0,2	0,0%	751,3%
Resultado antes do resultado financeiro	478,2	22,0%	391,8	17,4%	22,1%
Receitas financeiras	199,8	9,2%	277,1	12,3%	-27,9%
Despesas financeiras	-242,1	-11,2%	-395,7	-17,5%	-38,8%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	435,9	20,1%	273,2	12,1%	59,6%
Imposto de renda e contribuição social	-56,2	-2,6%	-62,5	-2,8%	-10,1%
Lucro líquido do exercício	379,6	17,5%	210,6	9,3%	80,3%
Lucro atribuível a:					
Proprietários da Companhia	380,9	17,5%	213,3	9,5%	78,6%
Participações não controladoras	-1,3	-0,1%	-2,7	-0,1%	-52,6%

Receita líquida

A receita líquida de vendas reduziu 3,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$2.171,3 milhões, contra R\$2.255,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como resultado dos fatores descritos abaixo.

Abertura da Receita Líquida por Segmento

Em nosso segmento de **meios de pagamento**, nossas receitas tiveram uma redução de 11,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$787,5 milhões, contra R\$891,7 milhões para o mesmo período em 2023.

Olhando por geografia, tivemos redução de 16,0% de volume na Argentina ainda sem grande efeito em preços. Porém, em um cenário de dólar mais forte, os custos, especialmente de matéria prima tem pressionado as margens.

No Brasil, a volumetria teve aumento de 9,0% no período, porém observamos retração no preço médio e o mesmo cenário de custos mais altos observados na Argentina. Tais fatores levaram a uma margem fraca no segmento.

Em nosso segmento de **sistemas de identificação**, nossas receitas aumentaram em 13,2% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$846,2 milhões, contra R\$747,2 milhões para o mesmo período em 2023.

Obtivemos no ano o maior volume histórico de emissões de documentos, chegando a 30,8 milhões de documentos emitidos, aumento de 6,7% frente aos 28,9 milhões emitidos em 2023. A forte volumetria no ano de 2024 pode ser explicada por dois fatores: i) maior demanda pela CIN em todos os estados em que atuamos; e ii) início do contrato de "ID" na Bahia, que se deu no fim de agosto, estado que tem a 4ª maior população do Brasil.

Além da emissão de documentos, podemos destacar também os segmentos de: Governo Digital, com crescimento de 13% em relação ao ano de 2023; e unidade Selo Água Físico, que passou a ser obrigatório no Estado de Minas Gerais a partir de setembro/2024, aumentando o faturamento em 34% frente ao ano de 2023.

Em nosso segmento de **mobile**, nossas receitas líquidas tiveram uma queda de 12,8% frente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia atingiu o montante de R\$537,6 milhões, contra R\$616,6 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O ano começou desafiador com margens apertadas, mas apresentamos melhorias no resultado trimestre a trimestre, tanto em SIM Cards como em Soluções Mobile, com importantes entregas em diferentes geografias.

Custo de vendas e serviços

Nosso custo de vendas e serviços reduziu 2,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$1.394,3 milhões, contra R\$1.432,7 milhões em 2023, representando 64,2 % e 63,5 %, respectivamente, da receita líquida de vendas do período, como resultado dos fatores descritos a seguir:

Em nosso segmento de meios de pagamento, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente de matérias primas que correspondem a R\$476,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, contra R\$562,8 milhões em 2023. Os principais materiais que fazem parte do custo são: chips, plásticos, papéis, hologramas e tintas.

Em nosso segmento de sistemas de identificação, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente por matéria prima consumida na produção e custos com pessoal, que juntos, corresponderam a 30,1% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 29,9% no mesmo período em 2023. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento, aumentaram 14,0%, tendo atingido o montante de R\$500,4 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, contra R\$430,2 milhões para o mesmo período em 2023.

Em nosso segmento de mobile, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente por matéria prima (microchips) e custos de pessoal. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento reduziram em 16,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$299,8 milhões, contra R\$350,0 milhões para o mesmo período em 2023.

Lucro bruto

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro bruto reduziu 5,6% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$777,1 milhões, contra R\$822,8 milhões para o mesmo período em 2023. Nossa margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) reduziu 0,7 pontos percentuais, passando de 36,5% da receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para 35,8 % da receita líquida de vendas para o mesmo período em 2024.

Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas aumentaram 13,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$220,8 milhões, contra R\$194,0 milhões para o mesmo período em 2023. Este aumento se deu principalmente no segmento de sistemas de identificação, devido ao aumento de provisão para devedores duvidosos em aproximadamente 154,8%. As despesas com vendas representaram 10,2% da nossa receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 8,6% no mesmo período em 2023.

Despesas administrativas

Nossas despesas administrativas são compostas de despesas com pessoal e outros custos relacionados à manutenção da nossa sede e escritórios em cada um dos mercados em que operamos. Nossas despesas administrativas reduziram 0,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$164,6 milhões, contra R\$165,8 milhões para o mesmo período em 2023. Esta redução foi principalmente ocasionada pela reversão de contingências tributárias. As despesas administrativas representam 7,6% da nossa receita

líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 7,3% no mesmo período em 2023.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Nossas outras despesas operacionais, líquidas, são compostas principalmente de taxas pagas em conexão com serviços legais e de consultoria relacionados às nossas combinações de negócios e reestruturações. Nossas outras despesas operacionais líquidas reduziram 224,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$88,6 milhões, contra (R\$71,0) milhões para o mesmo período em 2023. Essa variação foi principalmente ocasionada pela receita obtida na venda de 67,5% de participação que a investida na Espanha detinha na Cubic Telecom.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial aumentou quando comparamos o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo atingido o montante de (R\$2,0) milhões no exercício findo em 2024, contra (R\$0,2) milhões para o mesmo período em 2023. Esse aumento foi devido, principalmente, pelos resultados advindos da Cubic.

Lucro (prejuízo) antes de receitas e despesas financeiras

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro antes de receitas e despesas financeiras aumentou 22,1% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido um lucro no montante de R\$478,2 milhões, contra um lucro no montante de R\$391,8 milhões para o mesmo período em 2023.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras reduziram 27,9% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$199,8 milhões contra R\$277,1 milhões para o mesmo período em 2023. Esta redução se deu principalmente devido a variação cambial de clientes, empréstimos e contratos de mútuos, no montante de R\$84,6 milhões, tendo atingido o montante de R\$80,4 milhões contra R\$165,0 milhões para o mesmo período em 2023.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras reduziram 38,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$242,1 milhões, contra R\$395,7 milhões para o mesmo período em 2023. Esta redução se deu principalmente devido a (i) variação cambial de fornecedores, empréstimos e contratos de mútuos de R\$110,0 milhões, tendo atingido o montante de R\$102,4 milhões para o

exercício findo em 31 de dezembro de 2024, contra R\$212,4 milhões para o mesmo período em 2023; e (ii) redução de despesa com juros pela quitação das 7ª e 9ª emissão de debêntures, bem como quitação de empréstimos bancários, de R\$25,5 milhões, tendo atingido o montante de R\$75,1 milhões contra R\$100,6 milhões para o mesmo período de 2023.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social aumentou 59,6% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido um lucro de R\$435,9 milhões, contra um lucro de R\$273,2 milhões para o mesmo período em 2023.

Imposto de renda e contribuição social

Nossos impostos de renda e contribuição social tiveram uma redução de 10,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, atingido um montante de R\$56,2 milhões, contra R\$62,5 milhões para o mesmo período em 2023. Essa redução se deu principalmente na rubrica de impostos diferidos.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro líquido aumentou 80,3% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$379,6 milhões, contra R\$210,6 milhões para o mesmo período em 2023.

Liquidez e Recursos De Capital

Nossa principal fonte de liquidez e recursos de capital é o caixa gerado pelas nossas operações e empréstimos, incluindo empréstimos bancários de curto e longo prazo e emissão de debêntures.

Nossas principais aplicações de recursos são:

- aquisições;
- pagamento de dividendos e outras distribuições aos acionistas; e
- despesas de capital e outros investimentos.

Historicamente, atendemos às necessidades de financiamento do dia-a-dia da Companhia principalmente através do caixa gerado pelas operações e, algumas aquisições, através de empréstimos bancários.

Investimentos e Gastos de Capital

Nossos principais investimentos referem-se a investimentos em controladas e coligadas, ágio gerado pela aquisição de empresas e investimentos em ativos intangíveis.

Inicialmente, o ágio é mensurado como o excesso da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos menos os passivos assumidos) e, se inferior, um ganho na compra vantajosa é reconhecido nos lucros ou prejuízos à data de aquisição.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tivemos um caixa gerado pelas atividades de investimentos de R\$38,7 milhões, um aumento de 132,2% em relação aos (R\$120,2) milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Dentre as atividades de investimentos realizadas até 31 de dezembro de 2024, podemos destacar: (i) (R\$79,2) milhões relativos a despesas de capital em ativos imobilizado e intangível; um aumento de 54,7% em relação aos (R\$51,2) milhões de 2023; (ii) R\$28,8 milhões relativos a resgate de aplicação financeira restrita, uma redução de R\$158,9% em relação aos (R\$48,9) milhões aplicados em 2023; (iii) (R\$55,8) milhões relativos à aquisição de participação societária, um aumento de 184,8% em relação a 2023; e (iv) R\$177,7 milhões relativos a alienação de participação societária, um aumento de 100,0% em relação a 2023.

h.2) Fluxos De Caixa

A divisão do nosso fluxo de caixa por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento encontra-se prevista na tabela abaixo para os períodos apresentados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
	em milhões de R\$		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	422,0	422,0	422,0
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	438,2	438,2	438,2
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	38,7	38,7	38,7
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	-390,4	-390,4	-390,4
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa mantidos em moeda estrangeira	61,0	61,0	61,0
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	569,5	569,5	569,5

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais foi de R\$438,2 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado a R\$649,1 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa redução de 32,5% teve como principal fator a variação nas rubricas de impostos a recuperar e a recolher.

O caixa líquido gerado em nossas atividades de investimento foi de R\$38,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a (R\$120,2) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O caixa líquido aplicado em nossas atividades de financiamento foi de (R\$390,4) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a um consumo de (R\$348,6) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Este aumento ocorreu principalmente pelos seguintes movimentos: (i) Aumento de (R\$141,1) milhões de pagamentos de debêntures e juros; (ii) Aumento de R\$241,4 milhões de captação de debêntures; (iii) Redução na captação de financiamentos e empréstimos em (R\$162,4) milhões; (iv) Aumento no pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em (R\$33,6 milhões); (v) Aumento na rubrica de ações em tesouraria, pela recompra de ações de (R\$24,4) milhões e (vi) Redução no pagamento de financiamentos, empréstimos e respectivos juros em R\$78,3 milhões.

2.2 – OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para fins de administração, nós dividimos nossas operações em unidades de negócios, baseadas em produtos e serviços. Os três segmentos operacionais da Companhia estão descritos abaixo:

Meios de Pagamento: Nesse segmento são considerados os produtos e soluções integradas, tais como, cartões com chip e de tarja magnética, faturas e extratos bancários, dentre outros. Ainda, ofertamos soluções em Radio Frequency Identification – RFID, cartões contactless e de pagamentos móveis (por meio de TSM – Trusted Service Manager e HCE – Host Card Emulation, via NFC – Near Field Communication).

Sistemas de identificação: O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais documentos de identificação são as carteiras de identidade, carteiras de habilitação, carteiras de conselho de classe, selos para segurança e autenticidade de marcas.

A Companhia oferece uma estrutura full service, com amplas frentes de atendimento, que englobam a geração de sistemas informatizados para a administração de bancos de dados, a coleta de dados biométricos, impressão e personalização dos documentos oficiais de identificação, soluções para Smart Cities, selos rastreáveis e serviços de Certificação Digital.

A Valid está presente nas soluções de Governo Digital, por meio da interoperabilidade de dados e adoção de soluções tecnológicas para ganhos de eficiência e precisão na realização de processos gerenciais que estão por trás do funcionamento da máquina pública. Além disso, oferecemos o serviço de Onboarding para o universo privado/público.

Mobile: No amplo portfólio de telecomunicações oferecidos pela Companhia, destacam-se os serviços de emissão extrato e tecnologias para o uso em celular

e, ainda, inovações decorrentes da mobilidade digital, como soluções em NFC, TSM e HCE destinadas às operadoras de telefonia móvel.

Nesse segmento, a Companhia atua na prestação de serviços que aprimoram a comunicação das operadoras telefônicas com seus clientes, no desenvolvimento de tecnologias para uso em celular – como recarga e pagamento – e também na produção de cartões voltados a telecomunicação, sendo os SIM Cards o principal produto da unidade de negócio. Além disso, atuamos com Soluções Mobile, onde o nosso principal produto é o eSIM, chip já embarcado dentro do aparelho, onde os nossos principais clientes são as operadoras de telefone.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida por segmento para os períodos indicados, excluindo transações entre segmentos:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
	(Em milhões de R\$)		
Meios de pagamento.....	787,5	908,2	1.213,0
Sistemas de identificação	846,2	730,0	664,5
Mobile.....	537,6	617,3	559,5
Total⁽¹⁾	2.171,3	2.255,5	2.437,0

(1) Reflete a eliminação de transações intersegmentos.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida por segmento como um percentual (%) de nossa receita líquida para os períodos indicados, excluindo transações intersegmentos:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
	(percentual da receita líquida)		
Meios de pagamento.....	36,3	40,3	49,7
Sistemas de identificação	39,0	32,4	27,3
Mobile.....	24,7	27,4	23,0
Total⁽¹⁾	100	100	100

Divisão Geográfica

A Companhia e suas investidas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina, EUA, Colômbia, Uruguai, México, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, África do Sul, Nigéria, Emirados dos Árabes, Taiwan, Indonésia, Irlanda, Alemanha e China.

Adicionalmente, nós apresentamos em nossas demonstrações financeiras uma divisão geográfica dos vários componentes de nossas demonstrações financeiras.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida pela localização de nossas operações nos períodos indicados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
	(Em milhões de R\$)		
Brasil.....	1.304,1	1.225,3	1.131,8
Estados Unidos.....	73,6	71,1	651,6
EMEA*	303,5	421,6	353,5
Outros países.....	490,1	537,5	300,1
Total.....	2.171,3	2.255,5	2.437,0

(*) Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Espanha, Alemanha, Indonésia, China e Nigéria.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida por localização das nossas operações como um percentual da receita líquida para os períodos indicados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
	(percentual da receita líquida)		
Brasil.....	60,1	54,3	46,4
Estados Unidos.....	3,4	3,2	26,7
EMEA*	14,0	18,7	14,5
Outros países.....	22,5	23,8	12,4
Total.....	100	100	100

(*) Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Espanha, Alemanha, Indonésia, China e Nigéria.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No ano, a Companhia apresentou Lucro Líquido recorde de R\$381 MM vs. um Lucro de R\$213 MM em 2023 (78,9% A/A). Esse resultado representa um ganho por ação de quase R\$4,76. Quando comparado com o resultado do ano anterior, o incremento pode ser explicado principalmente pela receita obtida na alienação de 67,5% de participação societária na Cubic Telecom, através de sua controlada na Espanha.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos firmados entre a Companhia e os órgãos públicos estaduais preveem reajustes de preços baseados nos índices de inflação IPC-A e IGP-M. As receitas da Companhia podem ser influenciadas pela inflação na Argentina, e, pela variação cambial decorrentes da nossa presença nos seguintes países: Brasil, Argentina, Espanha, México, Uruguai, Colômbia, Estados Unidos, Dinamarca, Ásia, África e Oriente Médio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

As variações nas taxas de juros e câmbio influenciam diretamente o saldo a pagar da dívida consolidada da Companhia.

2.3 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS – RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

Não aplicável para os anos apresentados.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 não apresentaram ênfase no parecer dos auditores. Dois riscos significativos foram apresentados: (i) recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios e créditos fiscais diferidos; e (ii) reconhecimento de receita.

2.4 – OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não ocorreram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou em seus resultados devida à introdução ou alienação de segmento operacional, a não ser pela venda de ativos nos Estados Unidos que serão detalhados a seguir.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Incorporações:

- i) Conforme aprovado em reunião com os sócios realizada em dezembro de 2022, a Interprint foi incorporada pela Controladora;
- ii) Conforme aprovado em reunião com os sócios realizada em dezembro de 2022, a Valid Participações foi incorporada pela Controladora;
- iii) Conforme aprovado em reunião com os sócios realizada em abril de 2022, a Agrotopus foi incorporada pela Valid Link;
- iv) Conforme aprovado em reunião com os sócios realizada em abril de 2022, a Alpdex foi incorporada pela Serbet;

Aquisição/Alienação:

Aquisição de controladas: Contiplan Indústria Gráfica Ltda. (“Contiplan Indústria”) e Contiplan Tecnologia Gráfica Ltda. (“Contiplan Tecnologia”)

Em 1 de outubro de 2024, a Companhia, por meio da controlada BluPay, adquiriu a totalidade das ações das empresas Contiplan Indústria e Contiplan Tecnologia, pelo valor de R\$23.970, pagos na data da compra, exceto pelo montante de R\$1.000 retido para cobertura de possíveis contingências pelo período de 5 anos.

As empresas adquiridas estão sediadas em São Paulo e atuam como gráficas de segurança de alto nível, com soluções especiais para cédulas de identidade, diplomas, certificados, selos de autenticidade, ingressos entre outros. Atualmente, são fornecedoras de documentos de segurança em todas as esferas públicas nacionais.

Essas aquisições estão alinhadas à estratégia da Companhia em fortalecer a vertical de “ID”.

Na data de aquisição, conforme laudo de avaliação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos das empresas adquiridas, são conforme apresentados a seguir:

	Valor justo dos ativos e passivos na data de aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2.030
Impostos a recuperar	722
Contas a receber	1.320
Estoques	1.023
Intangível	3.118
Imobilizado	3.580
Outros ativos	3.605
Salários a pagar	(142)
Fornecedores	(454)
Impostos a recolher	(426)
Outros passivos	(1.667)
Ativos líquidos da adquirida	12.709
Total da contraprestação	23.970
Imposto diferido sobre mais valia	2.036
Agio gerado na aquisição	13.297

As alocações efetuadas estão sumarizadas abaixo:

Mais valia de relacionamento com clientes ⁽¹⁾	2.199
Mais valia de licenças ⁽²⁾	917
Mais valia ativo imobilizado ⁽³⁾	2.873
Total	5.989

- (1) O valor justo do relacionamento com clientes foi mensurado pelo método de *multi-period excess earnings method* ("MEEM"). Esse intangível tem vida útil definida remanescente estimada de 12,2 anos, trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 14,26%.
- (2) A estimativa do valor justo foi calculada com base no método "With and Without" e baseou-se nas estimativas da administração sobre os efeitos que a ausência da licença teria sobre as receitas e fluxos de caixa da Companhia. Esse intangível tem vida útil definida de 1,25 anos.
- (3) O critério geral de avaliação adotado considerou os ativos imobilizados em bom estado de conservação e adequados para uso, ou seja, os bens foram avaliados supondo-se que continuarão a ser utilizados para a mesma finalidade e no estado de conservação físico e funcional. O nível de rigor do trabalho para avaliação é definido preferencialmente como de

Grau de fundamentação 1 (tabela 4 – NBR14.653-5:2006), atendendo os requisitos e disposições atualizações das normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A contribuição das adquiridas para o Grupo pode ser demonstrada como segue:

Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição até 31/12/2024	1.944
Contribuição para o Grupo com lucro líquido desde a data da aquisição até 31/12/2024	126
Receita líquida da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2024	3.013
Prejuízo da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2024	(286)

A Companhia não incorreu em custos significativos para concluir a aquisição e os montantes foram reconhecidos no resultado do exercício na data em que ocorreram.

Alienação da Cubic Telecom

Em 29 de novembro de 2023, a controlada Valid Espanha celebrou um acordo para a venda de 67,5% de sua participação na Cubic Telecom, equivalente a 8.863.743 ações, pelo valor de R\$171,4 milhões (com a cotação de 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2023, a Valid Espanha registrou o montante de R\$34.011 na rubrica “ativo disponível para venda”, relacionado a essa operação.

No dia 6 de março de 2024, a Companhia concluiu a venda por €32 milhões (aproximadamente R\$173,0 milhões na cotação do dia) recebido integralmente na data da transação, gerando um ganho de R\$136,8 milhões, registrado na rubrica de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” nas demonstrações do resultado. Após a conclusão e diluições aplicáveis, o Grupo continua, através de sua controlada Valid Espanha, detendo 4.261.873 ações, que representa 1,67% do capital da Cubic Telecom.

Alienação de controlada Serbet

No dia 26 de janeiro de 2024, a Companhia alienou 100% de sua participação na controlada “Serbet” pelo valor de R\$10,4 milhões, recebidos no momento da venda. A Companhia havia registrado uma provisão para perda da unidade de negócio de estacionamento digital para mantê-lo ao valor de realização. Dessa forma, a venda não gerou impacto significativo no resultado.

Aquisição de controlada Flexdoc

A Companhia adquiriu 100% de participação da empresa Flexdoc Tecnologia da Informação Ltda. ("FlexDoc") em 22 de maio de 2023 com uma contraprestação a ser transferida de R\$68.758, calculada conforme abaixo:

- (i) R\$ 20 milhões pagos na data da compra;
- (ii) Consideração contingente de: (a) adicional de até R\$20 milhões, a depender da lucratividade da Flexdoc em 2023 e 2024, e (b) 61,85% do lucro alcançado pela Flexdoc ao longo dos próximos 4 anos. O pagamento desse montante está sujeito ao atendimento das métricas e condições contratuais e o valor justo dessa consideração contingente foi estimado com base no modelo de Monte Carlo em R\$48.757. Desse montante, R\$2.810 foram pagos em 2023, sendo o saldo remanescente de R\$45.947.

A Flexdoc é uma empresa sediada em Brasília, DF, com atuação nacional, especializada em automação de processos, validação de dados e documentos, e sistemas de processamento de documentos por imagem, que auxilia os clientes a acelerar o crescimento através da implantação de fluxos inteligentes e gerenciáveis com alto grau de automação e confiabilidade nos dados, documentos e processos.

A aquisição da Flexdoc está alinhada à estratégia da Companhia de avançar em ID Digital, tanto para o ecossistema de clientes públicos quanto privados e traz à Valid a possibilidade de ampliar e fortalecer seu portfólio de soluções, podendo explorar novas geografias e negócios em um mercado que a empresa já atua.

Na data de aquisição, conforme laudo preliminar de avaliação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Flexdoc são conforme apresentados a seguir:

	Valor justo dos ativos e passivos na data de aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2.008
Impostos a recuperar	392
Contas a receber	551
Imobilizado	1.696
Intangível	18.003
Outros ativos	42
Salários a pagar	(418)
Fornecedores	(550)
Impostos a recolher	(38)
Ativos líquidos da adquirida	21.686
Total da contraprestação estimada	68.758
Agio gerado na aquisição	47.072

As alocações efetuadas estão sumarizadas abaixo:

Mais valia de relacionamento com clientes (i)	8.013
Mais valia de marcas (ii)	3.411
Mais valia de tecnologia (iii)	1.759
Total	13.183

(i) O valor justo do relacionamento com clientes foi mensurado pelo método de *multi-period excess earnings method* ("MEEM"). Esse intangível tem vida útil definida remanescente estimada de 6 anos, trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 16,76%.

(ii) O valor justo da marca foi mensurado com base método de *Relief from Royalties*.

(iii) O valor justo calculado à tecnologia refere aos *softwares* da adquirida e foi calculado com base no custo de reposição e possui vida útil definida remanescente estimada em 4 anos.

A contribuição da adquirida para o Grupo pode ser demonstrada como segue:

Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição até 31/12/2023	19.388
Contribuição para o Grupo com lucro desde a data da aquisição até 31/12/2023	4.515
Receita líquida da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2023	32.385
Lucro da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2023	8.589

A Companhia não incorreu em custos significativos para concluir a aquisição e os montantes foram reconhecidos no resultado do exercício na data em que ocorreram.

Alienação operação USA

A investida Valid Soluciones Tecnológicas (“Valid Espanha”), sociedade na qual a Companhia detém participação societária de 100%, celebrou, em 30 de junho de 2022, o contrato de compra e venda para alienação de certos ativos detidos pela Valid USA Inc. (Identificação e Meios de Pagamentos) à Giesecke+Devrient (“G+D”), um grupo global de tecnologia e segurança, atuante nos mercados de pagamentos, conectividade, identidade e infraestrutura digital, com presença estabelecida nos Estados Unidos.

Aquisição VSoft e Via Soft

A Companhia adquiriu 10% de participação das empresas VSoft e ViaSoft em outubro de 2022. As sociedades atuam no segmento digital, prestando serviços tecnológicos com soluções de (i) certificação de processo e identificação de pessoas no mercado de trânsito; (ii) sistemas de biometria; e (iii) sistemas de identidade digital. O investimento traz à Valid a possibilidade de complementar a sua atuação geográfica no país e também garante a ampliação do portfólio de produtos e de tecnologia, podendo explorar novos negócios em um mercado que a Valid já atua, tanto para o mercado público, através de iniciativas junto aos Departamentos Estaduais de Trânsito, mercado privado com soluções que permitam a certificação de processos para autoescolas.

A Companhia não adquiriu o controle, mas detém influência significativa na investida e, portanto, reconhece esse investimento como coligada. No momento da aquisição a Administração avaliou os ativos e passivos da investida para determinar as mais-valias e o ágio incluídos no investimento, como segue:

Contraprestação total	12.000
Valor justo das opções de compra adicional de participação ⁽¹⁾	(8.849)
Preço de aquisição ajustado	3.151
Patrimônio líquido das investidas a valor contábil	141
Valor justo de ativos e passivos	
Mais valia de tecnologia e carteira de clientes	3.010
Patrimônio líquido das investidas a valor justo	3.151

(1) O contrato de aquisição possui algumas opções de compra e venda com vencimentos entre março de 2023 e março de 2027 que a Companhia, caso exerça, pode aumentar gradativamente sua participação societária nas investidas. Esse montante foi classificado como um ativo financeiro.

c) Eventos ou operações não usuais:

Não se aplica.

2.5 – Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis.

A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas por nossa administração:

(i) EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são divulgados pela Companhia como informação complementar por serem indicadores úteis do seu desempenho operacional.

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 4 de outubro de 2012 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações.

A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda de bens e/ou serviços.

(ii) Dívida Líquida

A dívida líquida é calculada com base na soma de todas as obrigações com instituições financeiras, representadas nas demonstrações financeiras por empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento registradas no passivo circulante e não circulante, deduzidos os valores registrados como caixa e equivalente de caixa representados por saldos disponíveis em caixas e bancos e aplicações financeiras.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Indicadores Financeiros (em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			variação	
	2024	2023	2022	2023 vs 2024	2022 vs 2023
Receita Líquida	2.171,30	2.255,50	2.437,00	-3,73%	-7,45%
Lucro Bruto	777,1	822,8	739,7	-5,55%	11,23%
Margem Bruta	35,79%	36,48%	30,35%	-0,69 p.p.	6.13 p.p.
Reconciliação do EBITDA R\$ milhões (exceto os percentuais)					
Lucro líquido do Período	380,9	213,3	24,5	78,57%	770,61%
(+) IR e Contribuição Social	56,2	62,5	18,7	-10,08%	234,22%
(+) Rec/Desp Financeira	42,3	118,6	186,6	-64,33%	-36,44%
(+/-) Depreciação e Amortização	105,2	120,6	83,6	-12,77%	44,26%
EBITDA ¹²³	584,6	515	313,4	13,51%	64,33%
Margem EBITDA ³	26,92%	22,83%	12,86%	4,09 p.p.	9,97 p.p.

Reconciliação da Dívida Líquida R\$ milhões (exceto os percentuais)

(+) Empréstimo, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar circulante	116,1	172,1	281,8	-32,52%	-38,93%
(+) Empréstimo, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar não circulante	483,1	537,9	585,4	-10,19%	-8,11%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	569,5	422	365,2	34,95%	15,55%
Dívida Líquida ³	29,7	288	502	-89,67%	-42,63%

¹O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 4 de outubro de 2012 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações.

² O EBITDA, a Margem EBITDA e a Dívida Líquida não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido ou como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não poderão também ser considerados para o cálculo de distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias.

³ A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda de bens e/ou serviços.

Dívida líquida é calculada com base na soma de todas as obrigações com instituições financeiras, representadas nas demonstrações financeiras por empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar registradas no passivo circulante e não circulante, deduzidos os valores registrados como caixa e equivalente de caixa representados por saldos disponíveis em caixas e bancos e aplicações financeiras.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

A Companhia acredita que essas medições (não contábeis) sejam reconhecidas como medidas de desempenho frequentemente utilizadas por investidores, analistas de valores mobiliários e outras pessoas interessadas em analisar a performance das Companhias. Tais medidas, contudo, são suscetíveis a variações na forma de cálculo e não são calculadas por todas as Companhias da mesma maneira. Dessa forma, o EBITDA e a Margem EBITDA aqui apresentados podem não ser diretamente comparáveis com medidas similares apresentadas por outras Companhias.

No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com o IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia.

Adicionalmente, essas medições apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medidas de desempenho, em razão de não desconsiderarem certos custos ou despesas da Companhia que podem impactar significativamente os resultados operacionais e de liquidez, tais como nosso resultado financeiro líquido, impostos de renda e contribuição social e depreciação e amortização. Desta forma, o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como indicadores de nosso desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária ou alterações nos níveis de depreciação e amortização derivados, bem como de gastos que julgamos não recorrentes.

A Companhia entende que o cálculo da dívida líquida, conforme demonstrado acima, é uma medição não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro para captação de recursos e representa mais adequadamente nosso endividamento financeiro. Adicionalmente, nas escrituras de debêntures de nossa emissão e nos contratos financeiros, estamos sujeitos à observância de determinados índices financeiros (covenants) que utilizam a dívida líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos constitutivos da dívida.

2.6 – Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em 15 de janeiro de 2025, a Companhia adquiriu, 41% de participação nas empresas VSoft Tecnologia Participações S.A. e Via Soft Soluções Tecnológicas S.A., pelo valor de R\$11.700, passando a deter 51% de participação total em ambas as empresas.

Em 18 de fevereiro de 2025, conforme informado no Aviso aos Acionistas, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$1,57 (um real e cinquenta e sete centavos) por ação, o que representa R\$123.965 a ser pago em quatro parcelas trimestrais iguais, sendo a primeira em 27 de março de 2025. De acordo com a legislação vigente, farão jus aos juros os acionistas da Companhia detentores de ações em 13 de março de 2025.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local Brasil"), elevou o Rating Corporativo (CFR) da Companhia para AA.br, de AA-.br. Ao mesmo tempo, elevou os ratings da 9ª Emissão de Debêntures e da 10ª Emissão de Debêntures para AA+.br, de AA.br.

Em 6 de março de 2025, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste o montante de R\$6.600 a uma taxa de 12,99% a.a. com prazo de vencimento de 5 anos. Os recursos deste financiamento serão destinados à implementação do site localizado na Bahia, para atendimento ao cidadão na emissão de documentos de identificação.

2.7 – OS DIRETORES DEVEM COMENTAR A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS, INDICANDO:

a) Regras sobre retenção de lucros

De acordo com o artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Destinação de resultados da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 05/02/2019 e está disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.valid.com).

2.8 – ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Valid não possui carteiras de recebíveis baixadas sobras as quais mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem no seu balanço patrimonial.

- ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Valid não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

- iii. Contratos de construção não terminada

A Valid não possui contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

- iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Valid não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não se aplica.

2.9 – EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2024, 2023 e 2022.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2024, 2023 e 2022.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2024, 2023 e 2022.

2.10 – PLANO DE NEGÓCIOS

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de novembro de 2024, foi aprovado o Plano de Investimentos e Orçamento Anual da Companhia para o exercício de 2025, conforme previsto no Estatuto Social, no valor consolidado de R\$105.600.000,00 (Cento e cinco milhões e seiscentos mil reais), distribuído pelas unidades regionais e suas respectivas divisões de negócios.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos são financiados através de recursos gerados pela atividade operacional da Companhia. Entendemos que, caso tenhamos oportunidades de investimentos que requeiram fontes alternativas de financiamento, estas poderão ser utilizadas devido ao nosso baixo grau de endividamento.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Imóvel Caju – RJ

Conforme decidido em RCA, foi aprovado o processo de venda do imóvel do Caju (RJ). A Valid estima que a mudança se dê ao longo de 2025. Assim como ocorrido com a unidade fabril de São Bernardo do Campo (SP), a operação que era realizada no Caju foi transferida para Sorocaba (SP), levando mais sinergias para as operações.

Alienação da Cubic

Em 29 de novembro de 2023, a controlada Valid Espanha celebrou um acordo para a venda de 67,5% de sua participação na Cubic Telecom, equivalente a 8.863.743 ações, pelo valor de R\$171,4 milhões (com a cotação de 31 de dezembro de 2023).

No dia 6 de março de 2024, a Companhia concluiu a venda por €32 milhões (aproximadamente R\$173,0 milhões na cotação do dia) recebido integralmente na data da transação, gerando um ganho de R\$136,8 milhões, registrado na rubrica de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” nas demonstrações do resultado. Após a conclusão e diluições aplicáveis, o Grupo continua, através de sua controlada Valid Espanha, detendo 4.261.873 ações, que representa 1,67% do capital da Cubic Telecom.

Alienação da Serbet

No dia 26 de janeiro de 2024, a Companhia alienou a controlada "Serbet" pelo valor de R\$10,4 milhões. Os valores foram recebidos no próprio mês de alienação. A Companhia realizou a provisão para perda da unidade de negócio de estacionamento digital para mantê-lo ao valor de realização. Dessa forma, a venda não gerou impacto significativo no resultado.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No ano de 2024, foram gastos R\$28,6 milhões com a equipe de P&D. O montante foi destinado para o desenvolvimento das equipes da Colômbia, Espanha e Dinamarca, na respectiva proporção de R\$2,0 milhões; R\$13,2 milhões; R\$11,9 milhões.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia vem atuando de forma estruturada para possibilitar um plano de trabalho ASG de curto, médio e longo prazo e como consequência deste trabalho a elaboração de uma matriz de materialidade, bem como a definição de indicadores chave, farão parte da evolução na gestão das práticas ASG. Ainda, iniciativas relacionadas ao tema ASG são implantadas na Companhia por sua essência: no

desenvolvimento de cartões com matéria prima reciclável, utilização de energia renovável em seu parque fabril e na estruturação de projeto para internalização do tema de diversidade de inclusão, seguindo as melhores práticas de mercado.

2.11 – OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

Exceto os mencionados nesta seção, não foram identificados outros fatores que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.

3.1 PROJEÇÕES DIVULGADAS E PREMISSAS

- a. Objeto da projeção**
- b. Período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle**
- d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência, projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
- b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
- c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 – DESCREVER OS FATORES DE RISCO COM EFETIVO POTENCIAL DE INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO, OBSERVANDO AS CATEGORIAS ABAIXO E, DENTRO DELAS, A ORDEM DECRESCENTE DE RELEVÂNCIA

O investimento em valores mobiliários de emissão de qualquer companhia, por si só, envolve riscos significativos. Assim, os investidores atuais e potenciais da Companhia devem considerar detalhadamente todas as informações apresentadas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos nesta seção, as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, antes de decidir manter ou investir em valores mobiliários de sua emissão.

Os negócios da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais poderão ser significativamente afetados por quaisquer dos riscos listados abaixo. O preço de mercado das ações poderá cair em razão da materialização de qualquer um desses riscos, sendo certo que o investidor poderá perder parte ou todo investimento realizado em ações da Companhia.

Os riscos que são atualmente desconhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem ter um efeito material adverso sobre nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais e o preço de negociação das ações.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa neste Formulário de Referência ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e/ou das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Assim, expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” e na seção “5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante à subdivisão desta seção e da seção “5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

A) RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA

Perspectivas de crescimento.

As perspectivas de negócios da Companhia e seu crescimento dependem da capacidade da Companhia de antecipar e adaptar-se à evolução das novas tecnologias, tendências do mercado, demandas dos clientes e padrões da indústria.

A fim de manter os negócios existentes e perspectivas de crescimento, a Companhia precisa, continuamente, desenvolver novos produtos e serviços para, assim, atender às necessidades de seus clientes, o que exige tempo e recursos significativos.

O negócio da Companhia é altamente dependente da capacidade contínua e oportuna de desenvolver produtos, serviços e tecnologias adequadas, sujeitando-se a capacidade de adaptação a (1) rápidas mudanças nas tecnologias de *hardware* e *software*, (2) mudanças nas necessidades e exigências de seus clientes e nas tendências do mercado em que atua, (3) introdução frequente de novos produtos e serviços, bem como a incerteza sobre o ciclo de vida

dos seus produtos e serviços existentes, (4) evolução das normas aplicáveis e desenvolvimentos tecnológicos imprevisíveis e (5) mudanças nos serviços relacionados a infraestrutura e operação de serviços de TI (nuvem, virtualização, *softwares* como serviços ou Inteligência Artificial).

Novos produtos e serviços baseados em tecnologias recentes ou melhoradas, ou novos padrões da indústria, podem tornar os produtos e serviços da Companhia obsoletos e não comercializáveis. Para ter êxito, buscamos melhorar os produtos e ofertas de serviços atuais, em paralelo com o desenvolvimento de novos produtos e serviços em tempo hábil para manter o ritmo com a evolução da tecnologia e para atender as exigências cada vez mais sofisticadas dos nossos clientes e do mercado como um todo. Quaisquer atrasos no desenvolvimento e lançamento de produtos e serviços novos ou melhorados, ou atrasos para manter o ritmo das evoluções tecnológicas contínuas, podem afetar adversamente a capacidade da Companhia de preservar nossa base de clientes existente e de atrair novos clientes, o que pode afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados de funcionamento da Companhia.

Concorrência no mercado em que atua.

A Companhia enfrenta forte concorrência em quase todas as linhas de negócios nos países em que opera, podendo não ser capaz de atingir o mesmo nível de crescimento de seus concorrentes atuais ou futuros.

Parte dos potenciais concorrentes da Companhia têm equipes técnicas maiores, bases de clientes maiores, maior reconhecimento da marca e mais recursos financeiros, de marketing e outros recursos do que a Companhia. Os concorrentes podem ser capazes de desenvolver produtos e serviços mais rapidamente do que a Companhia, que sejam superiores aos nossos produtos e serviços, que alcancem uma maior aceitação dos clientes ou que tenham uma melhora significativa das suas funcionalidades em comparação com os produtos e serviços atuais da Companhia. Além disso, os concorrentes da Companhia podem ser capazes de negociar relações estratégicas em condições mais favoráveis do que a Companhia.

Nessa linha, o aumento da concorrência pode resultar em margens reduzidas, perda de vendas ou diminuição da participação de mercado que, por sua vez, pode prejudicar nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e poderão afetar adversamente o preço de mercado das ações da Companhia.

Não há garantia de que a Companhia será capaz de continuar a fornecer produtos e serviços que competem de forma eficaz com seus concorrentes, o que pode acarretar um efeito material adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados de operações da Companhia.

Aquisição de negócios e novos ativos.

O negócio da Companhia pode ser adversamente afetado como resultado dos riscos associados a aquisições e investimentos. Em particular, a Companhia pode não ter sucesso na conclusão de aquisições ou as aquisições a serem concluídas podem não alcançar os resultados e as sinergias previstas.

Um dos pilares da estratégia de negócios da Companhia é a aquisição de empresas, negócios, ativos e a criação de *joint ventures* para complementar nossos serviços e entrar em novos

mercados. No entanto, a Companhia pode não ser capaz de encontrar candidatos adequados para aquisição ou de completar aquisições em termos favoráveis. Além disso, podemos não alcançar os resultados e as sinergias previstas.

Os riscos em relação às aquisições que a Companhia faz ou se propõe a fazer, incluem, entre outras coisas:

- despesas de aquisição e integração maiores do que as previstas;
- atrasos na conclusão, ou a incapacidade de concluir uma aquisição devido a não implementação das respectivas condições para o fechamento da aquisição, o que pode incluir a incapacidade de obter não objeções, *dealbreakers* identificados em fase de diligência, assunção de premissas equivocadas nas modelagens financeiras afetando o entendimento correto do *valuation*;
- aprovações necessárias das autoridades regulatórias e concorrenciais em todas as jurisdições relevantes;
- dificuldades na integração das operações, políticas, tecnologias, produtos e serviços da Companhia com os das empresas, negócios ou ativos adquiridos pela Companhia;
- dificuldades da Companhia em se adaptar à cultura local e ambiente político nos novos mercados em que a Companhia entrar em decorrência de suas aquisições;
- dificuldades em obter a aprovação dos órgãos de defesa da concorrência e outras agências competentes nos novos mercados;
- dificuldades em integrar as operações separadas por grandes distâncias geográficas;
- aquisições que a Companhia fizer poderão não vir a fortalecer nossa posição competitiva ou alcançar os objetivos da Companhia, e quaisquer aquisições realizadas pela Companhia poderão ser vistas negativamente por clientes ou investidores;
- desvio do capital e do tempo e atenção dos administradores da Companhia de outras questões relativas aos seus negócios e atividades;
- potencial perda de funcionários-chave e, conseqüentemente, potencial perda de clientes de empresas e dos negócios que a Companhia adquire;
- violação de cláusula de não concorrência após saída dos fundadores, sócios, sujeitando-se ao risco de replicação de modelos de negócios, códigos, algoritmos;
- risco de compartilhamento de dados sensíveis entre as partes e violações de NDA e/ou o vazamento dos mesmos;
- passivos não identificados nas empresas adquiridas, incluindo responsabilidades por litígios e disputas, e incertezas em prever com precisão o impacto financeiro de uma operação de aquisição, incluindo os impactos contábeis; e
- a Companhia poderá empregar recursos financeiros significativos em suas aquisições, incluindo a assunção de endividamento adicional (que poderão nos sujeitar a *covenants* ou outras restrições que poderão limitar nossa capacidade de gerenciar nossas operações), a emissão de novas ações da Companhia, o que poderá diluir o valor das ações existentes da Companhia.

Além desses riscos, *joint ventures* poderão dar origem a conflitos de interesse, além de o risco de que os parceiros da Companhia poderão deixar de cumprir com suas obrigações nos termos do acordo de *joint venture* ou poderão enfrentar dificuldades financeiras ou de outra natureza.

A ocorrência de quaisquer dos riscos acima descritos poderá ter como resultado a incapacidade da Companhia em realizar com êxito nossas estratégias de aquisição e crescimento, o que poderá ter um efeito material adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados de operações da Companhia.

Para mais informações sobre as aquisições realizadas pela Companhia, ver item 1.1 deste Formulário de Referência.

Os produtos da Companhia poderão infringir os direitos de propriedade intelectual de terceiros.

Não é possível prever com precisão se a fabricação e venda dos produtos e serviços da Companhia não infringem ou infringirão patentes ou outros direitos de propriedade intelectual detidos por terceiros. Nossos produtos dependem de tecnologia e sistemas da Companhia ou de terceiros, licenciados por meio de acordos de cessão de uso e poderão estar sujeitos a reivindicações de terceiros de que o uso desses sistemas e tecnologia pela Companhia infringe patentes ou direitos de propriedade intelectual. No futuro, poderão, por exemplo, existir pedidos de registro de patentes pendentes, que, se concedidas, poderão abranger as tecnologias utilizadas pela Companhia.

Em determinadas jurisdições, não há publicação do objeto das patentes até que as patentes sejam concedidas. Além disso, em que pese a Companhia possuir regularmente as devidas licenças, se terceiros afirmarem que os clientes da Companhia estão violando os seus direitos de propriedade intelectual, tanto os clientes da Companhia quanto estes terceiros poderão, através de uma análise de mérito, buscar indenização da Companhia ou até rescindir suas relações conosco, o que poderia afetar negativamente os negócios da Companhia.

Qualquer reivindicação de propriedade intelectual poderá envolver litígios e, se decidido contra nós, poderá impedir a Companhia de fabricar ou comercializar os produtos e serviços objeto da reivindicação, sujeitando a Companhia ao pagamento de danos monetários substanciais ou, ainda, obrigando-a a obter licenças. Além disso, pontuamos que, dada a característica dos litígios de serem usualmente demorados, esses poderão desviar a atenção e os recursos da administração da Companhia para longe dos nossos negócios. Se os argumentos da Companhia não prevalecerem em qualquer litígio, além de indenização que a Companhia possa ter que vir a pagar, a Companhia poderá ser obrigada a descontinuar o uso de certos processos, cessar a fabricação, utilização e venda de determinados produtos e serviços cuja propriedade intelectual houver sido infringida, ter que aplicar recursos significativos para desenvolver tecnologias não infringentes ou adquirir licenças em condições desfavoráveis. Licenças poderão não estar disponíveis para nós em termos aceitáveis ou poderão não estar disponíveis de modo algum. Além disso, algumas licenças não são exclusivas e, portanto, os nossos concorrentes poderão ter acesso à mesma tecnologia licenciada para a Companhia. Se a Companhia não conseguir obter uma licença necessária ou não puder desenvolver projetos em torno de patentes de

terceiros ou, de outro modo, evitar violações, a Companhia pode não ser capaz de vender alguns de seus produtos e serviços.

Os segmentos de telecomunicações e de meios de pagamento em que Companhia atua estão cada vez mais saturados e commoditizados.

O mercado de telefonia móvel brasileira tem altos níveis de penetração e baixas taxas de rotatividade entre as operadoras. Esses fatores afetam o crescimento da Companhia no segmento de telecomunicações e têm um impacto negativo nas margens e na rentabilidade da Companhia, pois as oportunidades para captar novos clientes e expandir as receitas com clientes atuais são limitadas. Alguns dos produtos e serviços da Companhia estão commoditizados, particularmente, visto que a maioria dos nossos concorrentes desenvolve produtos e serviços extremamente semelhantes, resultando em margens mais baixas para alguns produtos dentro dos segmentos de telecomunicações e meios de pagamento da Companhia. O reforço da concorrência nestes mercados e outros mercados poderão afetar ainda mais as margens e a rentabilidade da Companhia.

A Companhia depende da continuidade do serviço das pessoas chave e diretores da Companhia.

O sucesso futuro da Companhia depende de nossa capacidade de contratar, treinar e manter pessoal qualificado de pesquisa e desenvolvimento, engenharia e marketing. Pessoas qualificadas e experientes na indústria de tecnologia são escassas. A concorrência para contratar pessoal é intensa, e, portanto, a contratação, treinamento e preservação desses profissionais é demorada e dispendiosa. Se a Companhia não conseguir contratar, treinar e preservar funcionários com habilidades em pesquisa e desenvolvimento, engenharia e marketing, a Companhia pode não ser capaz de desenvolver e aprimorar os produtos, serviços e o relacionamento existentes com os clientes. Nos últimos anos, temos trabalhado no plano estratégico de transformação digital da Companhia e temos sido bem-sucedidos na contratação de pessoas chave para auxiliar essa transformação, reforçando o time Valid.

Os nossos Diretores são importantes agentes para o desenvolvimento da estratégia da Companhia. No entanto, permanece o risco de um ou mais deles deixarem de integrar o time Valid ou até se juntar à concorrência, não sendo ainda possível à Companhia garantir a inexistência de conflito de interesses entre seus administradores, terceiros, acionistas, órgãos reguladores e entidades fiscalizadoras. Entendemos que tal risco é mitigado pelo plano de incentivo de longo prazo oferecido a esses profissionais, conforme detalhado no item 8.4 deste Formulário.

A Companhia opera em grande parte em suas próprias instalações de produção e, como resultado, é vulnerável aos riscos associados à fabricação.

A Companhia opera unidades industriais no Brasil, Argentina e Espanha. As operações da Companhia têm altos custos que são fixos ou difíceis de reduzir, no curto prazo, incluindo nossos

custos relacionados à fabricação, como a construção de instalações e equipamentos, pesquisa e desenvolvimento, emprego e treinamento de mão de obra qualificada.

Se a demanda do produto diminuir ou a Companhia deixar de prever a demanda com precisão, podemos ser obrigados a amortizar inventário ou registrar excesso de capacidade ociosa, que podem reduzir nossa margem bruta. A capacidade de fabricação pode ser subutilizada e podemos ser obrigados a amortizar nossos ativos de longa duração, o que aumentaria nossas despesas.

Por outro lado, se a demanda do produto aumenta, a Companhia pode não ser capaz de aumentar a capacidade de forma suficiente para atender a demanda do mercado. Nossa receita e margem bruta também poderão ser afetadas pelo *timing* dos lançamentos de produtos e despesas relacionadas da Companhia, incluindo as despesas de marketing.

Além disso, a Companhia está sujeita aos riscos associados com o desenvolvimento e implementação de nova tecnologia do processo de fabricação. A inovação de processos tecnológicos envolve despesas significativas e traz riscos inerentes, incluindo dificuldades na concepção e desenvolvimento de tecnologias de próxima geração de processos, desenvolvimento e atrasos de cronograma de produção, inferiores aos rendimentos de fabricação previstos, e defeitos em produtos e erratas. Interrupções no processo de produção também podem ser resultantes de erros, defeitos de materiais, interrupção em nosso fornecimento de materiais ou recursos, e interrupções em nossa fabricação e montagem e instalações de teste devido a acidentes, problemas de manutenção, ou condições inseguras de trabalho - o que pode afetar o cronograma de rampas de produção e dos rendimentos. Problemas de produção podem levar ao aumento dos custos e afetar a capacidade da Companhia de atender a demanda pelo produto, o que pode afetar negativamente nossos negócios e os resultados das nossas operações.

Nossa planta de Sorocaba é objeto de processo de remediação e monitoramento ambiental em razão de contaminação do solo e das águas subterrâneas.

A Companhia foi autuada pela CETESB em 2009 em razão da existência de passivo ambiental consistente na contaminação de solo e água subterrânea por metais na unidade de Sorocaba. Foi imposta a penalidade de advertência para que fossem apresentados estudos e iniciado processo de investigação na área. Foram realizadas etapas de investigação para delimitação da área contaminada. Atualmente, há um sistema de remediação implementado e está em curso o monitoramento da área. De todo modo, e considerando as alterações de procedimento de gerenciamento de áreas contaminadas estipuladas pela Decisão de Diretoria Nº 038/2017/C da CETESB, a Companhia optou por refazer o relatório de investigação ambiental da planta do início.

Durante o processo de desmobilização da unidade do Caju, localizada no Rio de Janeiro, fora identificado contaminação de solo e desde então uma Consultoria Especializada vem nos auxiliando nesse processo de delimitação e indicação do plano de intervenção. A eficiência do sistema de monitoramento poderá resultar na imposição de medidas de intervenção e/ou remediação adicionais. Além da obrigação de reparar o dano ambiental, a Companhia pode sofrer sanções administrativas e criminais pelo mesmo fato.

Interrupção e/ou impactos na produção em decorrência de eventos climáticos extremos.

Nos últimos anos, os riscos relacionados ao clima e questões socioambientais lideram dentre os 10 mais graves em escala global nos próximos 10 anos, reportados pelo Fórum Mundial Econômico. São eles: falhas no enfrentamento das mudanças climáticas, eventos climáticos extremos, perda de biodiversidade, erosão da coesão social, crise dos meios de subsistência, doenças infecciosas, danos ambientais humanos e crise de recursos naturais.

Neste cenário, a Companhia está exposta a riscos climáticos físicos, que podem ocorrer pela indisponibilidade dos recursos hídricos por longo período, podendo ocasionar em interrupções das operações industriais; aumento ou diminuição no grau de precipitação, com possibilidade de ocorrência de chuvas intensas e de longa duração, causando inundações nas instalações da Companhia e/ou em seu entorno; fortes ventos causando danos significativos às instalações, estrutura física de seus ativos prediais.

Além disso estamos expostos a queda de umidade abaixo de 60%, o que pode resultar em um aumento significativo de casos relacionados a problemas do sistema respiratório e desconforto respiratório.

Essa situação tende a ser mais preocupante do que os problemas de infraestrutura de energia e telecomunicações, devido à intensidade dos eventos climáticos extremos, que provocam interrupções prolongadas para o reestabelecimento do serviço.

A Companhia está sujeita a processos judiciais, administrativos e regulatórios e ações decorrentes do curso normal dos nossos negócios. O desfecho desfavorável desses processos e ações poderá ter um efeito adverso significativo sobre a Companhia.

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos e regulatórios, que surgem no curso normal de nossos negócios, e ainda processos adicionais poderão surgir no futuro. Esses processos abordam uma variedade de questões, incluindo, mas não se limitando a questões fiscais/tributárias, trabalhistas, cíveis e comerciais.

As sentenças de processos judiciais, administrativos e regulatórios são incertas e, independente do mérito dos pedidos. Os litígios podem ser onerosos, prolongados e prejudiciais para a Companhia. Nenhuma garantia pode ser dada de que a Companhia obterá decisão ou resolução favorável a qualquer processo ou ação em particular. Em reconhecimento a essas contingências, a Companhia pode optar por celebrar acordos para resolver disputas. Caso não logre uma resolução favorável em um processo ou ação, a Valid poderá estar sujeita a danos, multas ou injunções.

Em abril de 2025, a empresa detinha valores significativos contingenciados, notadamente em processos tributários, cíveis, criminais e trabalhistas. Nesta data, os valores com risco provável totalizavam aproximadamente R\$42.9MM, possível R\$425MM e remoto R\$780MM. Com base no parecer de nossos assessores jurídicos, a administração da Valid considera que os referidos processos apresentam um risco provável, possível ou remoto de perda. Tais litígios abrangem questões como cobrança de tributos, questões comerciais, benefícios e contribuições para a previdência social, bem como condições de trabalho.

A Companhia não provisiona valores relacionados a processos que são classificados pelos nossos advogados externos com probabilidade de perda possível ou remota, para fins de provisão contábil, mas sim aqueles cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. Assim, são efetuadas provisões contábeis relativamente aos valores de risco de perda provável. As informações relativas aos processos relevantes da Companhia estão apresentadas no item 4.4 deste Formulário.

O RESULTADO DESFAVORÁVEL EM PROCESSOS RELEVANTES PODERÁ AFETAR ADVERSAMENTE OS NEGÓCIOS, CONDIÇÃO FINANCEIRA E RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA.

B) A SEUS ACIONISTAS, EM ESPECIAL OS ACIONISTAS CONTROLADORES

A ausência de um único acionista controlador ou grupo de acionistas controladores pode deixar a Companhia suscetível a novas alianças de acionistas, litígios de acionistas ou outros desenvolvimentos imprevistos.

A Companhia não tem um acionista ou grupo de controle que detenha a maioria absoluta do capital votante. Caso um grupo de controle surja, a Companhia poderá sofrer alterações súbitas e inesperadas nas suas políticas e estratégias corporativas, inclusive podendo optar pela substituição de seus conselheiros ou diretores. Além disso, é possível que a Companhia se torne mais vulnerável a tentativas de aquisição hostil e a perturbações associadas com estas tentativas. A ausência de um acionista controlador ou grupo que detenha mais que 50% do capital votante pode dificultar os processos de tomada de decisão, já que o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações pode não ser alcançado. Caso a Companhia não tenha um acionista controlador que detenha a maioria absoluta do capital votante, a Companhia e seus acionistas minoritários poderão não usufruir da mesma proteção dada pela lei das Sociedades por Ações contra abusos por parte de acionistas controladores, e consequentemente, a Companhia poderá ter dificuldade na obtenção de reparações pelos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na equipe de gestão, na política empresarial ou na orientação estratégica, uma tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas relativas aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que os investidores serão capazes de contornar determinadas disposições que visam obstar uma aquisição hostil em nosso estatuto social. Além disso, os acionistas da Companhia podem votar para excluir ou alterar essas disposições do estatuto social da Companhia.

A relativa volatilidade e falta de liquidez dos mercados de capitais brasileiros pode limitar substancialmente a capacidade da Companhia de vender as ações ordinárias pelo preço e no momento adequado para o investidor.

O investimento em títulos brasileiros, tais como ações ordinárias de emissão da Companhia, muitas vezes, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores em outros países com condições políticas e econômicas mais estáveis, e os investimentos em valores mobiliários

brasileiros são geralmente considerados de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos políticos e econômicos, tais como, entre outros:

- mudanças no ambiente regulatório fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade do investidor de, total ou parcialmente, receber rendimentos em relação a seus investimentos; e
- restrições sobre investimentos estrangeiros e à repatriação de capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados de capitais estrangeiros, como nos Estados Unidos da América ou na Europa. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade do investidor de vender nossas ações ordinárias a um preço e em um momento apropriado para o investidor e, como resultado, podem afetar negativamente o preço de nossas ações ordinárias, que podem variar devido a fatores fora de nosso controle. Além disso, a B3 pode ser regulada de forma diferente daquela a que os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista para alienar o seu investimento pelo preço e no momento desejado.

Os acionistas poderão não receber quaisquer dividendos.

Conforme estabelecido no Art. 38, item b do Estatuto Social, a Companhia é obrigada a pagar aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do seu lucro líquido ajustado, na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos está sujeita, principalmente, da determinação do lucro líquido, bem como à aprovação do Conselho de Administração da Companhia e da Assembleia de acionistas, conforme previsto no nosso Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

Não obstante a obrigação de distribuição do dividendo mínimo, o Conselho de Administração da Companhia pode informar à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia no exercício fiscal a que se refere, situação está que deve ser objeto de parecer do Conselho Fiscal e encaminhamento de justificativa à Comissão de Valores Mobiliários. Como resultado, o investimento em ações da Companhia não garante que os titulares de ações receberão dividendos.

C) SEUS ADMINISTRADORES

A Companhia pode enfrentar riscos relacionados a situações em potencial de conflito de interesses envolvendo seus administradores, bem como a riscos de imagem ou eventuais processos administrativos ou judiciais relacionados a seus administradores

A Companhia possui diversos *stakeholders* que devem ser levados em consideração na atuação dos administradores e uma eventual situação potencial de conflito de interesses envolvendo seus administradores poderia trazer riscos à Companhia e a seu crescimento e desempenho. Contudo, a Valid estabeleceu a “Política de Transação com Partes Relacionadas e demais situações e conflito de interesses” (também disponível em seu site de Relações com investidores por meio do link <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/ccf34606-5a99-4212-8d37-db3832d70e01/ce0b7a6c-1c77-85b5-a998-75d533e478a2?origin=2>) que tem como objetivo

mitigar quaisquer situações de potencial conflito de interesses, inclusive, especificando o processo de controle para situações envolvendo seus administradores.

Além dos eventuais processos ou atos administrativos e/ou judiciais aos quais a Companhia pode estar exposta, seus administradores também podem vir a fazer parte ou serem citados em situações ainda que não diretamente relacionados aos fatos averiguados. A Valid mitiga esses riscos adotando uma estrutura de Governança sólida, composta por uma Diretoria, um Conselho Fiscal e um Conselho de Administração com independência da maioria de seus membros, e com um Comitê de Auditoria ao qual se reporta a Diretoria Jurídica e de Governança Corporativa, que possui em sua estrutura funções independentes e dedicadas às temáticas de Auditoria Interna, Riscos Corporativos e *Compliance*.

D) SEUS FORNECEDORES

A Companhia pode enfrentar riscos na cadeia de abastecimento e é dependente de fornecedores

A Companhia depende de diversos fornecedores-chave, fabricantes e prestadores de serviços que nos fornecem componentes para nossos produtos, serviços e recursos, muitos deles localizados fora de nossos principais mercados e fábricas. Como resultado, a Companhia pode experimentar efeitos adversos de curto prazo devido a remessas atrasadas, o que pode atrasar e interromper o fornecimento de nossos produtos para nossos clientes, podendo resultar no cancelamento de pedidos para nossos produtos. Além disso, geralmente não temos contratos de fornecimento de longo prazo, ao que nossos fornecedores estão comprometidos em nos fornecer matérias-primas e componentes a um preço fixo. Os fornecedores poderão aumentar os preços de componentes e matérias-primas significativamente sem aviso prévio ou poderão interromper a produção ou fornecimento de componentes utilizados em nossos produtos. Além disso, esses fornecedores poderão passar por uma série de eventos que poderão afetar sua capacidade de fornecer seus produtos para a Companhia. Ocorrências suscetíveis de afetar estes fornecedores incluem, entre outros, a insolvência, ausência de capacidade para resistir a catástrofes e/ou não conformidade com as normas aplicáveis.

Muitos de nossos produtos e serviços dependem da tecnologia de terceiros. Fornecedores de tecnologia frequentemente alteram seus produtos e param de apoiar as versões antigas de seus produtos. A Companhia não pode garantir que será capaz de adaptar seus produtos e serviços para acomodar as mudanças na tecnologia de terceiros que utilizamos. Se a Companhia não for capaz de fazê-lo, poderemos ter que alterar as características dos nossos produtos e serviços ou descontinuar alguns ou todos eles. Essas alterações poderão ser acompanhadas por aumentos significativos dos preços, o que aumentaria os custos operacionais, afetando material e adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de desenvolver fontes alternativas de matérias-primas e componentes de produtos, se e conforme necessário no futuro. Mesmo se a Companhia for capaz de identificar qualquer fonte de fornecimento alternativa, talvez seja necessário modificar os nossos produtos para que sejam compatíveis com matérias-primas e componentes diferentes, o que pode causar atrasos nas remessas de produtos, aumentar os custos de produção e aumentar os preços dos produtos. A Companhia pode ter dificuldade em substituir

certos fornecedores sem demora e/ou aumento significativo de custos, o que poderá afetar materialmente de modo adverso os negócios, a condição financeira e os resultados de operações da Companhia.

E) SEUS CLIENTES

Se os produtos da Companhia contiverem defeitos ou se existirem problemas com os serviços prestados, a Companhia poderá perder clientes e receitas e ficará sujeita a reclamações dispendiosas.

A Companhia oferece uma ampla gama de produtos relacionados a finanças e identidade segura, tais como cartões de crédito e débito, cartões SIM, serviços de cobrança, carteiras de motoristas, entre outros, e, como resultado, nossos clientes e usuários finais são particularmente sensíveis a defeitos ou problemas nos produtos ou serviços da Companhia. Todos os defeitos em produtos da Companhia ou no desempenho dos serviços da Companhia poderão resultar em:

- i. dano à reputação da Companhia;
- ii. perda ou atraso no recebimento da receita;
- iii. perda de clientes e participação de mercado;
- iv. falha em atrair novos clientes ou aceitação do mercado dos produtos e serviços da Companhia; e
- v. despesas inesperadas para correção de erros.

Além disso, a Companhia poderá se expor às reivindicações de responsabilidade decorrentes do produto. Nesses casos, nossos clientes e usuários finais podem buscar compensação para as perdas sofridas. As defesas de tais reivindicações poderão ser demoradas e dispendiosas, podendo prejudicar a reputação da Companhia e desviar a atenção da administração, o que pode resultar na perda de clientes da Companhia e afetar os resultados de nossas operações. Embora os contratos de vendas e serviços da Companhia normalmente contenham disposições destinadas a limitar nossa exposição a reclamações de responsabilidade decorrente do produto, leis existentes ou futuras ou decisões judiciais desfavoráveis poderão limitar a eficácia dessas disposições de limitação da responsabilidade.

A Companhia está sujeita a obrigações de proteção de dados e poderá ser responsabilizada se terceiros se apropriarem indevidamente das informações confidenciais e pessoais dos clientes e usuários da Companhia.

A Companhia tem o compromisso de proteger a Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade das informações confidenciais, sensíveis e pessoais dos clientes, *stakeholders*, colaboradores e usuários finais. Esses pilares são essenciais do nosso negócio e da nossa reputação.

Outrossim, estamos comprometidos em garantir o cumprimento sujeitos às leis de proteção de dados, privacidade e regulamentações semelhantes em níveis local, estadual, nacional e internacional para proteger os dados confidenciais dos nossos clientes e usuários finais. Com o objetivo de monitorar e adaptar nossas práticas conforme necessário para garantir o mais alto

padrão de proteção de dados, em todos os setores que atuamos, a gestão cuidadosa de informações financeiras e pessoais de clientes e parceiros é parte essencial do nosso compromisso.

No segmento de sistemas de identificação da Valid, os governos e as autoridades confiam na sociedade para coletar, processar e armazenar informações de forma segura, visando a produção de documentos de identificação pessoal. As informações podem incluir nomes, endereços, números de telefone, endereços de e-mail, números de identificação pessoal, números de identificação fiscal, detalhes de transações financeiras e informações de contas de pagamento.

As medidas de segurança adotadas para proteger esses dados têm como objetivo assegurar a proteção dessas informações contra a possibilidade de evasão, roubo ou furto. Para assegurar que esses métodos sejam cumpridos, a Companhia previne violações de segurança por terceiros, erros de funcionários, fraude intencional ou desonestidade, outras formas de conduta ilícita, incluindo cyber ataques, gestão de senhas com defeito, ou outras irregularidades. Por exemplo, terceiros podem tentar induzir de forma fraudulenta funcionários ou clientes a divulgar seus nomes de usuário, senhas ou outras informações sensíveis, que, por sua vez, podem ser utilizados para acessar os sistemas de tecnologia da informação da empresa, por essa razão, os centros de dados e sistemas podem ser desligados temporariamente, aumentando a precisão na realização de sistemas de backup, recuperação de desastres e processos de recuperação de dados.

Se ocorrer uma indisponibilidade nos sistemas da Companhia, isso pode impactar negativamente os negócios de nossos clientes de várias maneiras. Poderá acarretar dificuldades no processamento de pagamentos, o que pode resultar em atrasos na aceitação do mercado e, conseqüentemente, na perda de receitas para os clientes. Essa situação pode levar a reclamações sobre desempenho insatisfatório e possíveis violações dos contratos estabelecidos com seus clientes.

A Valid realiza a mitigação desses riscos, garantindo a robustez e a resiliência de nossos sistemas para manter a continuidade dos serviços essenciais oferecidos aos clientes, implementando medidas preventivas e planos de contingência eficazes, sendo fundamental para minimizar o impacto de eventuais falhas nos sistemas e proteger a reputação e a relação de confiança com nossos clientes, comprometida em priorizar a estabilidade e o desempenho de nossos sistemas, garantindo serviços confiáveis e de alta qualidade em todas as circunstâncias.

A Companhia depende de um pequeno número de clientes que representam uma parcela significativa de nossas receitas, e a perda de qualquer um destes clientes pode afetar adversamente a Companhia.

O desempenho de cada um dos nossos segmentos depende de um pequeno número de clientes importantes, especialmente os governos, instituições financeiras e empresas de telecomunicações. A Companhia não tem nenhum cliente que represente mais de 10% de nossas receitas, em bases consolidadas, no entanto, a perda de um contrato ou cliente importante poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais, possivelmente de forma material.

Em nossa divisão de sistemas de identificação, nossas atividades dependem principalmente de contratos com os governos estaduais, municipais e autoridades públicas, que estão sujeitas a riscos políticos, atraso nas decisões de compras governamentais, mudanças nas leis ou regulamentos e o risco de que as negociações contratuais para novos negócios ou renovação de negócios existentes possam não resultar em contratos assinados. A não renovação de contratos importantes pode ter um impacto significativo sobre nossas receitas, e pode não haver garantia de que seremos bem-sucedidos na obtenção de novos negócios para substituir todos os contratos que não forem renovados. Portanto, a perda ou a não renovação de contratos importantes poderá afetar adversamente os negócios e resultados de nossas operações da Companhia.

Além disso, a Companhia também enfrenta um risco material de falta de diversificação de clientes, principalmente devido à existência de um número limitado de participantes do mercado nos setores das telecomunicações e mercados financeiros, um risco que é exacerbado pela crescente consolidação dessas indústrias. Estes clientes já são capazes de exercer uma forte pressão em nossa política de preços. Consolidações e alterações no poder de barganha dos clientes dessas indústrias podem impactar negativamente nossas receitas e poderão resultar na perda de contratos ou renovações em termos menos favoráveis. Qualquer perda ou diminuição significativa no negócio de qualquer um dos nossos principais clientes poderá ter um efeito materialmente adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados de operações da Companhia.

F) SETORES DA ECONOMIA NOS QUAIS A COMPANHIA ATUA

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esse envolvimento, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as atividades da Companhia e o preço das ações da Companhia.

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente faz mudanças nas políticas econômicas. As ações do governo para controlar a inflação e implementar políticas macroeconômicas já incluíram o controle de salários e preços, desvalorização da moeda, controles de capital e limites a importações, entre outras medidas. Os negócios da Companhia, condição financeira, receitas, resultados operacionais, perspectivas e o preço de suas ações poderão ser material e adversamente afetados por mudanças nas políticas ou regulamentos governamentais, ou por outros fatores, tais como:

- variações e volatilidade da taxa de câmbio;
- inflação;
- taxa de juros;
- política econômica;
- liquidez dos mercados de capital e financeiro;
- políticas fiscais;
- política regulatória nos setores financeiros e de telecomunicações, incluindo na política de preços; e

- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que têm impacto no Brasil.

Incertezas sobre se o governo federal brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentações que poderão afetar qualquer um dos fatores mencionados acima ou outros fatores no futuro, poderá elevar a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro e nos valores mobiliários brasileiros emitidos por companhias brasileiras no exterior, o que poderá ter um efeito material adverso sobre os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

O ambiente político brasileiro influenciou e segue influenciando o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram e continuarão a afetar a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou no desaquecimento da economia e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Valid.

A Companhia divulga seus resultados em reais, e as flutuações cambiais poderão afetar adversamente os resultados das operações da Companhia.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações frequentes ao longo das últimas três décadas. Ao longo desse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensalmente), controles cambiais, mercado de câmbio duplo e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Embora a depreciação de longo prazo do real esteja geralmente ligada à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização do real que ocorreu em um curto período resultou em variações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. Em 2022, a taxa de câmbio do real/dólar norte americano no fechamento do ano foi de R\$ 5,22 para cada US\$ 1,00, em 2023 fechou em 4,84 e em 2024 fechou em R\$ 6,19 em 2024.

A Companhia divulga seus resultados em reais, que é atualmente a moeda na qual a maior parte das receitas, custos e despesas da Companhia são denominadas. No entanto, a moeda funcional de um número significativo das subsidiárias da Companhia é diferente do real, incluindo o dólar, o euro, o peso argentino, o peso colombiano e o peso mexicano. Para estas controladas que mantêm livros e registros em outras moedas que não o real, a flutuação do real contra tais moedas impacta cada item dos seus resultados operacionais no processo de consolidação de seus resultados nos da Companhia, para elaboração das demonstrações de resultados consolidadas da Companhia. Adicionalmente, uma parcela significativa das matérias-primas utilizadas pela Companhia é importada principalmente da China e denominada em dólares norte-americanos. A empresa possui dívida em moeda estrangeira, apesar de ter a maior parte do seu endividamento em moeda brasileira.

O enfraquecimento das moedas estrangeiras em relação ao real afeta negativamente o valor em reais das vendas em moeda estrangeira da empresa e ganhos, e, geralmente, pode reduzir as margens da Companhia em geral. As margens da Companhia nas vendas de produtos e serviços em países estrangeiros e em vendas de produtos que incluem componentes importados de fornecedores estrangeiros podem ser material e adversamente afetadas pelas oscilações da taxa de câmbio. Por outro lado, uma valorização das moedas estrangeiras frente ao real, embora

geralmente benéfica para as vendas e lucros denominados em moedas estrangeiras, aumenta o custo de componentes de produtos denominados em outras moedas que não o real, e o serviço de dívida denominado em dólares norte-americanos e euro, afetando adversamente, portanto, os resultados das operações da Companhia.

A Companhia não pode prever todas as tendências futuras em flutuações de moeda, e essas flutuações poderão ter um efeito material adverso sobre a condição financeira e resultados das operações da Companhia

A inflação e os esforços do governo brasileiro para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil.

O Brasil sofreu, no passado, com altas taxas de inflação. Mais recentemente, a taxa anual de inflação do Brasil foi de 4,83%, no ano de 2024. Nos anos anteriores, foi de 4,62% (2023) e 5,78% em 2022, medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A inflação e certas medidas adotadas pelo governo para combatê-la no passado tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira. Medidas para conter a inflação e a especulação sobre possíveis medidas governamentais futuras têm contribuído para a incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade nos mercados de capitais brasileiro.

Uma das medidas do governo brasileiro para controlar a inflação é manter uma política monetária restritiva com altas taxas reais de juros. Esta política tem contribuído para limitar o tamanho e a atratividade dos mercados de dívida local e aumenta as taxas de juros cobradas pelos credores, que por sua vez limita a capacidade da Companhia de contrair empréstimos a nível local e impacta a lucratividade da Companhia.

O governo brasileiro já está implementando políticas que visam a reduzir as pressões inflacionárias, o que pode ter o efeito de reduzir o desempenho geral da economia brasileira.

Além disso, se a inflação no Brasil continuar alta no futuro, a Companhia não pode garantir que será capaz de repassar com sucesso para os nossos clientes qualquer aumento em nossos custos para compensar os efeitos da inflação na estrutura de custos da Companhia e sobre os materiais utilizados para desenvolver os produtos e serviços da Companhia, o que pode afetar adversamente o desempenho financeiro da Companhia.

Variações nas taxas de juros podem aumentar o custo da dívida da Companhia e, portanto, ter efeitos adversos sobre os nossos resultados operacionais.

O Banco Central define a taxa básica de juros alvo para o sistema financeiro brasileiro, com base, entre outros fatores, nos níveis de crescimento econômico e da inflação, e utiliza alterações nesta taxa como um instrumento de política monetária. A Companhia está exposta ao risco de variações nas taxas de juros, principalmente em relação à taxa do DI (Depósito Interbancário), devido ao fato de que o endividamento da Companhia está indexado a tal taxa. Aumentos significativos no consumo, a inflação ou outras pressões macroeconômicas podem levar a um aumento na taxa de DI. Se a taxa de DI aumentar, os pagamentos pela Companhia dos empréstimos e outras modalidades de financiamento indexados a tal taxa aumentarão, e a Companhia poderá não ser capaz de ajustar os preços cobrados dos clientes para compensar o aumento das despesas com juros, o que poderá gerar um efeito adverso sobre a Companhia.

Em 2022 o DI teve um aumento significativo fechando o ano em 13,65%. Já em 2023, houve queda na taxa, fechando o ano em 11,65% e em 2024 voltou a subir, fechando o ano em 12,15%.

O valor dos títulos emitidos por empresas brasileiras é influenciado pela percepção de risco no Brasil e outras economias emergentes, o que pode ter um efeito negativo sobre o preço das ações da Companhia e pode restringir o acesso aos mercados de capitais internacionais pela Companhia.

As condições econômicas e de mercado em outros países emergentes podem influenciar o mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Embora as condições econômicas desses países possam diferir significativamente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o valor dos títulos de emissores brasileiros. Na esteira de problemas econômicos em vários países de mercados emergentes nos últimos anos, os investidores acompanham mais atentamente os investimentos em mercados emergentes. Essas crises produziram uma evasão de dólares norte-americanos do Brasil, fazendo com que as empresas brasileiras enfrentem custos mais altos para captação de recursos, tanto internamente como no exterior, impedindo o acesso aos mercados de capitais internacionais. Não há nenhuma certeza de que os mercados de capitais internacionais permanecerão abertos às empresas brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado serão vantajosos para a Companhia. Crises em outros países de mercado emergente podem reduzir o interesse dos investidores por valores mobiliários de emissores brasileiros, inclusive os da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das ações da Companhia.

G) REGULAÇÃO DOS SETORES EM QUE O EMISSOR ATUE

As operações da Companhia a expõe a riscos e desafios associados com a realização de negócios em conformidade com leis e regulamentos antissuborno e anticorrupções aplicáveis.

A Companhia possui operações no Brasil, em outros países da América do Sul, África, Ásia e Europa. A Companhia enfrenta vários riscos e desafios inerentes à realização de negócios em nível internacional, onde a Companhia está sujeita a uma ampla gama de leis e regulamentos, tais como a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei 12.846/2013), o FCPA (*"Foreign Corruption Practices Act"*, Lei anticorrupção estadunidense), *UK Bribery Act*, *Lei Anticorrupção Britânica*, e leis semelhantes antissuborno e anticorrupção em outras jurisdições. Nos últimos anos, houve um maior enfoque sobre a corrupção no Brasil e em outros países com leis e regulamentos semelhantes. Essas leis geralmente proíbem pagamentos de subornos e propinas a funcionários governamentais e determinados pagamentos, presentes ou remunerações de ou para clientes e fornecedores e, em muitos casos, exigem a aplicabilidade de processos para prevenção e combate à corrupção por meio de processos internos específicos exigidos por cada Lei ou instrumento legal aplicável. Dada a amplitude e o alcance das operações da Companhia, poderemos não ser capazes de detectar condutas impróprias ou ilegais dos nossos funcionários, agentes e parceiros, o que poderá colocar a Companhia em risco em relação a possíveis violações de leis, incluindo o FCPA.

A Companhia possui Canal de Denúncias para viabilizar a comunicação de qualquer violação ou suspeita de violação, seja ao Programa de Integridade, seja às políticas e procedimentos internos, bem como todas as irregularidades relacionadas às normas e legislação vigente nos

países em que atua. Este canal é amplamente divulgado na Companhia e está inserido no conjunto de documentos que dão suporte ao Programa de Compliance, tais como, Código de Ética e Conduta Global, Política Anticorrupção Global e demais políticas e procedimentos internos. A divulgação do canal e suas formas de utilização são tratadas no Programa de Treinamentos da Companhia para todos os públicos dentro da Companhia e seus parceiros de negócios, e mediante a contratação de novos colaboradores no processo de integração. A comunicação da denúncia é dirigida inicialmente a uma empresa autônoma e independente, especializada no tratamento de denúncias, contratada para garantir imparcialidade e segurança ao denunciante e posteriormente aos times internos responsáveis pelas apurações. A comunicação da denúncia pode ser feita de forma identificada ou anônima, através do Canal de denúncias especificado no Código de Ética e Conduta Global da Companhia, seja por contato telefônico, website ou aplicativo, e pode ser feita em português, inglês e espanhol, 7 dias por semana, 24 horas por dia, sendo assegurado o direito ao anonimato do denunciante e condenada toda e qualquer forma de retaliação ou intimidação. A Companhia realiza o tratamento das denúncias, apuração e aplicação das medidas necessárias, observada a complexidade de cada denúncia.

Adicionalmente, a natureza do negócio da Companhia implica, em particular, administrar e realizar negócios com o setor público e participação em processos licitatórios e as operações da Companhia incluem a emissão de documentos públicos e a administração e gestão de informações confidenciais, sensíveis, e potencialmente valiosas. Estes aspectos do nosso negócio aumentam os riscos que a Companhia enfrenta na tentativa de conduzir os negócios de uma forma ética e cumprir todas as leis e regulamentos aplicáveis.

As violações dessas leis e regulamentos poderão resultar em multas, condenações e/ou sanções administrativas, cíveis ou penais contra a Companhia, nossos diretores ou nossos colaboradores, exigências para que a Companhia imponha programas de *compliance* mais rigorosos, e proibições relativas à condução dos negócios da Companhia e da sua capacidade de participar de licitações públicas. A Companhia poderá incorrer em despesas e ter que reconhecer provisões e outras despesas relativas a essas questões. Além disso, o aumento da atenção para questões de responsabilidade como resultado de investigações, processos judiciais e ou processos de apuração por autoridades reguladoras poderá prejudicar a marca ou afetar de outra forma o crescimento do negócio da Companhia. A retenção e renovação em muitos dos contratos da Companhia dependem da criação de um sentimento de confiança com nossos clientes, e qualquer violação destas leis e regulamentos poderão, irreparavelmente, corroer essa confiança e poderão levar ao término de tais relações e ter um efeito material adverso sobre a condição financeira da Companhia e sobre os resultados operacionais da Companhia. Se qualquer desses riscos se materializar, nossa reputação, estratégia, esforços de expansão internacional e nossa capacidade de atrair e preservar funcionários poderão ser negativamente afetados, e, conseqüentemente, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa.

A Companhia está sujeita a políticas e regulamentação governamental nos setores e regiões em que atua.

A Companhia está sujeita a políticas e regulamentações governamentais em setores em que opera, que são extensas e sujeitas a alterações.

As operações no Brasil da Companhia no segmento de certificação digital estão sujeitas à regulamentação, supervisão e fiscalização do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de todas as políticas técnicas e operacionais e as orientações relativas à certificação digital no Brasil.

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI é uma autarquia federal, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, que tem por missão manter e executar as políticas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. Ao ITI compete ainda ser a primeira autoridade da cadeia de certificação digital – AC Raiz.

A Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 deu início à implantação do sistema nacional de certificação digital da ICP-Brasil. Isso significa que o Brasil possui uma infraestrutura pública, mantida e auditada por um órgão público, no caso, o ITI, que segue regras de funcionamento estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, cujos membros, representantes dos poderes públicos, sociedade civil organizada e pesquisa acadêmica, são nomeados pelo Presidente da República. Compete ao ITI: (1) Adotar as medidas necessárias e coordenar o funcionamento da ICP-Brasil; (2) Estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das ACs, das ARs e dos demais prestadores de serviço de suporte à ICP-Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação; (3) Estabelecer a política de certificação e as regras operacionais da AC-Raiz; (4) Homologar, auditar e fiscalizar a AC-Raiz e os seus prestadores de serviço; (5) Delegar atribuições à AC-Raiz, primeira autoridade da cadeia de certificação; e (6) Estabelecer diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificados e regras operacionais das ACs e das ARs e definir níveis da cadeia de certificação.

O não cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, pode ocasionar as penalidades de multa e/ou suspensão e/ou descredenciamento.

Ainda, uma parte considerável do nosso negócio é derivado de contratos com o governo para emitir uma variedade de licenças e documentos de identificação, incluindo o nosso contrato para emitir carteiras de motoristas em todo o Brasil. Estamos sujeitos a processos e regulamentação muito específicos, com a regulação do Departamento Nacional de Trânsito, ou DENATRAN. Se quaisquer órgãos do governo alterarem suas normas, regulamentos e especificações sobre a emissão de licenças e documentos de identificação, nossa capacidade de comercializar e vender essas licenças e documentos em conformidade com os requisitos aplicáveis poderá ser impactada negativamente.

Determinados contratos celebrados pela Companhia com os governos no Brasil e em outros lugares estão sujeitos a disposições obrigatórias específicas que podem ter um efeito negativo sobre o nosso negócio. Por exemplo, nos termos das Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nº 14.133, de 10 de junho de 2021, coletivamente referidas aqui como a “Lei das Licitações”, contratos administrativos estão sujeitos a rescisão antecipada em determinadas circunstâncias, incluindo quebra de contrato ou a ocorrência de eventos de insolvência, entre outros. Se um dos nossos contratos for rescindido por um governo por motivo atribuível à Companhia, a Companhia poderá ser obrigada a pagar multas ou outras penalidades significativas. Se a rescisão se der por decisão do governo sem a ocorrência da causa

atribuível à Companhia, não haverá garantia de que qualquer indenização que a Companhia possa ter direito seja suficiente para nos compensar pela perda de lucros futuros.

Além disso, se a Companhia não for capaz de cumprir com as disposições da Lei das Licitações ou ainda com as disposições de contratos que celebrou com o governo brasileiro, a Companhia poderá receber advertências e multas, e nossos negócios com o governo podem ser suspensos por até dois anos. Além disso, a Companhia poderá ser proibida de contratar com o governo no futuro. Considerando que o segmento de identificação possui boa parte da sua receita derivada de contratos com o governo, a suspensão ou proibição para celebrar contratos com quaisquer governos, em particular os governos do Brasil, poderá levar a um efeito materialmente adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados de operações da Companhia.

O cumprimento destas políticas, regulamentações e requisitos semelhantes pode ser oneroso, e pode aumentar nossos custos de *compliance* e nossos custos de realizar negócios. Mudanças nas políticas e regulamentos (incluindo a sua interpretação e aplicação) podem ter um efeito significativo sobre nosso negócio. Tais impactos podem incluir tornar nossos produtos e serviços menos atraentes para nossos clientes e usuários finais, atrasar a introdução de novos produtos e serviços (por exemplo, por um extenso processo de certificação e processos de teste), ou induzir-nos a mudar ou limitar nossas operações ou práticas comerciais. O não cumprimento com as políticas, normas e regulamentos aplicáveis poderá resultar na imposição de multas ou a suspensão, restrição ou limitação de quaisquer autorizações governamentais ou regulatórias que a Companhia precise para operar seus negócios. A Companhia implementou políticas e procedimentos destinados a assegurar o cumprimento das políticas e regulamentações, mas não há nenhuma garantia de que os nossos funcionários, contratados ou agentes não irão violar essas políticas e regulamentos.

Além disso, os negócios de um número considerável de nossos clientes, incluindo empresas de telecomunicações, bancos e governos estaduais, estão sujeitos a mudanças nas leis e regulamentações governamentais, e mudanças desfavoráveis em tais leis e regulamentos poderão nos afetar adversamente. Por exemplo, os bancos e instituições financeiras, clientes da Companhia, estão sujeitos a regulamentações que podem influenciar, entre outras coisas, sua vontade e capacidade de conceder crédito aos seus clientes, o que pode impactar diretamente a demanda para os cartões de pagamento que a Companhia produz. Mudanças desfavoráveis em tais leis e regulamentos podem afetar negativamente a demanda pelos produtos e serviços da Companhia, ou a capacidade da Companhia de fornecer os produtos e serviços solicitados pelos nossos clientes, e, assim, ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia.

A unidade de negócios de identificação da Companhia está regularmente envolvida em processos de adjudicação de contratos públicos, advindos de sua participação em licitações públicas, e em caso de vendedor do certame, sujeita-se ao cumprimento de regras contratuais. Processos de adjudicação de contratos públicos, incluindo a demanda e os pagamentos em contratos públicos, podem ser afetados por ciclos orçamentais do setor público e as autorizações de captação. Os contratos com os governos de diversos países estão sujeitos a supervisão governamental, incluindo as regras especiais em matéria de contabilidade, direitos de propriedade intelectual, despesas, avaliações, administração de informações e segurança. O não cumprimento destas regras poderá resultar em multas e sanções civis, administrativas e

criminais, incluindo rescisão de contratos, multas e suspensões, ou exclusão de futuros negócios governamentais.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima descritos poderá resultar em um efeito materialmente adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela responsabilização por obrigações relacionadas a saúde, segurança e meio ambiente, e a exigência de que a Companhia cumpra com normas e padrões mais rigorosos.

Nos países em que a Companhia opera, a Companhia está sujeita a leis federais, estaduais e locais e regulamentos que regem, entre outras áreas, a saúde humana, a segurança, manuseio e descarga de substâncias perigosas, e a descarga de poluentes na atmosfera e nas fontes de água. Tais atividades muitas vezes exigem a obtenção de uma licença de agências governamentais, e obrigam a companhia a implementar certos controles de poluição e medidas de proteção ambiental. Se a Companhia violar ou deixar de cumprir com essas leis, regulamentos ou condicionantes de validade das licenças ou a Companhia deixar de obter ou não renovar tais licenças, a Companhia poderá ser multada ou de outra forma penalizada pelas agências reguladoras competentes, ou a Companhia poderá ter suas licenças revogadas e suas operações suspensas, ou poderá, ainda, de alguma forma ser afetada negativamente. Além disso, qualquer violação poderá resultar na imposição de sanções penais sobre a Companhia e nossos funcionários. Em caso de danos ao meio ambiente, a Companhia poderá ser responsabilizada por custos de remediação ambiental, bem como indenização por danos ambientais, os quais poderão ser significativos, além de poder haver impacto em sua imagem. Para maiores informações, veja o item 7.5 (b) do Formulário de Referência.

Mudanças nas leis e regulamentação ambiental também poderão afetar negativamente a Companhia. Os governos dos países em que a companhia opera podem editar leis e regulamentos que são mais rigorosos do que os atualmente em vigor, ou adotar interpretações mais severas de leis e regulamentação ambientais existentes, forçando a Companhia a destinar recursos financeiros adicionais para as questões ambientais, que poderão limitar nossa capacidade de operar da mesma maneira que operamos atualmente. Além disso, tais medidas poderão aumentar os custos associados a renovar as licenças existentes da Companhia ou solicitar novas licenças. A Companhia não pode garantir que esses custos ou despesas não serão significativos ou que as licenças existentes serão renovadas.

H) PAÍSES ESTRANGEIROS ONDE O EMISSOR ATUE

A Companhia poderá enfrentar dificuldades em expandir seus produtos e serviços em novos mercados internacionais.

Embora historicamente a Companhia seja uma empresa focada no mercado brasileiro, desde 2012, a proporção de nossas receitas derivadas de países estrangeiros tem aumentado.

A expansão internacional é um pilar fundamental da estratégia de crescimento da Companhia. A capacidade da Companhia de manter nossa posição nos mercados existentes, e penetrar em novos mercados, depende das condições econômicas e políticas locais em cada mercado. A

Companhia enfrenta os seguintes riscos, entre outros, em operar no nos mercados internacionais:

- a falta de familiaridade com o país e o mercado, o que pode afetar a capacidade da Companhia de realizar nossas estratégias de negócios, quando comparada com a capacidade da Companhia de atuar no mercado brasileiro;
- volatilidade e recessões econômicas nos países em que a Companhia opera;
- diferentes requisitos legais e regulamentares, potencialmente incluindo uma menor capacidade de prever e analisar possíveis mudanças;
- licenças necessárias, tarifas e outras barreiras comerciais;
- dificuldades em impor direitos de propriedade intelectual, ou necessidade de litigar em disputas em várias jurisdições;
- incapacidade de atrair pessoal para gerenciar operações internacionais
- barreiras culturais e linguísticas; e
- consequências fiscais potencialmente adversas.

Caso qualquer destes riscos ocorra e a Companhia não seja capaz de gerenciar essas dificuldades, isso poderá ter um efeito material adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados operacionais idem da Companhia.

I) QUESTÕES SOCIAIS

A companhia dispõe de metodologia para identificação dos perigos e dados a saúde e segurança dos trabalhadores, de forma a abranger também funcionários terceirizados. Nesta matriz de riscos é possível identificar a base das informações para o atendimento de requisitos legais, sendo estes formalizados por meio dos documentos LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho) e o PGR (Programa Gerenciamento de Risco), que periodicamente são revisados conforme definido pelas normas regulamentadoras. Outra ferramenta que contribui para a identificação de riscos é a LAIA (Levantamento de Aspecto e Impacto Ambiental), no qual são identificados riscos de meio ambiente, que possibilita o reconhecimento das situações que possam impactar as comunidades entorno das unidades da Valid. Estas ferramentas são de suma importância para a definição dos controles operacionais nas atividades que são exercidas na companhia, mitigando os riscos e mantendo as condições de trabalho dos colaboradores, contratados e das comunidades próximas as unidades, destacam-se alguns tipos de controle tais como, dispositivos de segurança em máquinas e equipamentos, instrumentos para combate a incêndio, instalação de equipamentos de proteção coletiva (EPCs), distribuição de equipamentos de proteção de uso individual (EPIs), definição de monitoramentos significativos para a gestão, treinamentos e simulados para atendimento das situações de emergência .

J) QUESTÕES AMBIENTAIS

Nossas atividades estão sujeitas a extensa regulamentação socioambiental e em caso de alteração ou novas regulamentações a Companhia pode ser afetada adversamente, tendo que se adaptar às novas regulamentações adequando o seu ambiente fabril a essas novas exigências, inclusive treinando os funcionários a essas novas práticas.

O setor gráfico brasileiro está sujeito a extensa regulamentação em função do grande número de matérias-primas e insumos utilizados. Alguns desses produtos estão atrelados a legislação

específica que devemos atender, sob pena de não podermos adquiri-los por algum tempo até que essa legislação seja atendida, assim, podendo resultar na paralização da produção.

O funcionamento das nossas unidades fabris está diariamente sujeito a interdições, multas e processos judiciais em função da legislação ambiental que deve ser atendida, relacionada a emissão de ruído e gerenciamento de resíduos líquidos e sólidos. Para mitigar os riscos relacionados a este quesito, a empresa possui programa de gerenciamento de resíduos líquidos e sólidos, dos resíduos gerados em nossas operações, tais como: papel, papelão, plásticos, tinta, entre outros) que são separados e encaminhados para destinação final de forma adequada e em consonância com a legislação vigente.

Somos monitorados, através do processo de obtenção e manutenção de licença de operação, pelos órgãos ambientais dos estados nos quais temos unidades fabris. Esse monitoramento resulta em exigências de adequações à legislação ambiental vigente a qual nos impõem pesados investimentos em várias áreas.

Esse monitoramento também nos é imposto por nossos clientes, que nos avaliam por meio de processos de auditoria complexos fundamentados e aplicados em países mais desenvolvidos economicamente, seja no processo de contratação, manutenção ou ampliação de contratos. Como resultado desses processos de auditoria, muitas vezes são necessárias adequações às nossas operações, que são feitas em paralelo às exigências dos órgãos ambientais dos estados, podendo inclusive resultar em adaptações nos parques fabris e treinamento nas equipes de colaboradores, ambos podendo onerar a empresa uma vez que aumentará os custos associados para essas ações

K) QUESTÕES CLIMÁTICAS, INCLUINDO RISCOS FÍSICOS E DE TRANSIÇÃO

A companhia adota como prática a elaboração do inventário de emissão de gases do efeito estufa, no qual são estruturadas iniciativas para neutralizações das emissões de forma estratégica e o escopo das emissões inventariadas, seguindo as diretrizes do *GHG Protocol*, sendo esta metodologia compatível com as normas da *International Organization for Standardization* (ISO) e com as metodologias de quantificação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC)².

A Valid dispõe de medidas para atendimento de eventuais situações de emergência relacionadas a riscos físicos e de transição, tendo controles operacionais efetivos e planos de atendimento a emergências nos cenários identificados em nossa matriz de riscos. Estes são periodicamente simulados pelas equipes especializadas na condução destes cenários.

L) OUTRAS QUESTÕES NÃO COMPREENDIDAS NOS ITENS ANTERIORES

Surtos e/ou pandemias de doenças transmissíveis em escala global, impedindo a circulação normal de pessoas, transações diversas de objetos e a economia podem afetar a demanda nos setores onde a companhia atua.

Diante de cenários de surto e pandemias, como o mais recente relacionado ao COVID-19, conhecido como coronavírus (SARS-CoV-2), que impede por suas características o pleno funcionamento da economia local e global devido à necessidade de adoção, por partes de governos, de práticas de isolamento social, entre outras, como forma de combate à disseminação do vírus. A Companhia pode enfrentar a queda de demanda em seu *business*

tradicional e em outras unidades de negócio como consequência de situações como a vivida durante a pandemia da COVID-19

Tais medidas de restrição de circulação de pessoas podem impactar o pleno funcionamento dos mercados onde a companhia atua, gerando a perda de receita, o aumento de custos e ainda o impactando sua força de trabalho, uma vez que tais doenças pode se acometer em nossos colaboradores. A companhia pode não conseguir, devido às adversidades que impactam o consumo das famílias e as economias locais ou global, gerir o seu negócio de maneira eficiente e eficaz ou manter os níveis de investimentos em novos produtos, perdendo *Market share*, e consequentemente, poder de competição.

M) SUAS CONTROLADAS E COLIGADAS

Não se aplicam fatores de riscos relacionados ao item em referência.

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

A Companhia está sujeita a obrigações de proteção de dados e poderá ser responsabilizada se terceiros se apropriarem indevidamente das informações confidenciais e pessoais dos clientes e usuários da Companhia.

A Companhia tem o compromisso de proteger a Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade das informações confidenciais, sensíveis e pessoais dos clientes, *stakeholders*, colaboradores e usuários.

A Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade dos dados dos clientes e usuários finais são pilares essenciais do nosso negócio e da nossa reputação.

Estamos sujeitos às leis de proteção de dados, privacidade e regulamentações semelhantes em níveis local, estadual, nacional e internacional. No entanto, estamos comprometidos em garantir o cumprimento dessas regulamentações para proteger os dados confidenciais dos nossos clientes e usuários finais.

Estamos dedicados a esse objetivo e continuaremos a monitorar e adaptar nossas práticas conforme necessário para garantir o mais alto padrão de proteção de dados.

No segmento de sistemas de identificação da Valid, os governos e as autoridades confiam na Companhia para coletar, processar e armazenar informações de forma segura, visando a produção de documentos de identificação pessoal.

Tais informações podem incluir nomes, endereços, números de telefone, endereços de e-mail, números de identificação pessoal, números de identificação fiscal, detalhes de transações financeiras e informações de contas de pagamento.

Em todos os setores em que atuamos, a gestão cuidadosa de informações financeiras e pessoais de clientes e parceiros é parte essencial do nosso compromisso. Estamos dedicados a garantir a segurança (Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade) desses dados em conformidade com os mais altos padrões de proteção de privacidade e regulamentação.

As medidas de segurança adotadas pela Companhia visam a garantia das informações quanto à possibilidade de evasão, roubo, furto entre outras. Tal como acontece com diversas empresas, as medidas de segurança devem prevenir violações de segurança por terceiros, erros de funcionários, fraude intencional ou desonestidade, outras formas de conduta ilícita, incluindo ciber ataques, gestão de senhas com defeito, ou outras irregularidades.

Por exemplo, terceiros podem tentar induzir de forma fraudulenta funcionários ou clientes a divulgar seus nomes de usuário, senhas ou outras informações sensíveis, que, por sua vez, podem ser utilizados para acessar os sistemas de tecnologia da informação da Companhia.

Além disso, devido a estas possíveis violações de segurança, os centros de dados e sistemas da Companhia podem ser desligados temporariamente, aumentando a necessidade da Companhia de sistemas de *backup*, recuperação de desastres e processos de recuperação de dados.

Se houver uma indisponibilidade nos sistemas da Companhia, isso pode impactar negativamente os negócios de nossos clientes de várias maneiras. Poderá ocorrer dificuldade no processamento de pagamentos, o que pode resultar em atrasos na aceitação do mercado e, consequentemente, na perda de receitas para os clientes da Companhia. Essa situação pode levar a reclamações sobre desempenho insatisfatório e possíveis violações dos contratos estabelecidos entre a Companhia e seus clientes.

É crucial reconhecer e mitigar esses riscos, garantindo a robustez e a resiliência de nossos sistemas para manter a continuidade dos serviços essenciais oferecidos aos clientes. Implementar medidas preventivas e planos de contingência eficazes é fundamental para

minimizar o impacto de eventuais falhas nos sistemas e proteger a reputação e a relação de confiança com nossos clientes.

Estamos comprometidos em priorizar a estabilidade e o desempenho de nossos sistemas, garantindo que nossos clientes possam contar conosco para fornecer serviços confiáveis e de alta qualidade em todas as circunstâncias.

Se terceiros penetrarem o sistema de segurança da Companhia onde os dados são armazenados, ou de outro modo, se apropriarem indevidamente de informações pessoais de usuários finais ou informações de cartão de usuários, a Companhia poderá estar sujeita a danos em sua reputação, incluindo danos a marca, parceiros de negócios e relacionamentos com clientes, impactando de forma adversa nossas receitas, possivelmente de forma material.

Adicionalmente, é essencial reconhecer que as violações de segurança podem desencadear uma série de responsabilidades diretas para a Companhia, abrangendo uma gama diversificada de aspectos, tais como:

- Litígios movidos por clientes, parceiros comerciais e usuários finais afetados pela violação, podendo resultar em custos legais substanciais e danos à reputação da Companhia.
- Ocorrência de transações não autorizadas, utilizando informações de crédito ou cartão de débito obtidas ilegalmente, acarretando prejuízos financeiros para as partes afetadas e possível responsabilidade da Companhia.
- Riscos relacionados ao roubo de identidade e outras formas de fraude semelhantes, que podem resultar em danos financeiros e reputacionais significativos para os indivíduos afetados e a Companhia.
- Potencial uso indevido de informações confidenciais, incluindo dados sensíveis de clientes e parceiros comerciais, podendo resultar em violações de contratos e danos à confiança dos *stakeholders*.
- Possíveis violações dos direitos à privacidade dos indivíduos afetados, sujeitando a Companhia a sanções legais e regulatórias, bem como a danos à reputação.
- Aplicação de penalidades financeiras por parte de órgãos reguladores de proteção de dados, tais como multas por não conformidade com regulamentações de privacidade e segurança de dados, representando um risco financeiro adicional para a Companhia.

A Companhia está sujeita a políticas e regulamentação governamental nos setores e regiões em que atua.

A Companhia está sujeita a políticas e regulamentações governamentais em setores em que opera, que são extensas e sujeitas a alterações.

As operações no Brasil da Companhia no segmento de certificação digital estão sujeitas à regulamentação, supervisão e fiscalização do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de todas as políticas técnicas e operacionais e as orientações relativas à certificação digital no Brasil.

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI é uma autarquia federal, vinculada a Casa Civil da Presidência da República, que tem por missão manter e executar as políticas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. Ao ITI compete ainda ser a primeira autoridade da cadeia de certificação digital – AC Raiz.

A Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 deu início à implantação do sistema nacional de certificação digital da ICP-Brasil. Isso significa que o Brasil possui uma infraestrutura

pública, mantida e auditada por um órgão público, no caso, o ITI, que segue regras de funcionamento estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, cujos membros, representantes dos poderes públicos, sociedade civil organizada e pesquisa acadêmica, são nomeados pelo Presidente da República. Compete ao ITI: (1) Adotar as medidas necessárias e coordenar o funcionamento da ICP-Brasil; (2) Estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das ACs, das ARs e dos demais prestadores de serviço de suporte à ICP-Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação; (3) Estabelecer a política de certificação e as regras operacionais da AC-Raiz; (4) Homologar, auditar e fiscalizar a AC-Raiz e os seus prestadores de serviço; (5) Delegar atribuições à AC-Raiz, primeira autoridade da cadeia de certificação; e (6) Estabelecer diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificados e regras operacionais das ACs e das ARs e definir níveis da cadeia de certificação. O não cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação pode ocasionar as penalidades de multa e/ou suspensão e/ou descredenciamento.

Além disso, parte considerável do nosso negócio é derivado de contratos com o governo para emitir uma variedade de licenças e documentos de identificação, incluindo o nosso contrato para emitir carteiras de motoristas em todo o Brasil. Estamos sujeitos a processos e regulamentação muito específicos, com a regulação do Departamento Nacional de Trânsito, ou DENATRAN. Se quaisquer órgãos do governo alterarem suas normas, regulamentos e especificações sobre a emissão de licenças e documentos de identificação, nossa capacidade de comercializar e vender essas licenças e documentos em conformidade com os requisitos aplicáveis poderá ser impactada negativamente.

Determinados contratos celebrados pela Companhia com os governos no Brasil e em outros lugares estão sujeitos a disposições obrigatórias específicas que podem ter um efeito negativo sobre o nosso negócio. Por exemplo, nos termos das Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, coletivamente referidas aqui como a “Lei das Licitações”, contratos administrativos estão sujeitos a rescisão antecipada em determinadas circunstâncias, incluindo quebra de contrato ou a ocorrência de eventos de insolvência, entre outros. Se um dos nossos contratos for rescindido por um governo por motivo atribuível à Companhia, a Companhia poderá ser obrigada a pagar multas ou outras penalidades significativas. Se a rescisão se der por decisão do governo sem a ocorrência da causa atribuível à Companhia, não haverá garantia de que qualquer indenização que a Companhia possa ter direito seja suficiente para nos compensar pela perda de lucros futuros.

Além disso, se a Companhia não for capaz de cumprir com as disposições da Lei das Licitações ou ainda com as disposições de contratos que celebrou com o governo brasileiro, a Companhia poderá receber advertências e multas, e nossos negócios com o governo podem ser suspensos por até dois anos. Além disso, a Companhia poderá ser proibida de contratar com o governo no futuro. Considerando que aproximadamente 25% da nossa receita é derivada de contratos com o governo, a suspensão ou proibição para celebrar contratos com quaisquer governos, em particular os governos do Brasil e dos Estados Unidos, poderá levar a um efeito materialmente adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados de operações da Companhia.

O cumprimento destas políticas, regulamentações e requisitos semelhantes pode ser oneroso, e pode aumentar nossos custos de *compliance* e nossos custos de realizar negócios. Mudanças nas políticas e regulamentos (incluindo a sua interpretação e aplicação) podem ter um efeito

significativo sobre nosso negócio. Tais impactos podem incluir tornar nossos produtos e serviços menos atraentes para nossos clientes e usuários finais, atrasar a introdução de novos produtos e serviços (por exemplo, através de uma extensa certificação e processos de teste), ou induzir-nos a mudar ou limitar nossas operações ou práticas comerciais. O não cumprimento com as políticas, normas e regulamentos aplicáveis poderá resultar na imposição de multas ou a suspensão, restrição ou limitação de quaisquer autorizações governamentais ou regulatórias que a Companhia precise para operar seus negócios. A Companhia implementou políticas e procedimentos destinados a assegurar o cumprimento das políticas e regulamentações, mas não há nenhuma garantia de que os nossos funcionários, contratados ou agentes não irão violar essas políticas e regulamentos.

Além disso, os negócios de um número considerável de nossos clientes, incluindo empresas de telecomunicações, bancos e governos estaduais, estão sujeitos a mudanças nas leis e regulamentações governamentais, e mudanças desfavoráveis em tais leis e regulamentos poderão nos afetar adversamente. Por exemplo, os bancos e instituições financeiras, clientes da Companhia, estão sujeitos a regulamentações que podem influenciar, entre outras coisas, sua vontade e capacidade de conceder crédito aos seus clientes, o que pode impactar diretamente a demanda para os cartões de pagamento que a Companhia produz. Mudanças desfavoráveis em tais leis e regulamentos podem afetar negativamente a demanda pelos produtos e serviços da Companhia, ou a capacidade da Companhia de fornecer os produtos e serviços solicitados pelos nossos clientes, e, assim, ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima descritos poderá resultar em um efeito materialmente adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia depende de um pequeno número de clientes que representam uma parcela significativa de nossas receitas, e a perda de qualquer um destes clientes pode afetar adversamente a Companhia.

O desempenho de cada um dos nossos segmentos depende de um pequeno número de clientes importantes, especialmente os governos, instituições financeiras e empresas de telecomunicações. A Companhia não tem nenhum cliente que represente mais de 10% de nossas receitas, em bases consolidadas, no entanto, a perda de um contrato ou cliente importante poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais, possivelmente de forma material.

Em nossa divisão de sistemas de identificação, nossas atividades dependem principalmente de contratos com os governos estaduais, municipais e autoridades, que estão sujeitas a riscos políticos, atraso nas decisões de compras governamentais, mudanças nas leis ou regulamentos e o risco de que as negociações contratuais para novos negócios ou renovação de negócios existentes possam não resultar em contratos assinados. A não renovação de contratos importantes pode ter um impacto significativo sobre nossas receitas, e pode não haver garantia de que seremos bem-sucedidos na obtenção de novos negócios para substituir todos os contratos que não forem renovados. Portanto, a perda ou a não renovação de contratos importantes poderá afetar adversamente os negócios e resultados de nossas operações da Companhia.

Além disso, a Companhia também enfrenta um risco material de falta de diversificação de clientes, principalmente devido à existência de um número limitado de participantes do mercado nos setores das telecomunicações e mercados financeiros, um risco que é exacerbado pela crescente consolidação dessas indústrias. Estes clientes já são capazes de exercer uma forte pressão em nossa política de preços. Consolidações e alterações no poder de barganha dos clientes dessas indústrias podem impactar negativamente nossas receitas e poderão resultar na perda de contratos ou renovações em termos menos favoráveis. Qualquer perda ou diminuição significativa no negócio de qualquer um dos nossos principais clientes poderá ter um efeito materialmente adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados de operações da Companhia.

Os segmentos de telecomunicações e de meios de pagamento em que Companhia atua estão cada vez mais saturados e comoditizados.

O mercado de telefonia móvel brasileira e de meios de pagamento tem altos níveis de penetração e baixas taxas de rotatividade entre as operadoras e bancos. Esses fatores afetam o crescimento da Companhia nos segmentos em questão e têm um impacto negativo nas margens e na rentabilidade da Companhia, pois as oportunidades para captar novos clientes e expandir as receitas com clientes atuais são limitadas. Alguns dos produtos e serviços da Companhia estão comoditizados, particularmente, visto que a maioria dos nossos concorrentes desenvolve produtos e serviços extremamente semelhantes, resultando em margens mais baixas para alguns produtos dentro dos segmentos de telecomunicações e meios de pagamento da Companhia. O reforço da concorrência nestes mercados e outros mercados poderão afetar ainda mais as margens e a rentabilidade da Companhia.

4.3 – Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas referem-se às debêntures, empréstimos e financiamentos e obrigações com fornecedores. O principal propósito das debêntures, financiamentos e empréstimos foi a captação de recursos para as operações da Companhia e de suas controladas e combinações de negócios, enquanto as obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia e de suas controladas consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e que resultam diretamente de suas operações.

Mensuração do Valor Justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo:

- 1) Nível 1:** A mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- 2) Nível 2:** A mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).
- 3) Nível 3:** A mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Exceto pelo saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, o saldo contábil dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é próximo dos seus valores justos. Nesse contexto, abaixo é apresentada a comparação entre o valor contábil e justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

31/12/2024		Controladora		Consolidado	
Mensuração do valor justo	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	494.566	501.790	579.906	572.649

31/12/2023		Controladora		Consolidado	
Mensuração do valor justo	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	476.300	480.051	691.566	656.142

31/12/2022		Controladora		Consolidado	
Mensuração do valor justo	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	608.187	680.793	840.127	897.108

Total dos Ativos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas investidas podem ser assim resumidos:

1) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial.

2) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os resultados da Companhia e de suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, os quais estão atrelados ao CDI.

3) Risco de Câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia e de suas controladas (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladas a uma estimativa de desvalorização/valorização das moedas funcionais em 25% e 50%, perante as controladas com moedas funcionais diferentes do Real. A análise de sensibilidade considera o patrimônio líquido das controladas, convertidas para o Real no fim do exercício, considerando ainda uma desvalorização /valorização de 25% e 50% nas taxas de câmbio. A desvalorização/valorização das moedas funcionais diferentes do Real resultaria em uma redução/incremento no patrimônio líquido nos montantes abaixo detalhados:

31/12/2024			31/12/2023		
Moeda	25%	50%	Moeda	25%	50%
Peso argentino	29.643	59.286	Peso argentino	6.609	13.218
Peso colombiano	7.640	15.280	Peso colombiano	7.830	15.640
Peso mexicano	4.132	8.264	Peso mexicano	3.496	6.992
Peso uruguaio	1215	2430	Peso uruguaio	930	860
Euro	214.284	428.568	Euro	119.411	238.822
Dólar americano	74.566	158.828	Dólar americano	75.117	150.233

31/12/2022		
Moeda	25%	50%
Peso argentino	6.292	12.584
Peso colombiano	4.725	9.450
Peso mexicano	3.197	6.393
Peso uruguaio	848	1.696
Euro	118.857	237.714
Dólar americano	82.177	164.354

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio do Dólar americano e do Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 em um impacto nas despesas financeiras no montante de:

Consolidado		
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022

Moeda	Variação cambial 25%	Variação cambial 50%	Variação cambial 25%	Variação cambial 25%	Variação cambial 25%	Variação cambial 50%
Impacto	2.385	4.770	1.503	3.008	4.979	9.957

4) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia e suas investidas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

4.1) Contas a receber

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com autarquias estaduais, que, devido à solidez de tais clientes, a administração da Companhia não espera enfrentar dificuldades na realização dos créditos a receber. O saldo a receber é mantido líquido das estimativas de perda e, portanto, pelo valor esperado de realização.

4.2) Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas, são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que, no entendimento da administração da Companhia, minimiza seus riscos.

5) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia e de suas controladas não possuírem recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas, são monitorados diariamente pela administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31/12 de 2024, 2023 e de 2022, de acordo com o que dita o parágrafo 39 do CPC 40 (R1):

Controladora

Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 mês	78.856	67.521	176.424	165.338
Fornecedores e obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	78.856	67.521	176.424	165.338
Até 1 mês	-	35.864	-	35.864
De 1 a 3 meses	-	3.389	-	3.389
De 3 meses a 1 ano	85.472	54.221	106.198	121.096
De 1 ano a 5 anos	409.094	382.826	473.708	527.793
Mais de 5 anos	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	494.566	476.300	579.906	691.566

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 mês	67.521	75.469	165.338	185.961
Fornecedores e obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	67.521	75.469	165.338	185.961
Até 1 mês	35.864	7.507	39.288	7.545
De 1 a 3 meses	3.389	10.500	3.389	10.577
De 3 meses a 1 ano	54.221	150.531	121.096	253.931
De 1 ano a 5 anos	382.826	439.649	527.793	568.074
Mais de 5 anos	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	476.300	608.187	691.566	840.127

Análise de sensibilidade

De uma forma geral, os principais riscos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e às aplicações financeiras.

Utilizamos a taxa média de CDI para os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia (Acrescido de juros) e para a remuneração no caso das aplicações financeiras. Os encargos financeiros dos empréstimos são representados pela Libor mais taxa fixa contratual.

Adicionalmente, a Companhia possui saldo de contas a pagar a fornecedores atrelados ao Dólar e Euro. No entanto, considerando que os prazos de vencimento desses títulos são inferiores a 30 dias, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada pela Companhia por entender que não geraria benefício. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas pela B3 datadas em 02 de janeiro de 2025, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, de 10,05%, sendo este definido como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data-base utilizada das aplicações financeiras foi o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2024	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	150.901	CDI	10,05%	7,54%	5,03%
Receita financeira bruta			15.166	11.378	7.590
Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	174.345	CDI	10,05%	7,54%	5,03%
Receita financeira bruta			17.522	13.146	8.770
Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	225.062	CDI	13,79%	10,34%	6,90%
Receita financeira bruta			31.036	23.271	15.529
Consolidado					

Operação	Saldo em 31/12/2024	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	331.780	CDI	10,05%	7,54%	5,03%
Receita financeira bruta			33.344	25.016	16.689

Consolidado

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	209.917	CDI	10,05%	7,54%	5,03%
Receita financeira bruta			21.097	15.828	10.559

Consolidado

Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	258.008	CDI	13,79%	10,34%	6,90%
Receita financeira bruta			35.579	26.678	17.803

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de dezembro de 2024. Foram acrescidos 109,65% para a 9ª emissão e 112,00% para a 10ª emissão, alcançando o indexador de 11,02% e 11,26% este cenário considerado como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data-base utilizada para as debêntures foi o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024, projetando um ano e verificando a sensibilidade do DI em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2024	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (9ª emissão)	5.735		11,02%	13,78%	20,67%
Despesa financeira bruta		CDI	632	790	1.185
Debêntures (10ª emissão)	242.548		11,26%	14,08%	16,89%
Despesa financeira bruta		CDI	27.311	34.151	40.966

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (9ª emissão)	248.050		11,02%	13,78%	20,67%
Despesa financeira bruta		CDI	27.335	34.181	51.272
Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (9ª emissão)	247.477	CDI	15,12%	18,90%	22,68%
Despesa financeira bruta			37.419	46.773	56.128
Debêntures (7ª emissão)	90.905	CDI	15,86%	19,83%	23,79%
Despesa financeira bruta			14.418	18.026	21.626

Gestão de Capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas e emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar (incluindo dívidas de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de dívida líquida do Grupo é de (R\$157.696) que corresponde a (8,7%) do patrimônio líquido (R\$72.615 em 31/12/2023, equivalente a 5,5% do patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de dívida líquida do Grupo era de R\$72.615 corresponde a 5,5% do patrimônio líquido (R\$353.927 em 31/12/2022, equivalente a 27,8% do patrimônio líquido).

4.4 – Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória, dentre outras naturezas, seja pelo polo ativo ou passivo, com chance de perda provável, possível ou remota. Em 30 de abril de 2025, éramos parte em processos relevantes nas esferas judiciais, administrativos e arbitrais, cujo valor total provisionado era estimado em R\$42.883.014,48 (quarenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quatorze reais e quarenta e oito centavos). O provisionamento das demandas é estabelecido com base na opinião de consultores jurídicos da Companhia, sobretudo nos casos de provável perda.

Para fins de relevância dos processos, a Companhia se baseou na capacidade que a demanda tem de influenciar a decisão de investimento, considerando o potencial lesivo a seus resultados financeiros e econômicos, bem como seu patrimônio e imagem da Companhia no mercado corporativo. Com base nesses critérios, a Companhia apresenta a seguir os processos considerados mais relevantes:

PROCESSOS JUDICIAIS CÍVEIS:

Destacamos abaixo os processos cíveis mais relevantes em que a Companhia figura no polo ativo:

Processo nº: 5000868-37.2025.8.13.0596.
Juízo: 1ª Vara Cível da Comarca de Santa Rita do Sapucaí.
Instância: 1ª Instância
Data da Instauração: 07/03/2025
Partes no Processo: Autor: Valid Soluções S/A e Réu: LC Industria Eletrônica Ltda. ("LC")
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$1.694.072,24 (crédito inicial)
Principais Fatos: A LC deixou de cumprir acordo extrajudicial razão pela qual a Valid ingressou com a ação de execução extrajudicial. Aguardando a citação/intimação da LC.
Estágio do Processo: Inicial
Chance de perda (provável, possível ou remota): Remota.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor envolvido
Análise do impacto em caso de perda do processo: N.A. A empresa é credora dos valores e está recebendo conforme termo de acordo extrajudicial.

Processo nº: 1008958-65.2022.8.26.0008

Juízo: 24ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo
Instância: 1ª Instância
Data da Instauração: 01/07/2022

Partes no Processo: Autor: Valid S/A e Réu: ENVOPEL Indústria e Comércio de Envelopes Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$1.728.565,02.
Principais Fatos: Ação de busca e apreensão de três envelopeiras que estão em posse da empresa Envopel c/c cobrança dos aluguéis pelo período de 5 anos. A Envopel foi citada e apresentou contestação. A Valid localizou e retirou as máquinas do Galpão. Autos conclusos para julgamento.
Estágio do Processo: Conhecimento.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor envolvido e devolução de patrimônio da Companhia.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Destacamos abaixo os processos cíveis mais relevantes em que a Companhia figura no polo passivo:

Processo nº: 0017433-48.1998.8.26.0564.
Juízo: 3ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Instância: 2ª Instância.
Data da Instauração: 15/07/1998
Partes no Processo: Autor: Signalcard Tecnologia Indústria e Comércio Ltda. e Ré: Valid S.A (American BankNote S.A) e outros.
Valores, bens ou direitos envolvidos: O valor envolvido é inestimado e a eventual indenização, em caso de condenação das rés ao pagamento de indenização, em decisão final transitada em julgado, será apurada em liquidação de sentença, tomando-se por parâmetro o disposto no art. 210 da Lei nº 9.279/96, a Lei da Propriedade Industrial ("LPI"), c.c. o art. 509 do CPC/2015.
Principais Fatos: Ação promovida pela Signalcard em face da Valid e Interprint e Outros pelo rito ordinário em razão da suposta violação de sua patente de invenção PI 9107336-7 objetivando indenização por perdas e danos e lucros cessantes supostamente sofridos pela Signalcard, a serem fixados em execução de sentença, consistentes: (i) na impossibilidade de fornecer cartões telefônicos indutivos para o sistema de telefonia pública nacional; e (ii) no não recebimento de remuneração pelos cartões já produzidos e vendidos, alegadamente de forma ilícita, pelas corrés desde o depósito da patente PI 9107336-7. Além disso, a Signalcard requer a fixação de remuneração, na forma de royalties, no percentual de 10% sobre o valor de cada cartão indutivo fabricado ou vendido pelas corrés, a partir da data da citação.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 25/04/2005, sentença de improcedência dos pedidos formulados na exordial (de acordo com o juiz, que acolheu as conclusões do laudo pericial, <i>"os conhecimentos ensinados na PI 9107336-7 da autora carecem de atividade inventiva e, também, de novidade, sendo que a sua utilização pelos réus não pode vir a ser reputada como ato ilícito passível de indenização, ou tampouco sujeitar-se a eventual obrigação negativa [abstenção de produzir, vender ou expor à venda os cartões indutivos]"</i>). A Signalcard apelou e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), em sessão realizada em 21/06/2011, invalidou, de ofício, a sentença proferida e o laudo pericial produzido nos autos (o TJSP entendeu indispensável a reabertura da fase de instrução para a realização de nova perícia técnica), deixando de reconhecer a preclusão que se formou quanto ao argumento da Signalcard, ventilado somente anos depois da apelação, de que o Perito não seria apto tecnicamente ao

trabalho que realizou, por ser engenheiro de produção mecânica e não elétrico, para a elaboração do laudo pericial que visava averiguar a patente. Foi interposto recurso especial e agravo da decisão de não admissão desse recurso. Em 11/12/2015, decisão do Min. Raul Araújo, da 4ª Turma do STJ, dando provimento aos 6 agravos para determinar a reatuação como recurso especial. Em 16/11/2017, o relator do recurso, o Min. Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF da 5ª região), deu provimento aos recursos especiais para afastar a nulidade da perícia judicial e restabelecer a sentença, determinando o retorno dos autos ao TJSP para que fosse julgado o mérito do recurso de apelação (o relator entendeu que “operou-se a preclusão, nos termos do art. 245 do CPC de 1973. Isso, porque eventual incapacidade técnica do perito, por ser engenheiro mecânico, já era conhecida pelos litigantes no momento de sua designação, de maneira que, na primeira oportunidade, deveria ter sido alegada pela parte interessada. Assim, não tendo a parte autora procedido a tal impugnação no momento adequado, não pode muito após a prolação da sentença que lhe foi desfavorável apresentar sua irresignação contra a capacidade técnica do expert”). Em 23/11/2017, embargos de declaração da Signalcard, alegando questão de ordem pública e incompetência absoluta da justiça estadual para decidir sobre a validade ou não da patente de invenção. Em 11/12/2017, embargos de declaração rejeitados pelo relator. Em 1º/02/2018, agravo interno da Signalcard. Em 24/04/2018, a 4ª Turma do STJ negou provimento ao agravo interno da Signalcard. Em 07/05/2018, embargos de declaração da Signalcard. Em 19/06/2018, a 4ª Turma do STJ rejeitou os embargos de declaração da Signalcard. Em 20/08/2018, certificado o trânsito em julgado do acórdão da 4ª Turma do STJ, com baixa definitiva dos autos ao TJSP. Em 03/10/2018, autos conclusos ao Des. Dácio Tadeu Viviani Nicolau, da 3ª Câmara de Direito Privado do TJSP, para a elaboração de relatório e voto. As partes apresentaram pareceres e em 21/11/2023, os autos foram conclusos para o relator Viviani Nicolau. Foi proferido acórdão dando parcial provimento ao recurso de apelação da Autora. Os Réus opuseram Embargos. As partes irão se manifestar.

Estágio do Processo: Recursal.

Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.

Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor envolvido e objeto da ação.

Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nos resultados do exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: 0270683-51.2015.8.19.0001 (2015.001.244568-1); 0044886-60.2015.8.19.0000; RESp 1.792.449/RJ.

Juízo: 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Instância: 3ª Instância.

Data da Instauração: 26/06/2015

Partes no Processo: Autor: SICPA Brasil Industria de Tintas e Sistemas Ltda. e Ré: Valid S.A.

Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$640.636.173,45

Principais Fatos: Ação indenizatória promovida pela SICPA em face de Valid S.A sob alegação de ato de concorrência desleal. De forma específica, a Sicpa requer a condenação da Ré à abstenção definitiva da exploração da solução apresentada à Casa da Moeda do Brasil, tal como implementada na linha de envase da AMBEV, na unidade industrial localizada na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul, ou de solução semelhante, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Além disso, foi requerida a condenação ao pagamento de indenização pelos supostos danos materiais causados às Autoras no montante histórico de R\$ 127.432.357,42.

Resumo das decisões de mérito proferidas: O juízo de 1ª instância julgou improcedente a ação e condenou a Sicpa ao pagamento de honorários de sucumbência (sentença publicada em 24.8.2016). A 18ª Câmara Cível do TJRJ negou provimento à apelação da Sicpa, mantendo integralmente a sentença (acórdão publicado em 17.7.2017). A Sicpa interpôs recurso

especial contra o acórdão da 18ª Câmara Cível, o qual foi inadmitido no TJRJ (intimação às partes em 9.4.2018). Contra essa decisão, a Sicpa interpôs agravo em recurso especial para o STJ. O agravo foi provido pelo Ministro Relator Marco Buzzi, que determinou a reautuação dos autos como recurso especial (decisão publicada em 19.12.2018). Posteriormente, o Ministro Relator negou provimento ao recurso especial da Sicpa (decisão publicada em 11.12.2019). Contra essa decisão, a empresa interpôs agravo interno. O recurso foi provido pelo Relator para determinar que o mérito do recurso especial da Sicpa seja julgado pelo colegiado da 4ª Turma do STJ (decisão publicada em 15.9.2020).
Estágio do Processo: Recursal.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Remota.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor envolvido e objeto da ação
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nos resultados do exercício em que tal valor venha a ser exigido

Processo nº: 1047063-10.2014.8.26.0100 (proc. 1007772-02.2014.8.26.0068 e proc. 0022814-60.2024.8.26.0100).
Juízo: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Instância: 2ª Instância.
Data da Instauração: 21/05/2014
Partes no Processo: Autor: Belt Company do Brasil Marketing Ltda. e Ré: Valid Soluções e Serviços de Seguidamentos em Meios de Pagamento S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$1.278.571,12.
Principais Fatos: Ação indenizatória c/c obrigação de não fazer com pedido de antecipação de Tutela objetivando a concessão de tutela para impedir a Ré de expor ao público as fitas de crachá com imagem digital supostamente contrafeitas e condenar a Ré ao pagamento de indenização em decorrência de suposta infração à patente de invenção nº PI0405423-7.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em sentença, 17/03/2021, o juiz acolheu os pedidos da Autora e condenou a Valid à (i) obrigação de não expor ao público os produtos, bem como ii) ao pagamento de danos materiais em valor a ser apurado na fase de liquidação de sentença, além de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, a partir da prolação da sentença, e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação. Em acórdão, 09/11/2021, proferido nos autos do recurso de Apelação interposto pela Valid, os Desembargadores reconheceram a ausência de infração, dando provimento ao recurso para julgar improcedente a ação proposta por Belt. Em 11.07.2022, foi expedida certidão de trânsito em julgado do acórdão proferido e o processo foi encaminhado para o processamento de recursos, em vista da interposição de recurso nos autos em apenso (1007772-02.2014.8.26.0068). Em 20/06/2024, a Belt realizou o pagamento no processo 0022814-60.2024.8.26.0100 e, em 15/08/2024 despacho liberando valores. Em 23/08/2024, a Valid se manifestou pela extinção do cumprimento de sentença. O processo poderá ser encerrado.
Estágio do Processo: Arquivado provisoriamente.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Remota.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor envolvido e objeto da ação.

Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nos resultados do exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: 0032953-37.2005.8.26.0068.
Juízo: 3ª Vara Cível do Foro de Barueri.
Instância: 1ª Instância.
Data da Instauração: 15/12/2005
Partes no Processo: Autor: Notre Dame Seguradora e Ré: Tecnoformas Ltda. (Valid S.A).
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$1.577.275,22
Principais Fatos: Ação de cobrança movida pela Notre Dame Seguradora na qual alega que, com a rescisão do contrato mantido com a Tecnoformas, tem direito a perceber valor de R\$513.297,28 decorrente da aplicação de cláusula do contrato que dispõe que, em caso de rescisão, o montante de sinistros que exceder ao patamar máximo de 70% em relação ao montante de prêmios do mesmo período será cobrado do Estipulante no último mês de vigência da apólice.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Pedidos foram julgados improcedentes em 1º e 2º graus, mas o processo foi anulado no STJ em decorrência de suposto cerceamento de defesa. Processo voltou ao 1º grau para produção de prova pericial. O Autor não apresentou novos documentos. Os autos estão na conclusão. Aguarda-se sentença.
Estágio do Processo: Conhecimento.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nos resultados do exercício em que tal valor venha a ser exigido

Processo nº: 1008777-21.2018.8.26.0100 (“Ação Principal”); (cumprimento de sentença nº 0016737-40.2021.8.26.0100).
Juízo: 21ª Vara Cível do Foro Central Cível do Estado de São Paulo.
Instância: 2ª Instância.
Data da Instauração: 23/02/2018
Partes no Processo: Autor: United Arenas Ltda. e Ré: Valid S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$8.104.071,80
Principais Fatos: Trata-se de ação de cobrança proposta pela United Arenas Ltda. contra a Valid com o objeto de cobrar aluguéis referentes a bem móvel objeto de “Contrato de Locação de Máquina de Aplicação de Hologramas MM3000” celebrado pelas partes (“Contrato”). Foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados pela United (“Sentença”). Na sequência, a United interpôs Apelação contra parcela específica da Sentença, a qual foi provida para reformar apenas a referida parcela (“Apelação”). Ainda assim, a United instaurou o cumprimento de sentença nº 0016737-40.2021.8.26.0100 (“Cumprimento de Sentença”) para executar a integralidade do valor pleiteado na Ação Principal. No Cumprimento de Sentença, a Valid apresentou (i) exceção de pré-executividade alegando a iliquidez do título executivo judicial, considerando que parte da Sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados pela United não foram reformada por ocasião do provimento da apelação da United (“Exceção de Pré-Executividade”); e na sequência, (ii) impugnação, demonstrando os equívocos incorridos pela United ao apresentar o valor que supostamente seria devido pela Valid (“Impugnação”). A Exceção de Pré-Executividade e Impugnação foram rejeitadas e, contra as

referidas decisões, a Valid interpôs agravos de instrumento. Os recursos foram desprovidos pela 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e, atualmente, encontram-se em sede de agravo em recurso especial a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça. Nos autos da Ação Principal, a Valid interpôs recurso especial contra o acórdão que deu provimento à apelação. O recurso especial da Valid foi inadmitido, ocasião que a Valid agravou da decisão que inadmitiu seu recurso especial e a United ofereceu contrarrazões ao agravo em recurso especial. Foi proferida decisão pelo desembargador presidente da seção de direito privado, pela qual manteve a decisão de inadmissão do recurso especial em seus próprios fundamentos e determinou a subida dos autos. Os autos foram recebidos no STJ.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 24/08/18, foi proferida a Sentença nos autos da Ação Principal, julgando parcialmente procedente os pedidos formulados pela United para reconhecer que (i) a United faz jus a uma indenização – e não a um aluguel, como requerido na petição inicial – pelo uso do bem imóvel objeto do Contrato durante o período de 2.03.2014 a 21.09.2016; e (ii) a pretensão autoral referente ao período de 20.11.2007 a 1º.03.2014 está prescrita. Em 06/06/19, a apelação interposta pela United foi parcialmente provida para afastar a prescrição reconhecida na Sentença. Por sua vez, nos autos do Cumprimento de Sentença, foi proferida decisão rejeitando a Exceção de Pré-Executividade e a Impugnação apresentadas pela Valid naqueles autos. Na referida decisão, o juízo competente concluiu que, por ocasião do julgamento da Apelação, os pedidos formulados pela United na Ação Principal teriam sido julgados integralmente procedentes, razão pela qual o título executivo judicial objeto do Cumprimento de Sentença seria líquido, certo e exigível. A referida decisão foi confirmada em sede de agravo de instrumento pelos mesmos fundamentos.
Estágio do Processo: Recursal.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Provável.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nos resultados do exercício em que tal valor venha a ser exigido.

PROCESSOS TRIBUTÁRIOS:

Destacamos abaixo os processos tributário mais relevantes em que a Companhia (ou uma de suas controladas) figura no polo ativo:

Processo nº: 5017666-56.2020.4.02.5101.
Juízo: 32ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
Data da Instauração: 20/03/2020
Partes no Processo: Autor: Valid Soluções S.A; Réu: União Federal.
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$24.116.158,28
Principais Fatos: Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal com pedido de tutela provisória de urgência antecipada ajuizada pela Valid em face da União Federal com o objetivo de cancelar os créditos tributários consubstanciados no processo administrativo nº 13896.720208/2012-03, referente a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2007, em razão de suposto erro de classificação dos impressos gráficos personalizados fabricados.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 06/04/2020, foi proferida decisão que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, em 17/02/2021, foi proferida sentença que julgou procedentes os pedidos da Valid para anular o auto de infração lavrado no Processo Administrativo nº 13896.720208/2012-03, contra a qual a União Federal interpôs apelação, que se encontra pendente de julgamento. Em 26/08/2023 o TRF2 reformou a

decisão do juízo anterior e decidiu pelo provimento à Apelação da União Federal. Em 03/10/2024, foi certificado nos autos que, após o voto do Desembargador Federal Luiz Antônio Soares no sentido de negar provimento aos embargos de declaração da Valid, pediu vista a Desembargadora Federal Carmen Silvia. Em 06/12/2024, foi juntado o voto da Desembargadora Carmen Silva no sentido de dar parcial provimento aos embargos de declaração opostos pela Valid, ante o reconhecimento da coisa julgada com relação à parcela da autuação que incide sobre a produção de cartões magnéticos personalizados, conforme entendimento exarado pela 2ª Turma do STJ no julgamento do REsp 437.324/RS.
Estágio do Processo: Em 05/02/2025, os embargos de declaração da Valid foram incluídos na pauta de julgamento da sessão do dia 11/03/2025 pela 4ª Turma do TRF2. Em 11/04/2025, após a retirada de pauta, os autos foram conclusos para decisão, sendo, assim, remetidos da Subseção da 4ª Turma Especializada ao gabinete do relator. Aguarda-se o julgamento.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Em razão do montante envolvido que é muito alto.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: 5070365-58.2019.4.02.5101.
Juízo: 32ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
Instância: 2ª Instância.
Data da Instauração: 10/10/2019
Partes no Processo: Autor: Valid Soluções S/A e Réu: União Federal.
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$19.657.206,01
Principais Fatos: Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal com pedido de tutela provisória de urgência antecipada ajuizada pela Valid em face da União Federal com o objetivo de cancelar os créditos tributários consubstanciados no processo administrativo nº 13896.722236/2011-76, referente a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), no período de abril a dezembro de 2006, em razão de suposto erro de classificação dos impressos gráficos personalizados fabricados.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 15/10/2019, foi proferida decisão que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, em 12/02/2021, foi proferida sentença que julgou procedentes os pedidos da Valid para anular o auto de infração lavrado no processo administrativo 13896.7222.36/2011-76, contra a qual a União Federal interpôs recurso de apelação, que se encontra pendente de julgamento. Em 18/08/2023 o TRF2 reformou a decisão do juízo anterior e decidiu pelo provimento à Apelação da União Federal. Em 12/09/2023, foi proferido despacho (i) encaminhando os autos à subsecretaria especializada para que junte as notas taquigráficas solicitadas pela Valid e (ii) determinando a posterior intimação da União para que, em seguida, apresente contrarrazões aos embargos de declaração opostos pela Valid. Em 14/09/2023, houve a juntada das notas taquigráficas referentes ao julgamento da apelação interposta pela União, que ocorreu em 16/08/2023, conforme requerido pela Valid. Em 03/10/2024, foi certificado nos autos que, após o voto do Desembargador Federal Luiz Antônio Soares no sentido de negar provimento aos embargos de declaração da Valid, pediu vista a Desembargadora Federal Carmen Silvia. Em 06/12/2024, foi juntado o voto da Desembargadora Carmen Silva no sentido de dar parcial provimento aos embargos de declaração opostos pela Valid, ante o reconhecimento da coisa julgada com relação à parcela da autuação que incide sobre a produção de cartões magnéticos personalizados, conforme entendimento exarado pela 2ª Turma do STJ no julgamento do REsp 437.324/RS.

Estágio do Processo: Em 05/02/2025, os embargos de declaração da Valid foram incluídos na pauta de julgamento da sessão do dia 11/03/2025 pela 4ª Turma do TRF2. Em 11/04/2025, após a retirada de pauta, os autos foram conclusos para decisão, sendo, assim, remetidos da Subseção da 4ª Turma Especializada ao gabinete do relator. Aguarda-se o julgamento.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Em razão do montante envolvido que é muito alto.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: 5032242-20.2021.4.02.5101.
Juízo: 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro.
Instância: 1ª Instância.
Data da Instauração: 05/03/2021
Partes no Processo: Autor: Valid Soluções S/A e Réu: União Federal.
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$24.142.708,07.
Principais Fatos: Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de declarar, definitivamente, que a base de incidência das Contribuições destinadas a Terceiros devidas por todos os seus estabelecimentos está sujeita ao limite de 20 (vinte) salários-mínimos de que trata o artigo 4º da Lei n.º 6.950/81.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 28/05/21 - Proferida decisão (i) deferindo a medida liminar pleiteada; bem como (ii) determinando a suspensão do Mandamus até o julgamento definitivo do Tema Repetitivo n.º 1.079 do STJ. Em 04/08/21 - Proferida decisão negando provimento aos Aclaratórios da Fazenda Nacional. Em 23/09/21 - Interposto o Agravo de Instrumento pela Fazenda Nacional. Posteriormente, foi proferida decisão determinando o sobrestamento do feito até o julgamento definitivo do Tema 1.079 do STJ. Em 27/05/22 - Certificado o sobrestamento do feito até o julgamento definitivo do Tema 1.079 do STJ. Em 14/03/2024, o STJ julgou o Tema 1.079, desfavoravelmente aos contribuintes, e decidiu que a limitação a 20 salários-mínimos não alcança as bases de cálculo da contribuição previdenciária patronal e das contribuições destinadas a Terceiros. Foi decidido também pela modulação dos efeitos. Neste sentido, a decisão passa a ter vigência após a publicação do Acórdão.
Estágio do Processo: Em 06/11/24 - Prolatada sentença concedendo parcialmente a segurança pleiteada, de forma a aplicar a modulação de efeitos do julgamento do Tema 1.079/STJ, reconhecendo o direito à limitação de 20 (vinte) salários-mínimos para fins de apuração da base de cálculo e recolhimento das contribuições devidas a terceiros, entre a data da decisão favorável (28/05/21) até a data da publicação do acórdão do STJ (02/05/24). 11/12/24 - Interpusemos Recurso de Apelação. 27/12/24 - A União manifestou-se requerendo a expedição de nova intimação para contrarrazões. 09/03/25 - A União apresentou contrarrazões à Apelação. 31/03/25 - Autos remetidos ao e. TRF-2, com relatoria da Desembargadora Federal Carmen Silvia. 08/04/25 - O Ministério Público apresentou parecer informando a ausência de interesse público que justifique a sua atuação nos autos.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Provável.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Em razão do montante envolvido.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Destacamos abaixo os processos tributários mais relevantes em que a Companhia (ou uma de suas controladas) figura no polo passivo:

Processo nº: 5028089-23.2015.4.04.7000.
Juízo: 19ª Vara Federal de Curitiba - Seção Judiciária do Paraná (Execução Fiscal).
Instância: 1ª Instância.
Data da Instauração: 15/06/2015
Partes no Processo: Autor: Exequente: Fazenda Nacional / Executado: Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (sucessora da Trust Administração e Participações Ltda. e Oberthur Jogos e Tecnologias Ltda – CNPJ 32.583.791/0001-16).
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$ 4.969.085,34.
Principais Fatos: Representação para cobrança de débitos de COFINS inicialmente cobrados no Processo Administrativo nº 10070.001547/2004-94 (decorrente do Processo Administrativo nº 10768.003985/99-57) relativos aos períodos de agosto a dezembro de 1996 e janeiro de 1997 a dezembro de 2001.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 06/07/2020, proferida sentença que julgou procedente os Embargos à Execução Fiscal, reconhecendo a nulidade do título executivo, sob fundamento de que “os tributos representados por essa certidão de dívida ativa não foram objeto de lançamento”, pois a “União, levando em conta os valores indicados na DCTF e DIRPJ e desconsiderando as compensações lá indicadas (com créditos de PIS), inscreveu os montantes diretamente em dívida ativa, sem a devida notificação da parte embargante”. Em 21/08/2020 a União interpôs Recurso de Apelação. Em 09/05/2023 o recurso da União foi desprovido e a sentença mantida, extinguindo a Execução Fiscal em face da Valid. Estágio do Processo: Em 10.07.2023, apresentada petição de execução do julgado. Atualmente, processo em fase de execução de honorários de sucumbência.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Remota.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Em razão do montante envolvido que é alto.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Não há risco envolvido, pois a ação transitou favoravelmente a Valid. A Execução Fiscal foi extinta.

Processo nº: 1509262-57.2019.8.26.0090.
Juízo: Vara das Execuções Fiscais Municipais – TJSP.
Instância: 1ª Instância.
Data da Instauração: 26/02/19
Partes no Processo: Autor: Município de São Paulo; Réu: VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA.
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$10.584.750,92.
Principais Fatos: Execução Fiscal ajuizada para cobrança da CDA n.º 508.924-7/2019-6, decorrente do Auto de Infração n.º 67.277.284, lavrado para a cobrança de débito de ISS lançado contra a VALID CD por suposto enquadramento incorreto da atividade de certificação digital (Lei Municipal n.º 13.701/03).
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 16/04/19, foi proferida decisão determinando a exclusão/não inclusão da VALID CD no CADIN e que os débitos em cobrança não sejam óbice para emissão da Certidão de Regularidade Fiscal, bem como para suspender para suspender eventual protesto feito pelo Município de São Paulo sobre os débitos referentes a esta Execução Fiscal.
Estágio do Processo: Execução Fiscal suspensa em razão dos Embargos à Execução Fiscal n.º 1001764-64.2019.8.26.0090.
Provável, possível ou remota): Possível.

Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Em razão do montante envolvido que é muito alto.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: 16682.720933/2019-43.
Juízo: Conselho Administrativo da Receita Federal - CARF
Instância: 2ª Instância.
Data da Instauração: 19/11/2019
Partes no Processo: Autor: Receita Federal do Brasil e Réu: Interprint Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$32.449.492.04
Principais Fatos: Autos de infração de IRPJ e CSLL, referentes aos anos-calendário de 2014 e 2015 decorrentes da glosa de despesa de JCP deduzida que teriam ultrapassado o limite previsto no art. 9º da Lei 9.249/1995 e da adição de valores relativos a lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 17/01/2020 foi protocolada Impugnação ao auto de Infração. Em 08/12/2020 foi recebida intimação acerca do acórdão que julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada somente quanto à consolidação realizada pela empresa no ano-calendário de 2015, nos termos do art. 78 da Lei nº 12.973/2014, em relação aos lucros auferidos no exterior por algumas controladas. Em 07/02/2020 foi protocolado recurso voluntário requerendo o cancelamento integral do auto de infração. Em 24/02/2021 os autos foram recebidos no CARF.
Estágio do Processo: Aguardando julgamento, pelo CARF, do Recurso Voluntário.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Em razão do montante envolvido que é muito alto.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: 5054498-20.2022.4.02.5101.
Juízo: 5ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
Instância: 1ª Instância.
Data da Instauração: 19/07/2022
Partes no Processo: Autor: União Federal; Réu: Valid Soluções S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$6.020.256,74
Principais Fatos: Execução Fiscal para exigir os créditos tributários objeto do Processo Administrativo nº 10980.720439/2015-12, que compreende a glosa das compensações indevidas de contribuições previdenciárias alegadas pelo Fisco referente ao período de 12/2009 a 12/2010, a multa isolada de 150% referente ao período de 01/2010 a 01/2011 e a multa por descumprimento de obrigação acessória, respectivamente. A Valid opôs Embargos à Execução Fiscal e foi deferido parcialmente o pedido no que tange ao Seguro Garantia e suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A garantia havia sido anteriormente oferecida nos autos da Ação de Antecipação de Garantia nº 5016145-08.2022.4.02.5101.

Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 28.10.2022, a Valid apresentou distribuídos embargos à execução fiscal, atuado sob o nº 5083620-78.2022.4.02.5101. Em 09.02.2023, União foi intimada para apresentar impugnação aos embargos à execução fiscal. Em 28.03.2023, a União apresentou a impugnação. Em 20.10.2023, proferida sentença que julgou extinto o processo sem resolução do mérito. Em 08.11.2023, a empresa opôs embargos de declaração. Em 04.12.2023, embargos de declaração rejeitados. Em 26.01.2024, interposto recurso de apelação. Em 18.10.2024, acórdão que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela VALID. Em 18.12.2024, acórdão que rejeitou os embargos de declaração.
Estágio do Processo: Em 11.02.2025, interpostos recursos especial e extraordinário pela VALID. Em 13.02.2025, a União apresentou contrarrazões. Em 14.03.2025, proferida decisão que admitiu o recurso especial e inadmitiu o recurso extraordinário. Em 11.04.2025, interposto agravo em recurso extraordinário pela VALID. Aguardando o julgamento.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Provável.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Em razão do montante envolvido que é muito alto.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) nº 4.065.726-7.
Juízo: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.
Instância: 2ª Instância.
Data da Instauração: 09/12/2015
Partes no Processo: Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo – Sorocaba e Réu: Valid Soluções S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$134.747.307,66.
Principais Fatos: Auto de infração lavrado para exigir valores de ICMS, juros e multa, relativos ao período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2013, em razão de a fiscalização ter considerado (i) que devem ser tributadas as transferências de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte (transferências da Valid em Sorocaba para o seu próprio estabelecimento em Barueri - Notas Fiscais de CFOPs 5.151, 5.152, e 5.949); e (ii) que os fornecimentos de cartões bancários às instituições financeiras se tratam de operações de venda, sujeitas ao ICMS, e não de serviços, sujeitos ao ISS (foram consideradas Notas Fiscais de CFOPs 5.933 e 6.933, destinadas a instituições financeiras, e, também, as de CFOP CFOP 5.949, para outros estabelecimentos industriais.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 19/05/2017, decisão de 1ª instância cancelou parcialmente o auto de infração, no que se refere às operações de fornecimentos de cartões bancários às instituições financeiras, por considerar que essas “são tributadas pelo ISSQN A 9ª Câmara Julgadora do TIT deu parcial provimento ao recurso interposto pela Valid, bem como negou provimento ao recurso da Fazenda, em relação a parte que discute transferências de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte. Em 10/07/2017 a União interposto Recurso Especial pela Fazenda Estadual e em 21.08.2017, interposto Recurso Especial pela Valid. Em 06.07.2023, a Câmara Superior do TIT, por unanimidade, determinou o sobrestamento do julgamento até o trânsito em julgado da ADC 49, em trâmite no STF, tendo em vista que o principal argumento do recurso interposto pela VALID é a discussão acerca da transferência entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.
Estágio do Processo: Suspenso, aguardando trânsito em julgado da ADC 49.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Devido ao montante envolvido, que é muito alto e em caso de perda da ação, a Valid precisará alterar toda forma de faturamento,

contrato, sistemas etc. Além disso, o período fiscalizado nesta ação é apenas 2012 e 2013. Em caso de perda, haverá atualização do valor de todo o período de 2012 até a data do trânsito em julgado.

Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: 10855.902806/2023-31.

Juízo: Receita Federal.

Instância: 1ª instância.

Data da Instauração: 05/05/2023.

Partes no Processo: Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil e Réu: Valid Soluções S/A.

Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$54.186.388,19

Principais Fatos: Autuação que se deu em 05/05/2023, na qual objeto refere-se a não homologação dos créditos oriundos da ação do Plano Verão (1989). O montante do crédito habilitado foi de R\$ 31.223.000,00). A argumentação dada pela RFB na Autuação foi a falta da apresentação do livro Auxiliar em BTN Fiscal "RAZORT" ano 1989 que, na opinião da RFB era única forma comprobatória do crédito. Em 05/06/2023 foi protocolizada manifestação de inconformidade com todos outros documentos que comprovam o crédito da Valid, em razão da ausência do "Razort".

Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 05/05/2023, a VALID tomou ciência do despacho decisório. Em 05/06/2023, a VALID apresentou manifestação de inconformidade. Atualmente, estamos aguardando decisão após apresentarmos defesa.

Estágio do Processo: Aguardando apreciação da Manifestação apresentada.

Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.

Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: Auto de infração nº 005.023.420-1.

Juízo: Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo.

Instância: 2ª instância.

Data da Instauração: 20/08/2023.

Partes no Processo: Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo e Réu: Valid Soluções S/A.

Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$67.602.353,85.

Principais Fatos: Auto de infração lavrado para exigir valores de ICMS, juros e multa, relativos ao período de janeiro de 2019 à dezembro de 2020, em razão de a fiscalização estadual ter considerado que os fornecimentos de cartões bancários às instituições financeiras se tratam de operações de venda, sujeitas ao ICMS, e não de serviços, sujeitos ao ISS.

Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 20/08/2023, lavrado o auto de infração. Em 04/09/2023, ciência do auto de infração. Em 03/10/2023, a VALID apresentou impugnação. Em 07/11/2023, processo recebido na Delegacia Tributária de Julgamento. Em 22/12/2023, publicado acórdão mantendo o auto de infração. Em 19/01/2024, interposto recurso ordinário. Em 20/02/2024, publicada decisão que deferiu o processamento do recurso e intimou o estado para apresentar contrarrazões. Em 07.03.2025, após a realização de sustentação oral, os conselheiros, por unanimidade, negaram provimento ao recurso ordinário.

Estágio do Processo: Prazo em curso para interposição de recurso especial.

Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Em razão do valor envolvido..
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

PROCESSOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO:

Processo nº: 0019275-08.2007.4.01.3400.
Juízo: 16ª Vara Federal da Circunscrição Especial de Brasília – Distrito Federal.
Instância: 2ª Instância.
Data da Instauração: 04/06/2007
Partes no Processo: Autor: Valid Soluções S.A. (autora) e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (ré).
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$10.862,81. A eventual condenação da Valid (isto é, o valor de risco) corresponderá (i) aos honorários advocatícios estabelecidos em 10% a 20% sobre o valor da causa. A multa que é discutida nesta cautelar e na ação ordinária nº 0024484-55.2007.4.01.3400 tem o valor histórico de R\$ 1.968.390,00.
Principais Fatos: Trata-se de ação cautelar inominada proposta pela Valid, por meio da qual requereu (i) a concessão da medida liminar, a fim de que fosse suspensa a exigibilidade de multa administrativa imposta pela Anatel por meio do auto de infração; e (ii) ao final, a confirmação da liminar para que a cautelar produzisse efeitos até o trânsito em julgado da sentença prolatada na ação ordinária nº 0024484-55.2007.4.01.3400.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 11 de novembro de 2011, foi prolatada sentença que julgou extinto o feito, sem resolução de mérito, ante a existência de sentença nos autos da ação principal e, consequentemente, tornando sem efeito a concessão da medida liminar. Após a Valid efetuar o depósito judicial do valor integral e atualizado da multa discutida (<i>i.e.</i> R\$ 3.300.401,48), o desembargador Relator atribuiu efeito suspensivo à apelação interposta pela Valid em 11 de outubro de 2012 contra a sentença, a fim de que fosse suspensa a exigibilidade da multa até o trânsito em julgado da sentença, com a consequente exclusão do nome da Valid do CADIN e da Dívida Ativa da União.
Estágio do Processo: No momento, aguarda-se o julgamento da apelação interposta pela Valid.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor relevante.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nos resultados do exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: 0029471-03.2008.4.01.3400.
Juízo: 16ª Vara Federal da Circunscrição Especial de Brasília – Distrito Federal
Instância: 2ª Instância.
Data da Instauração: 17 /09/2008
Partes no Processo: Autor: Valid Soluções S.A. (autora) e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (ré).
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$550.959,10 - O valor de risco corresponde aos honorários advocatícios estabelecidos em 10% sobre o valor atualizado da multa, em razão do que foi determinado em sentença. A multa que é discutida nesta cautelar e na ação ordinária nº 0035133-45.2008.4.01.3400 tem o valor histórico de R\$ 2.187.100,00.

Principais Fatos: Trata-se de ação cautelar inominada proposta pela Valid, por meio da qual requereu (i) a concessão da medida liminar, a fim de que fosse suspensa a exigibilidade de multa administrativa imposta pela Anatel por meio do auto de infração; e (ii) ao final, a confirmação da liminar para que a cautelar produzisse efeitos até o trânsito em julgado da sentença prolatada em ação ordinária nº 0035133-45.2008.4.01.3400.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 17 de novembro de 2011, foi prolatada sentença que julgou extinta a ação cautelar sem resolução de mérito, ante a existência de sentença nos autos da ação principal. Após a Valid efetuar o depósito judicial do valor integral e atualizado da multa discutida (<i>i.e.</i> R\$3.345.388,16), o desembargador Relator atribuiu efeito suspensivo à apelação interposta pela Valid em 19 de junho de 2012 contra a sentença, a fim de que fosse suspensa a exigibilidade da multa até o trânsito em julgado da sentença, com a consequente exclusão do nome da Valid do CADIN e da Dívida Ativa da União.
Estágio do Processo: No momento, aguarda-se o julgamento da apelação interposta pela Valid.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor relevante.
Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nos resultados do exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: 0024484-55.2007.4.01.3400
Juízo: 16ª Vara Federal da Circunscrição Especial de Brasília – Distrito Federal.
Instância: 2ª Instância.
Data da Instauração: 09/07/2007
Partes no Processo: Autor: Valid Soluções S.A. (autora) e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (ré).
Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$7.639.634,33. A eventual condenação da Valid (isto é, o valor de risco) corresponderá (i) aos honorários advocatícios estabelecidos em 10% a 20% sobre o valor da causa, bem como (ii) à possível perda do valor que se encontra depositado em juízo nos autos da ação cautelar nº 0019275-08.2007.4.01.3400.
Principais Fatos: Trata-se de ação pelo procedimento comum ajuizada pela Valid por meio da qual requereu a anulação da multa administrativa imposta pela Anatel por meio do auto de infração no processo administrativo nº 53.508.001.440/2003 ou, subsidiariamente, a redução do valor da referida multa.
Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 01.12.2011, foi publicada sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados pela Valid, sob o fundamento de que (i) a Valid comercializou produto com certificado já vencido, eis que o pedido de renovação da validade de homologação formulado pela Valid foi extemporâneo; (ii) o tempo pelo qual a Valid comercializou o produto sem a devida certificação não foi ínfimo, eis que durou 14 (quatorze) meses; (iii) a alegação de que a produção de cartões telefônicos em desacordo com a legislação não causa prejuízo ao consumidor é absurda, na medida em que a legislação foi feita com um propósito; e (iv) o valor da multa aplicada é razoável e proporcional à infração cometida, considerando que corresponde a apenas 5% do valor do contrato. Em 11 de outubro de 2012 a Valid apresentou apelação. Em 17.12.2012, a Anatel apresentou suas contrarrazões. Em 21.05.2014, o processo foi remetido à conclusão para relatório e voto. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso.
Estágio do Processo: No momento, aguarda-se o julgamento da apelação interposta pela Valid.
Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor relevante.

Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nos resultados do exercício em que tal valor venha a ser exigido.

Processo nº: 0035133-45.2008.4.01.3400.

Juízo: 16ª Vara Federal da Circunscrição Especial de Brasília – Distrito Federal.

Instância: 2ª Instância.

Data da Instauração: 07/11/2008

Partes no Processo: Autor: Valid Soluções S.A. (autora) e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (ré).

Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$7.762.001,97. A eventual condenação da Valid (isto é, o valor de risco) corresponderá (i) aos honorários advocatícios estabelecidos em 10% a 20% sobre o valor da causa, bem como (ii) à possível perda do valor que se encontra depositado em juízo nos autos da ação cautelar nº 0029471-03.2008.4.01.3400.

Principais Fatos: Trata-se de ação pelo procedimento comum ajuizada pela Valid, por meio da qual requereu a anulação da multa administrativa imposta pela Anatel por meio do auto de infração no processo administrativo nº 53.508.009.981/2004 ou, subsidiariamente, a redução do valor da referida multa.

Resumo das decisões de mérito proferidas: Em 01.12.2011, foi publicada sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados pela Valid, sob o fundamento de que (i) a Valid continuou produzindo cartões telefônicos contrariando a determinação da ANATEL por interesse econômico, e não para manter a continuidade do serviço público, como alegado; (ii) a Valid assumiu o risco de produzir cartões telefônicos em desconformidade com a regulamentação em vigor, devendo arcar com as consequências daí decorrentes; (iii) a alegação de que a produção de cartões telefônicos em desacordo com a legislação não causa prejuízo ao consumidor é absurda, na medida em que a legislação foi feita com um propósito; e (iv) o valor da multa aplicada é razoável e proporcional à infração cometida, considerando que corresponde a apenas 5% do valor do contrato.

Estágio do Processo: No momento, aguarda-se o julgamento da apelação interposta pela Valid.

Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível.

Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor relevante.

Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nos resultados do exercício em que tal valor venha a ser exigido.

PROCESSOS TRABALHISTAS:

Processo nº: 0073800-05.1999.5.01.0047.

Juízo: 47ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ.

Instância: 2ª Instância.

Data da Instauração: 23/04/1999

Partes no Processo: Autor: Reclamante: F. N. / Reclamada: Formulários Contínuos Continac S/A, ISA Impressores de Segurança LTDA (Oberthur Jogos) – Litisconsorte passivo: Trust (Valid Soluções S/A).

Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$5.967.061,24

Principais Fatos: O Reclamante ajuizou reclamação trabalhista em face da Formulários Contínuos Continac ("Formulários") pleiteando o pagamento de verbas trabalhistas e rescisórias. A sentença julgou parcialmente procedente os pedidos. A decisão transitou em julgado. Após inúmeras tentativas de execução dos réus, o Reclamante requereu que a execução fosse direcionada a Trust Impressores de Segurança Ltda ("Trust Impressores"), tendo em vista ser nova razão social da empresa Isa Impressores de Segurança e Associados

Ltda, empresa da qual a Formulários era sócia. Após tentativas infrutíferas de execução em face da Trust Impressores, o Reclamante requereu que a execução fosse direcionada em face da Trust Administração.

Resumo das decisões de mérito proferidas: O TRT deu provimento ao agravo do Reclamante, para reconhecer a existência de indícios sobre o grupo econômico entre a Trust Impressores e Trust Administração, resguardando o direito de defesa da Trust Administração. Em 22/11/2021, publicado acórdão. Em 02/12/2021, Valid interpôs recurso de revista. Em 14/03/2022, VALID apresentou apólice do seguro atualizada. RR não admitido. Em 13/04/2022 Valid opôs embargos declaratórios. Em 24/05/2022, decisão não acolheu os embargos declaratórios opostos pela Valid. Em 03/06/2022, a Valid intepôs Agravo de Instrumento em RR. Em 11/07/2022, Juntada a petição do reclamante de Contrarrazões (Contrarrazões ao recurso de revista), Juntada a petição de Contraminuta (Contraminuta ao agravo de instrumento). Em 01/08/2022, remessa ao TST. Em 27/09/2022, Distribuído por sorteio ao Exmº Desembargador Convocado JPS - T7 em 27/09/2022 e Conclusos para voto/decisão (Gabinete do Desembargador Convocado João Pedro Silvestrin). Em 29/03/2023, decisão negando seguimento ao AIRR da Valid. Em 19/04/2023 Valid apresenta Agravo Interno.

Estágio processual: aguarda julgamento Agravo de Instrumento em RR no TST. O processo está suspenso em razão da afetação do Tema 1232 pelo STF, onde discute-se a possibilidade de inclusão de empresas de grupo econômico no polo passivo da demanda, ainda que não tenham participado da fase de conhecimento.

Chance de perda (provável, possível ou remota): Provável.

Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor envolvido.

Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste poderá impactar nossos resultados no exercício em que tal valor venha a ser exigido.

4.5 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Em 30 de abril de 2025, éramos parte em processos relevantes nas esferas judiciais, administrativos e arbitrais, cujo valor total provisionado era estimado em R\$42.883.014,48 (quarenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quatorze reais e quarenta e oito centavos). O provisionamento das demandas é estabelecido com base na opinião de consultores jurídicos da Companhia, sobretudo nos casos de provável perda.

4.6 – Processos sigilosos relevantes

Destacamos abaixo o processo sigiloso criminal mais relevante em que a Companhia figura no polo passivo:

Processo nº: IPL nº 1035416-65.2019.4.01.3400 / Medida Cautelar nº 1035363-84.2019.4.01.3400

Juízo: 10ª Vara Federal Criminal de Brasília/DF

Instância: Inquérito Policial – 1ª Instância / Medida Cautelar – 2ª Instância

Partes no Processo: Justiça Pública x VALID SOLUÇÕES S.A.

Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$30.035.571,77

Principais Fatos: Em 07 de dezembro de 2021, foi deflagrada a "Operação Bancarrota" pela Polícia Federal de Brasília/DF, tendo sido a VALID Soluções S/A um dos alvos de Medidas Cautelares de Busca e Apreensão, Sequestro e Indisponibilidade de Bens e Quebra de Sigilos Fiscal e Bancário decretadas pelo MM. Juiz Federal. Realizadas manifestações, buscas e apreensões e oitivas de testemunhas, no dia 14 de dezembro de 2022, a Autoridade Policial despachou nos autos informando que as investigações já se encontram na reta final. Em abril/2025 foi oferecida denúncia pelo MPF pendente de análise.

Ainda não foram proferidas decisões de mérito nos autos do Inquérito Policial e da Medida Cautelar de Sequestro de Bens.

No que tange à Medida Cautelar de Sequestro de bens, foi realizada a substituição dos valores bloqueados por seguro garantia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação. Sem novidades em abril/2025.

Estágio do processo: O Inquérito Policial encontra-se em fase de investigação. A Medida Cautelar de Sequestro de bens encontra-se em fase recursal.

Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível

Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Valor envolvido e imagem da empresa

Análise do impacto em caso de perda do processo: Eventual perda deste processo poderá impactar nossos resultados no exercício social em que o valor envolvido, conforme mencionado acima, venha a ser exigido. Além disso, a Companhia poderá sofrer prejuízos em relação a sua imagem no mercado, não sendo possível definir a dimensão deste impacto em sua rede de investidores. Por isso, a Companhia vem constantemente aperfeiçoando as políticas de conduta ética e compliance, a fim de mitigar os possíveis efeitos ou novas ocorrências de processos dessa magnitude.

Informações adicionais: Também foi instaurado Processo Administrativo no CADE no dia 27/03/2023 versando sobre eventuais condutas anticompetitivas relacionadas aos mesmos fatos.

Destacamos abaixo o processo sigiloso administrativo mais relevante em que a Companhia figura no polo passivo:

Processo nº: 08700.001405/2023-84 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.001407/2023-73)

Ministério da Justiça Conselho Administrativo de Defesa Econômica Superintendência Geral

Partes no Processo: Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE x Valid Soluções S.A. e outros

Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$14.783.052,40

Principais Fatos: Trata-se de Processo Administrativo instaurado pelo CADE para apurar supostas práticas de condutas anticompetitivas no mercado brasileiro de serviços de impressões gráficas, nos segmentos de impressos de segurança e formulários, que teriam perdurado pelos anos de 2011 até, pelo menos, 2015. Atualmente, a Companhia celebrou um Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE relativo às condutas narradas, conforme Fato Relevante divulgado ao Mercado em 09 de julho de 2025. Com o TCC, o Processo Administrativo está suspenso em relação à Companhia.

Estágio do processo: Conhecimento.

Chance de perda (provável, possível ou remota): Provável.

Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Reputação da Companhia.

Análise do impacto em caso de perda do processo: Caso haja derrota, o mercado pode interpretá-la como sinal de fragilidade da Companhia na proteção de seus direitos concorrenciais, alimentando percepções de vulnerabilidade estratégica e abrindo espaço para pressões de competidores. No plano institucional, tal resultado eleva o risco de abalo à credibilidade da empresa perante órgãos reguladores e associações de classe, dificultando o diálogo técnico e a construção de confiança necessária. Em contextos de alta visibilidade, a exposição pública decorrente da cobertura da mídia tende a reforçar narrativas negativas, com potencial de afetar a imagem corporativa, influenciar decisões de clientes e parceiros e, em última instância, impactar relações comerciais e condições de contratação.

Informações adicionais: Conforme Fato Relevante de 9 de julho de 2025, a Companhia firmou um Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE, abrangendo as condutas mencionadas. A partir desse TCC, o Processo Administrativo está suspenso no que tange à Companhia.

Processo nº: 1002656-29.2025.8.26.0650

Juízo: 2ª Vara do Foro de Valinhos/SP

Instância: 1ª instância - AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO CUMULADA COM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Partes no Processo: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS x MITRA ACESSO EM REDE E TECNOLOGIA DA INFORMACAO MUNICIPAL S A e outros

Valores, bens ou direitos envolvidos: Não é possível nesse momento mensurar os valores envolvidos.

Principais Fatos: Há imputação da prática de ato de improbidade na condução do Pregão Presencial nº 12/2022 e no âmbito do Contrato nº 148/2022. Sobre os pedidos condenatórios relacionados à MITRA, há o ressarcimento dos valores pagos em relação aos lotes 2, 3 e 4, quantificado na inicial em R\$9.864.598,03. Não há pedido de bloqueio de bens.

Estágio do processo: Aguardando a citação de todos os Réus para abertura do prazo da Mitra de apresentação da contestação

Chance de perda (provável, possível ou remota): Possível

Motivo pelo qual o processo é considerado relevante: Reputação da Companhia.

Análise do impacto em caso de perda do processo: A eventual procedência da ação pode ensejar a aplicação de multa civil, nos termos da legislação aplicável, bem como a adoção de medidas cautelares para garantia do juízo.

4.7 – Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Adicionalmente, a Companhia possui os seguintes termos de ajustamento de conduta: (i) Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho n.º 968/2012, por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, referente horas extraordinárias de trabalho, pelo qual foi ajustado que a Companhia realizará o correto cômputo das jornadas de trabalho nos documentos pertinentes, bem como ao pagamento de horas extraordinárias, nos termos da legislação trabalhista; e (ii) um Termo de Ajuste de Conduta n.º 229/13, por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, pelo qual foi acordado a inclusão de informações e exames no PCMSO, emissão de CAT em caso de doença ocupacional, elaboração de PPRA contendo medições de calor e medidas de controle de risco químico dos componentes N-hexano e isopropanol e (iii) Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho n.º /2015, por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, referente a proibição de realização de revista íntima, pelo qual foi ajustado que a Companhia abster-se-á de fazê-la, autorizado, entretanto, alguns procedimentos de revista sem contato físico.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política.

A Valid possui Política de Gestão de Riscos (PL.01.008), em vigor desde 24 de julho de 2015. A última revisão da Política de Gestão de Riscos foi realizada em fevereiro de 2024, sendo aprovada pelo Conselho de Administração da Valid em 19 de março de 2024.

A Política de Gestão de Riscos pode ser acessada através do canal: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/ccf34606-5a99-4212-8d37-db3832d70e01/e6c6785b-c6bb-494a-b1ee-f628c62c857d?origin=1>

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos.

A Política de Gestão de Riscos da Valid tem como objetivo o estabelecimento de diretrizes e responsabilidades para garantir a identificação dos riscos aos quais a Companhia está exposta, e direcionar o tratamento de maneira adequada, seguindo as melhores práticas.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais se busca proteção são aqueles identificados e classificados, com aval da Diretoria Executiva, em 4 (quatro) categorias:

- **Estratégicos:** Os riscos estratégicos estão associados à tomada de decisão, tanto da Diretoria Executiva, como do Conselho de Administração, e podem gerar perda substancial para a Companhia. Exemplos: diminuição de demanda do mercado por produtos e serviços oferecidos pela Companhia; uma grande iniciativa falha, clientes abandonam a Companhia, um concorrente surge de forma agressiva, a marca da Companhia perde força, o setor torna-se zona de lucro zero, entre outros.
- **Operacionais:** Os riscos operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades da Companhia, com impacto negativo na reputação, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais. Exemplos: falhas em aspectos lógicos do processamento eletrônico de dados e de telecomunicações, inadequação de aspectos físicos da estrutura logística e tecnológica, atos realizados intencionalmente ou não, que possam prejudicar o funcionamento e/ou causar impacto financeiro, sobrecarga das informações de sistemas e estruturas, obsolescência, erro não intencional, fraudes, entre outros.
- **Legais/Conformidade:** Os riscos legais estão relacionados à inobservância de dispositivos legais

ou regulamentares, à mudança na legislação aplicável ou ainda, ao descumprimento de contratos. Exemplos: ações ajuizadas pela Companhia ou contra ela, inadequação formal de contrato, interpretação de suas cláusulas e sua conformidade com legislação pertinente, interpretação indevida da legislação, código de ética e demais regimentos internos, entre outros.

- **Financeiros:** Os riscos financeiros estão relacionados com a gestão e controles ineficazes dos meios financeiros da Companhia e, com efeitos, dos fatores externos. Exemplos: disponibilidade de crédito, variações das taxas de câmbio, movimento das taxas de juro e outro tipo de orientações do mercado.

A área de Gestão de Riscos da Valid é estabelecida com base nas diretrizes e supervisão da Diretoria Executiva, que atua junto aos gestores, validando os riscos que possam impactar nos objetivos estratégicos da Companhia, atuando no processo de comunicação, no apoio e acompanhamento das ações mitigatórias, no gerenciamento e controles dos riscos.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Em complemento à Política de Gestão de Riscos, a Companhia dispõe de recursos adicionais para identificar e mitigar os riscos aos quais está exposta:

- ✓ Política, normas e procedimentos internos visando orientar e direcionar as atividades e responsabilidades para cumprimento dos objetivos estratégicos;
- ✓ Sistema de Gestão Integrada para assegurar o atendimento dos requisitos técnicos e a qualidade dos produtos e serviços de acordo com as normas e padrões de referência;
- ✓ Área de *Compliance* e Canal de Denúncias para garantir o estabelecimento e cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia; e
- ✓ Área de Auditoria Interna visando a averiguação independente da efetividade dos controles estabelecidos pela gestão para mitigação dos riscos.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em outubro de 2022, foi reestruturada a Diretoria Jurídica e Diretoria de Governança e Controles para otimização das atividades junto às gerências das áreas que a compõe, a saber, gerências de Riscos, *Compliance* e Auditoria Interna, com equipes independentes.

Baseada no Modelo de Três Linhas de Defesa do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), a Política de Gestão de Riscos da Valid determina que:

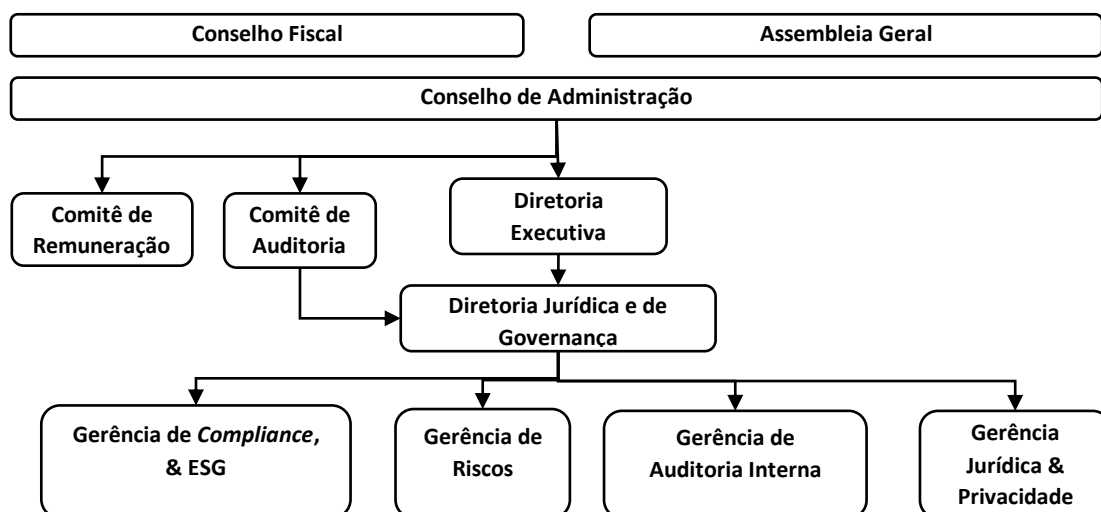
- Os gestores de áreas representam a 1ª linha de defesa e são responsáveis por atuar diretamente na identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos dos processos sob suas responsabilidades, indicando os agentes de riscos e comunicando a elas o objetivo e as diretrizes da Gestão de Riscos;
- A Gerência de Gestão de Riscos é responsável por administrar o processo de Gerenciamento dos Riscos Corporativos e, juntamente com a Gerência de *Compliance*, representa a 2ª linha de

defesa. Ambas as áreas atuam de maneira consultiva e são responsáveis por auxiliar os gestores (1ª linha), apoiando e orientando no processo para identificar as causas e tratar as consequências dos riscos;

- A Gerência de Auditoria Interna atua como 3ª linha de defesa e é responsável pela averiguação independente do ambiente de controles da Companhia, trabalhando de forma independente para verificar a eficácia do modelo de forma detectiva.



As Gerências de Riscos, *Compliance* e Auditoria Interna, pertencem à estrutura da Diretoria Jurídica e de Governança Corporativa, com reporte funcional ao Comitê de Auditoria Estatutário e reporte administrativo à Presidência.



Através do cumprimento de seu planejamento anual, a Gerência de Riscos atua de maneira prioritária no mapeamento dos processos da Companhia visando identificar e avaliar os controles existentes, auxiliando os gestores na melhoria de controles deficientes ou insuficientes para mitigação dos riscos e na elaboração consistente dos controles inexistentes. A Gerência de Auditoria Interna, como terceira linha de defesa, atua na identificação e indicação dos riscos que possam não ter sido mapeados pela organização, através de uma avaliação independente do ambiente dos controles internos, além de verificar a qualidade e eficácia dos processos de gestão dos nossos riscos, monitorar periodicamente as ações de mitigação das fragilidades registradas nos relatórios de auditoria e alimentar o modelo de gestão dos riscos com informações, reforçando ainda mais a gestão e controle de riscos.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Diretoria Executiva entende que o ambiente de controles internos mantido pela Companhia apresenta grau de confiança adequado para o seu tipo de atividade e volume de operações, e se encontra preparado para prevenir e detectar quaisquer fraudes e/ou erros.

Não obstante, esforços têm sido envidados para aprimorar os processos e controles internos, sempre visando segurança e mitigação de riscos na execução das rotinas e ganho de competitividade. Ajustes de eventuais adaptações nos procedimentos de controles internos são realizados à medida que se julguem necessários.

Os processos adotados pela Companhia estão em linha com as boas práticas de governança corporativa, com os riscos e o ambiente de controle sendo periodicamente reportados nos fóruns competentes, incluindo o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração.

5.2 - Descrição Dos Controles Internos

a. principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

Conforme mencionado e detalhado no item 5.1, visando a melhoria do processo de Gestão de Riscos da Valid, em outubro de 2022, a Companhia reestruturou a Diretoria Jurídica, de Governança e Controles, agora Diretoria Jurídica e de Governança Corporativa, com a abrangência das Gerências de Riscos, *Compliance* e Auditoria Interna com equipes independentes.

Além do embasamento da estrutura de Governança e Controles no Modelo das 3 Linhas do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), a Política de Gestão de Riscos é revisada e atualizada periodicamente seguindo os princípios do *framework* COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), na qual são definidas e estruturadas as diretrizes para garantir o gerenciamento dos riscos e a efetividade dos controles internos e governança corporativa.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Valid possui a seguinte as seguintes áreas na sua estrutura de Governança e Controles:

- Riscos;
- *Compliance*; e
- Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria é responsável por supervisionar as atividades da estrutura de Governança Corporativa, acompanhando as ações e validando a efetividade dos controles através da aprovação do plano anual de Auditoria Interna. Também acompanha as atividades realizado pela Auditoria Externa Independente, bem como as ações estabelecidas pela Administração para mitigação das fragilidades identificadas e avalia os riscos pontuais eventualmente levados a sua apreciação.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A Gerência de Controladoria é responsável pela revisão dos controles internos adotados que garantem a correta preparação dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa de forma razoável e em todos os aspectos relevantes de confiabilidade.

A Companhia, comprometida com as Melhores Práticas de Governança Corporativa, implementou as áreas de Gestão de Riscos e *Compliance* auxiliando os gestores na identificação, tratamento e direcionamento das ações para mitigar os riscos que possam impactar o atingimento dos seus objetivos.

Através do cumprimento de seu planejamento anual, a Gerência de Riscos atua de maneira prioritária no mapeamento dos processos da Companhia visando identificar e avaliar os controles existentes, auxiliando os gestores na melhoria de controles deficientes ou insuficientes para mitigação dos riscos e na elaboração consistente dos controles inexistentes.

A área de *Compliance*, por sua vez, tem a responsabilidade de buscar mecanismos para garantir que a Companhia esteja em conformidade com todas as leis, normas e regulamentos aplicáveis ao negócio, além de buscar a observância e o respeito às políticas e procedimentos internos, às

melhores práticas de mercado, aos princípios de integridade, honestidade, profissionalismo e ética corporativa por todos os *stakeholders*, permitindo o crescimento sustentável da instituição, e a melhoria contínua da Companhia.

A Auditoria Interna é responsável, entre outras coisas, por (i) avaliar e rever a eficácia e eficiência das transações e das informações por elas produzidas e proteger os bens da Companhia, assegurando o cumprimento de leis, regulamentos e contratos; (ii) examinar o sistema de controles internos, fornecendo uma avaliação da sua eficácia à alta administração; (iii) prestar aconselhamento ao CEO e ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria, monitorando, examinando, avaliando, informando e recomendando melhorias para o ambiente interno e eficácia do processo de gestão de riscos; (iv) identificação e indicação dos riscos que possam não ter sido mapeados pela organização, através de uma avaliação independente do ambiente dos controles internos; e (v) avaliar a qualidade e eficácia dos processos de gestão dos riscos, monitorar periodicamente as ações de mitigação das fragilidades registradas nos relatórios de auditoria e alimentar o modelo de gestão dos riscos com informações.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM.

Não houve nenhum controle interno de risco significativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5.3 – Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

A Companhia adota um Programa de Integridade que tem como finalidade promover os valores e princípios éticos da Companhia, além de refletir a identidade e a cultura organizacional. O Programa adota as práticas de prevenção, monitoramento, controle e mitigação dos riscos de integridade, isto é, objetivando prevenir, combater e remediar práticas ilícitas, especialmente corrupção e fraude, condutas inapropriadas e conflitos de interesses. As Políticas que estão relacionadas ao Programa de Integridade são revisadas periodicamente e também passam por alterações pontuais sempre que verificada a necessidade e em consonância com as melhores práticas de mercado. As principais Políticas do Programa podem ser acessadas por meio do portal de Relações com Investidores (RI) da Valid no link <https://ri.valid.com/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-codigos/>.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance atua de forma independente e autônoma, fazendo parte da Diretoria Jurídica e de Governança Corporativa, que se reporta funcionalmente diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário e administrativamente à Diretoria Executiva. A área de Compliance conta ainda com o apoio das demais áreas de governança da Companhia, como as equipes de Auditoria Interna, Gestão de Riscos Corporativos e o Jurídico, bem como das demais áreas corporativas e de negócios/produção que, além de suas atividades ordinárias, desempenham o papel de multiplicar as ações, implementar controles e prezar pela manutenção da cultura de ética, integridade e transparência na Companhia.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado.

O Código de Ética e Conduta Global, atual é revisado periodicamente, sua versão atual foi aprovada pelo Conselho de Administração em RCA realizada em 19 de março de 2024 e é o documento por meio do qual a Valid consolida os seus princípios fundamentais e estabelece regras de condutas éticas, a partir dos seus valores, cultura e responsabilidade organizacional.

O referido Código deve ser observado por todos os empregados, estagiários, aprendizes, administradores, conselheiros e acionistas da Valid, suas controladas, coligadas e afiliadas, bem como por terceiros, tais como, clientes, parceiros de negócios, fornecedores diretos e indiretos, prestadores de serviços, representantes comerciais, agentes intermediários e associados, nas interações que mantêm entre si, com a Companhia, com o mercado e com a sociedade, no Brasil ou no exterior.

A disseminação das informações contidas no Código de Ética e Conduta Global, e demais temas que embasam o Programa de Integridade, é feita por meio da realização de treinamentos, na forma presencial ou virtual (ao vivo ou por meio de gravação), bem como por divulgação de comunicados e adoções de cláusulas específicas nos contratos firmados pela Companhia.

Na ocorrência de violações aos dispositivos constantes no Código de Ética e Conduta Global e às demais políticas e procedimentos da Valid, os infratores estarão sujeitos a medidas disciplinares, que podem variar entre advertência (verbal ou escrita), treinamento de reciclagem, suspensão ou demissão ou rescisão do contrato, conforme a natureza e a gravidade da infração e a legislação aplicável.

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

A Valid disponibiliza Canal de Denúncias para que todos os colaboradores e terceiros possam relatar situações que caracterizem potencial violação aos princípios fundamentais e às regras de condutas, ou que estejam em desacordo com as políticas e procedimentos da Companhia, ou, ainda, que violem a legislação nacional ou internacional.

A comunicação da denúncia pode ser feita de forma identificada ou anônima, via telefone, aplicativo ou website, em português, inglês ou espanhol, 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia.

As denúncias são recebidas diretamente por uma instituição externa e independente, responsável pela classificação preliminar e posterior encaminhamento, via sistema próprio, ao Departamento de *Compliance* da Companhia, garantindo o anonimato do denunciante. O Departamento de *Compliance* é responsável por analisar sugestões, críticas ou denúncias relacionadas aos princípios e regras descritos no referido Código, e recomendar as respectivas ações corretivas.

Em uma situação de possível conflito de interesse e/ou sensibilidade hierárquica, isto é, casos em que a denúncia seja referente à questões envolvendo colaboradores da área de *Compliance* ou a pessoas que exerçam demais cargos de relevância dentro da Companhia, incluindo membros da

Diretoria, o CEO, o Presidente do Conselho de Administração ou membros do Conselho de Administração, a avaliação é encaminhada diretamente para ao menos duas pessoas de cargo hierarquicamente superior ou equivalente, garantindo a imparcialidade da análise. Por exemplo, denúncias envolvendo o Departamento de *Compliance* são direcionadas para análise do CEO e do Presidente do Conselho de Administração, denúncias que impliquem o CEO são encaminhadas aos membros do Comitê de Auditoria Estatutária e da Diretora Jurídica e de Governança Corporativa, denúncias que envolvam demais membros da Diretoria são encaminhadas para análise do CEO e da Diretora Jurídica, e denúncias relacionadas a demais membros do Conselho de Administração são enviadas para a análise do CEO, do Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretora Jurídica, de Governança Corporativa.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 (três) exercício sociais não foram confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública. Ainda assim, a Valid vem constantemente buscando o aprimoramento de seu Programa de Integridade e fortalecimento de sua estrutura de Governança e Controles Internos.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido.

Possuímos regras, procedimentos e práticas voltadas a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, os quais estão devidamente formalizados na Política Anticorrupção Global da Valid, em conjunto com o Código de Ética e o Manual de Compliance. Adicionalmente, a Companhia busca constantemente aprimorar suas práticas internas relacionadas a esta temática adotando um cronograma de treinamentos anuais com a finalidade de disseminar as diretrizes contidas nesses documentos e promover uma cultura de ética e integridade.

5.4 - Alterações significativas

Em nosso julgamento, não houve alterações significativas nos riscos a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos, nem expectativa de alteração na exposição a tais riscos.

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes referentes a este item.